

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

VALÉRIA SILVA DOS SANTOS

**A RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS VOLUNTÁRIAS ANTE A TENSÃO
PÚBLICO VERSUS PRIVADO**

MACEIÓ

2012

VALÉRIA SILVA DOS SANTOS

**A RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS VOLUNTÁRIAS ANTE A TENSÃO
PÚBLICO VERSUS PRIVADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Alagoas – requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Borges Amaral.

MACEIÓ

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Valéria Silva dos Santos**, intitulada “**A resignificação das práticas voluntárias ante a tensão público versus privado**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 12 de dezembro de 2012, às 10h, na sala 1 da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Prof. Dra. Ana Maria Ávila Mendonça
Examinadora Interna (PPGSS - FSS - UFAL)

Prof. Dra. Silvana Márcia de Andrade Medeiros
Examinadora Externa (CSS - UEPI - Campos Arapiraca - UFAL)

MACEIÓ

2012

A minha mãe Eunice.

AGRADECIMENTOS

Por entender que esta dissertação é apenas o fim de mais um *ciclo de aprendizado* e que sua materialização não seria possível sem o amor, a amizade, o carinho e a crítica construtiva de algumas pessoas, gostaria de tecer os seguintes agradecimentos:

A minha mãe Eunice e a meu pai Aristeu, fontes de aprendizagem diária, por ensinar que a busca pelo conhecimento é tão-somente um meio para conduzirmos o cotidiano com *simplicidade* diante da efemeridade da vida. Saúde meus amores, para que possamos compartilhar muitas outras realizações!

Aos meus irmãos Carlos e Cristiano, por todos os momentos de *cuidado* e trocas afetivas, marcas da nossa convivência. Amo-os incondicionalmente!

A professora Dr.^a Maria Virgínia Borges Amaral, minha orientadora, por aceitar o *desafio* de percorrer a trajetória de construção dessa dissertação. Obrigada, sobretudo, pelas *possibilidades teóricas* não vislumbradas e o incentivo para que as minhas *reflexões* sobre o voluntariado contemporâneo pudessem estar reunidas neste trabalho. A você Virgínia, meus melhores sentimentos!

As professoras Dr.^a Ana Maria Ávila Mendonça e Dr.^a Silvana Márcia de Andrade Medeiros, por participarem da banca de qualificação e defesa deste trabalho, *enriquecendo* sobremaneira as reflexões aqui reunidas.

As amigas Roseli Araújo, Rosimeire Aprígio e Maria Cristina Santos, por nossa *Amizade Sincera*, como expressa Renato Teixeira. Obrigada meninas, pela felicidade que transborda em nossos encontros!

As mestras Marília Gabrielle e Mayra Queiroz – a quem aprendi chamar de *amigas* –, por tudo que nossa convivência proporcionou: o carinho, a amizade, o permanente incentivo e a torcida pelas possibilidades de crescimento. Meninas, desejo *apenas* momentos de felicidade plena – muitas outras *conquistas*!

A Elane Barbosa, por sua *atenção* e carinho em momentos em que pensei não atingir aos meus *objetivos* acadêmicos. Obrigada amiga, e muitas realizações em *caminhar*.

A Quitéria e as meninas da secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFAL, por todo *afeto construído*.

Aos componentes do Núcleo de Pesquisa em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, pelos *encontros, desencontros e reencontros*. Em particular, a pesquisadora Livia Ramos, integrante do grupo de pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO), por sua atenção e carinho em nossas conversas.

A professora Dr.^a Reivan Marinho, por um afeto que talvez a razão não consiga *explicar*, mas que prefiro *sentir*. Obrigada por existir em minha vida.

A Deus, por realizar em minha vida todas as coisas – e sempre na *hora exata*!

E por fim, agradeço de forma especial a professora Dr.^a Rosa Prêdes, por sua *proximidade na distância*. Obrigada por *tudo*, saiba que o “O silêncio é a voz do coração que te admira.” (Autor desconhecido).

Beijos com muita *ternura* em cada um!!!

Valéria Silva

Maceió, dezembro de 2012.

*“Hoje me sinto mais forte
Mais feliz quem sabe?
Eu só levo a certeza do que muito pouco eu sei..
Ou nada sei...”
(Almir Sater e Renato Teixeira/ “Tocando em Frente”).*

RESUMO

A dissertação de mestrado intitulada “*A Ressignificação das Práticas Voluntárias Ante a Tensão Público Versus Privado*” nasceu de inquietações sobre a natureza das práticas voluntárias e a sua funcionalidade num cenário de intensificação das relações de exploração e subordinação que regem o sistema capitalista, especialmente no tocante ao novo sentido atribuído às práticas voluntárias na atualidade. A dissertação teve por objetivo analisar a ressignificação das práticas voluntárias contemporâneas, buscando-se elementos para entender o alcance destas práticas no processo de minoração das desigualdades sociais. Para o desenvolvimento desta análise, utilizou-se como recurso metodológico um estudo bibliográfico e concomitantemente um estudo documental. O estudo documental procedeu-se por meio da leitura de decretos e leis que dispõem sobre o “terceiro setor” e o serviço voluntário, permitindo-nos identificar seu elo com as políticas sociais. O estudo bibliográfico tomou uma literatura sobre a Composição Orgânica do Capital, o Capitalismo dos Monopólios, a Individualização das Desigualdades Sociais, a Filantropia, a Assistência Social, a Solidariedade e as Práticas Voluntárias Contemporâneas. Essa literatura permitiu apreender os elementos que determinam a existência da *questão social* e o suposto alcance das práticas voluntárias no processo de diminuição das expressões da *questão social*. Ao se resgatar o contexto que demarcou o capitalismo monopolista, buscou-se ressaltar a articulação das funções econômicas e políticas do Estado e pontuar a relação entre as esferas do público e do privado no tocante à intervenção nas expressões da *questão social*. Para, na sequência, chamar atenção para a retomada do ideário liberal de modo a evidenciar a tendência a despolitizar e naturalizar estas expressões. Prosseguindo, empreendeu-se um breve histórico sobre as práticas voluntárias, e a particularidade brasileira foi destacada com intuito de demonstrar seu vínculo com os princípios caritativos e sua funcionalidade no processo de reprodução do homem burguês. Haja vista que as categorias filantropia, assistencialismo e solidariedade têm feito parte do (re) direcionamento das políticas sociais públicas estatais. Em seguida, apresenta-se os principais elementos e perspectivas presente no debate atual sobre as práticas voluntárias, com a finalidade de pontuar a ressignificação destas práticas e a dimensão subjetiva do ato de voluntariar-se. Conclui-se que, apesar da conotação adquirida em momentos históricos diferentes, a essência das práticas voluntárias não foi alterada. Portanto, a ressignificação das práticas voluntárias na contemporaneidade se configura como uma forma de adaptar os indivíduos às modificações advindas do desenvolvimento capitalista e sua necessidade de reprodução.

Palavras-Chaves: Práticas Voluntárias. Questão Social. Políticas Públicas Não Estatais.

ABSTRACT

The Master's degree essay entitled "*The Reframing of Voluntary Practices Between the Public Versus the Private Tension*" was born from concerns about the nature of voluntary practices and its functionality in an intensive scenario of the exploration and subordination that capitalism conducts, especially referring to the new sense imputed to the voluntary practices nowadays. The essay had as objective the reframing of the present-day voluntary practices, searching elements to understand the reach of these practices in the mitigation process of the social imbalance. To this analysis development, was used as methodologic resource a bibliographic study and at the same time a documental study. The documental study went along by the Reading of decrees and laws that refer to the "third section" and the voluntary service, letting us identify its link with the social politics. The bibliographic study took a literature about the organic composition of the capital, the non-play capitalism, the social imbalance in an individual way, the philanthropy, the social assistance, the solidarity and the present-day voluntary practices. This literature let us bear the elements that determine the existence of the social question and the supposed reach of the voluntary practice in the expressions reduction process of the social question. When rescued the context that delimited the monopolistic capitalism, tried to highlight the articulations of the state's economics and politics functions and remark the relationship between the public and private spheres referring to the intervention of the social question expressions. To, afterward, call the attention to the liberal ideas resumption a way that evidences the tendency to depoliticize and naturalize these expressions. Continuing, we engaged a brief historic about the voluntary practices and the Brazilian particularity was detached with the intuito of demonstrating its link with the charitable principles and its functionality in the development process of the burgher man. Considering that the philanthropy categories, the assistance and the solidarity have been part of the redirection of the state's public social politics. Afterward, we show the main elements and perspectives presented in the actual discussion about the voluntary practices, with the goal of pointing out the reframing of these practices and the subjective dimension of the volunteering act. Concluding that, despite of the connotation acquired in different historic moments the essence of the voluntary practices didn't change. So, the reframing of the voluntary practices in the contemporary configures as a form of adapting the individuals to the changes made by the capitalism development and its necessity of reproduction.

Keywords: Voluntary-Practices. Social Question. Non-State Public Politics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ACCMV	Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida
AIV	Ano Internacional do Voluntariado
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
AVB	Association of Volunteer Bureau
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CVV	Centro de Valorização da Vida
FEB	Federação Espírita Brasileira
IBM	International Business Machines
I-CBV	I Congresso Brasileiro do Voluntariado
I-CNV	Congresso Nacional do Voluntariado
ISER	Instituto de Estudos da Religião
LBA	Legião Brasileira de Assistência
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
NEATS	Núcleo de Estudos em Administração do Terceiro Setor
MPE	Prêmio de Competitividade para Micro e Pequena Empresa
NCVA	National Center of Volunteer Action
PNPE	Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens

PRONAV	Programa Nacional do Voluntariado
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SSVP	Sociedade de São Vicente de Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I SEÇÃO – QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICO DA RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS VOLUNTÁRIAS CONTEMPORÂNEAS.....	21
1.1 Capitalismo e <i>Questão Social</i> : fundamentos para a apreensão das desigualdades sociais contemporâneas.....	22
1.2 <i>Questão Social</i> no Capitalismo dos Monopólios: consolidação da fragmentação da <i>Questão Social</i> com o <i>Welfare State</i>	34
1.3 Individualização da <i>Questão Social</i> : as desigualdades sociais entre a intervenção pública e privada.....	47
II SEÇÃO – FILANTROPIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SOLIDARIEDADE: NATUREZA E LIMITES DO ATO DE VOLUNTARIAR-SE.....	59
2.1 História do Voluntariado: o interesse privado apresentado como interesse público.....	60
2.2 Velhas Práticas, Novos Desafios: a particularidade do voluntariado brasileiro em análise.....	70
2.3 Assistência Social entre as Práticas Voluntárias e o Estado: reflexões sobre as categorias Filantropia, Assistência Social e Solidariedade.....	90
III SEÇÃO – O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE AS PRÁTICAS VOLUNTÁRIAS: REVISANDO TESES E POSIÇÕES.....	111
3.1 O Serviço Voluntário e sua Interface com as Políticas Sociais: as práticas voluntárias contemporâneas postas em debate.....	111
3.2 Uma Ação com Sentido(s): o(s) significado(s) das práticas voluntárias na contemporaneidade.....	128
3.3 Motivações para o exercício do voluntariar-se: elementos para uma ação na contra mão dos direitos sociais.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	163
SITES CONSULTADOS.....	172

INTRODUÇÃO

Netto (1996, p. 90), em artigo publicado na Revista Serviço Social & Sociedade nº 50, chama atenção para as mudanças ocorridas a partir da década de 1970, a qual designou de autênticas transformações societárias. Em linhas gerais, o autor faz saber que a década de 1970 foi o marco da expressão da primeira recessão da economia capitalista desde a Segunda Guerra Mundial. No sentido de voltar a atingir altos índices de lucratividade, os detentores do capital promoveram readaptações no sistema de produção que acabou por ocasionar novos conflitos e embates. Conflitos e embates que se desdobraram em mudanças não só nas relações do trabalhador com seu empregador, mas em mutações no modo de vida das classes subalternas. Dentre essas mudanças, é oportuno mencionar a intensificação da subordinação do trabalho ao capital, o agravamento das manifestações da *questão social*, o afastamento parcial do Estado no trato a essas manifestações, e a emersão de uma *nova* forma de intervenção social, denominada de Terceiro Setor.

De acordo com Montañó (2007a), o *terceiro setor* tem sido ideologicamente reiterado como o *lócus* em que entidades públicas não estatais sejam legitimadas como espaços mais eficientes de manifestação e resolubilidades das expressões da *questão social*. Marcado pela ação caritativa, voluntária e pelo apelo à solidariedade, esse setor vem se configurando como nicho de prestação de serviços sociais.¹

O fenômeno em questão [*terceiro setor*] não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um “setor” em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à “questão social” (típico do *Welfare State*), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para

¹De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007, p. 92), a expansão dos serviços sociais no século XX está atrelada ao desenvolvimento da noção de cidadania. Para estes autores, além de expressão dos direitos sociais, os serviços sociais: “[...] *nada mais que são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriada pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade* (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) *sob a forma transmutada de serviços sociais*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 92, grifos dos autores). Para estes autores, os serviços sociais são, portanto, uma devolução à classe trabalhadora de uma parte mínima da riqueza por ela produzida. Todavia, acrescenta os autores: “[...] ao assumirem esta forma, [os serviços sociais] aparecem como *sendo doados ou fornecidos pelo capital, como expressão da face humanitária* do Estado ou da *empresa privada*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 92, grifos dos autores).

esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele) (MONTAÑO, 2007, p. 185).

Noutras palavras do autor:

[...] o que é chamado de “terceiro setor” refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades)* para a função social *de resposta às seqüelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto ajuda e da ajuda mútua* (MONTAÑO, 2007a, p. 22, grifos do autor).

Para este autor, a desresponsabilização parcial do Estado e do capital de intervir nas expressões da *questão social* e a transferência para o *terceiro setor* não ocorre por motivos de ineficiência e/ou falta de recursos da administração governamental, mas para esvaziar a dimensão de direito peculiar às políticas sociais;² criar uma cultura de autoculpa pelas mazelas que atingem a população e de autoajuda em seu enfrentamento; desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as políticas sociais e, ainda, a partir da precarização da ação social estatal e do *terceiro setor*, garantir novas demandas lucrativas para o capital. Por isso, Montaño vai apreender o *terceiro setor* como um universo de instituições compostas por sujeitos que apresentam interesses distintos, mas que se dizem comprometidos com a prestação de serviços sociais destinados ao bem coletivo. E assim, exerce a função de: “[...] resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua

²É preciso sublinhar que as políticas sociais são também expressões de lutas das classes subalternas por melhores condições de existência. A este respeito, Pastorini (2007, p. 92), analisa que as políticas sociais não exercem apenas uma função, mas três funções, a saber: uma social – a prestação de serviços, e a transferência de recursos sociais à população carente; uma econômica – a desresponsabilização parcial do capitalista em relação aos custos da produção, contribuindo para o subconsumo e o barateamento da força de trabalho e, por conseguinte para a acumulação ampliada do capital; e outra política – a diminuição da insatisfação popular, no sentido de desmobilizar e controlar a classe trabalhadora com o fim de legitimar o papel regulador do Estado. Para este autor, as políticas sociais são um produto concreto do desenvolvimento capitalista e de suas contradições. Portanto, tem por objetivo assegurar as condições necessárias para o desenvolver do capitalismo monopolista. E, por isso, “[...] não podem ser vistas nem como ‘simples’ concessão das classes dominantes para com os subalternos, nem como fruto exclusivo das pressões e reivindicações dos setores populares” (PASTORINI, 2007, p. 89). Logo, precisam ser pensadas dentro da “[...] sua dupla característica de coerção e consenso, de concessão e ‘conquista’” (PASTORINI, 2007, p. 90). Outra importante contribuição sobre o elo entre as lutas da classe trabalhadora e a origem das políticas sociais pode ser conferida em Behring e Boschetti (2011) *Política Social: fundamentos e história*.

(substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços)” (MONTAÑO, 2007, p. 148).

Nesse sentido, o fortalecimento das práticas voluntárias tem sido uma das estratégias do projeto hegemônico para manter seu poderio. Pautado na perspectiva da solidariedade, este fortalecimento é visível no marco legal do *terceiro setor*; em propagandas que valorizam a compaixão, a caridade e o amor ao próximo; com a institucionalização do Ano Internacional do Voluntariado em 2001 pela ONU; em publicações que enaltecem as práticas voluntárias exercidas por funcionários e os projetos desenvolvidos pelo empresariado;³ e em eventos como a *Conferência Internacional do Voluntariado 2001+10=2011 – A Década do Voluntariado*, realizado em 2011 no Brasil.⁴ Entende-se que em nome de uma falaciosa relação de amor ao próximo, a sociedade é convocada a enfrentar as desigualdades sociais como se por meio de práticas caritativas e solidárias, a problemática da *questão social* e suas novas refrações pudessem ser em parte solucionadas.

Frente ao cenário descrito acima, importa ressaltar que se fazem necessárias reflexões teóricas que possam contribuir, para que os Assistentes Sociais consigam desvelar as contradições que regem a sociabilidade capitalista. E assim, possam melhor compreender a natureza e o significado de sua prática profissional no processo de reprodução das relações sociais burguesas. Feito esta ressalva, julga-se pertinente desenvolver um estudo cujo elemento central esteja na funcionalidade das práticas voluntárias na contemporaneidade das relações de dominação e exploração do homem burguês⁵, buscando-se elementos para entender o suposto alcance destas

³A exemplo, em 2011 o Instituto C&A publicou um livro sobre a gestão de programas de voluntariado. Neste livro, intitulado *Voluntariado: um convite à participação social*, o instituto C&A compartilha conhecimentos adquiridos em vinte anos de atuação na promoção do voluntariado empresarial. Dividido em duas partes, o livro apresenta o papel do voluntário na sociedade. E as conquistas e desafios da história recente do programa de voluntariado do instituto C&A e sua gestão. Para maiores informações ver Instituto C&A (2011).

⁴Realizado entre os dias 15, 16 e 17 de dezembro no Expor Center Norte em São Paulo, a *Conferência Internacional do Voluntariado 2001+10=2011* marca a celebração do décimo aniversário do Ano Internacional dos Voluntários. Este evento reuniu profissionais, lideranças empresariais, instituições especializadas, representantes da ONU, do governo brasileiro, voluntários e redes de voluntariado da América Latina para debater os principais temas relacionados ao voluntariado.

⁵Cumpre acrescentar que o interesse pela temática do voluntariado advém dos estudos reunidos no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, no ano de 2009, o qual foi intitulado “*Público Porém Privado*”: O Terceiro Setor Posto em Xequê. Esse trabalho, por sua vez, é resultado da experiência de iniciação científica no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, no qual fui aluna colaboradora no ano de 2006 e bolsista de iniciação científica (PIBIC-CNPq-UFAL) no período de agosto de 2007 a

práticas no processo de minoração das desigualdades sociais contemporâneas. A hipótese apresentada é de que recorrer às práticas voluntárias via *terceiro setor*, para supostamente minorar as desigualdades sociais está em consonância com os interesses das classes dominantes – conter o pauperismo das classes subalternas de modo a não ameaçar o poderio burguês. Se essa hipótese for verdadeira, então o que os ideólogos do *terceiro setor* defendem como um ativismo contestatório – fortalecimento da cidadania e da democracia – é aqui apreendido como um mecanismo de ampliação da reprodução das relações sociais desiguais inerentes à sociedade capitalista. Por escamotear sua razão de ser, qual seja: naturalizar as desigualdades sociais ao tratar o pauperismo das classes subalternas como resultado da moral humana, e não do acesso desigual à riqueza socialmente produzida. Noutras palavras, as práticas voluntárias contemporâneas são aqui defendidas como uma ameaça a primazia da responsabilidade do Estado na condução das políticas sociais; e um retrocesso a condição de direito do cidadão e dever do Estado na prestação de serviços sociais, via políticas sociais, expressa na Constituição Federal de 1988.

Em face destas colocações, as reflexões aqui reunidas têm por objetivo responder algumas inquietações que tem aflorado um vasto campo de problematizações, dentre as quais importa sumariar as seguintes: 1 - Qual a essência das práticas voluntárias e a sua funcionalidade num cenário de intensificação das relações de exploração e subordinação peculiar ao sistema do capital? 2 - Qual a possibilidade real das práticas voluntárias contribuírem com a redução das desigualdades sociais que afligem as classes subalternas? 3 - Na medida em que tem se observado uma crescente valorização do voluntariado em questões que envolvem a prestação de serviços sociais, via *terceiro setor*, qual o sentido atribuído às práticas voluntárias na atualidade? Em conformidade com essas perguntas de pesquisa, foram estabelecidos como objetivos: refletir sobre a natureza das práticas voluntárias e a sua funcionalidade para a reprodução das relações sociais desiguais que regem a sociabilidade capitalista; analisar os elementos que atribuem às práticas voluntárias

julho de 2008. Neste período desenvolvi um estudo sobre a inserção do Serviço Social em instituições do “terceiro setor” de Alagoas no contexto do primeiro mandato do governo Lula. Esse estudo foi orientado pela professora Dr^a. Rosa Prêdes e fez parte do projeto de pesquisa *O Mercado de Trabalho do Serviço Social no Contexto do Governo Lula (2003-2006 a 2007-2010)*. O referido projeto foi desenvolvido através da parceria entre a Faculdade de Serviço Social da UFAL e o Conselho Regional de Serviço Social de Alagoas (CRESS 16^a Região).

um suposto potencial no processo de minoração das desigualdades sociais em face do seu agravamento na sociedade atual; pensar sobre o elo entre as práticas voluntárias e os serviços sociais de modo a vislumbrar as implicações para os sujeitos que necessitam destes serviços. E, para este fim, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Por meio da pesquisa bibliográfica, estudos foram sendo tecidos através da leitura de produções teóricas presentes em livros, revistas impressas e eletrônicas, em dissertações, teses e artigos extraídos de espaços como: o Portal de Periódicos da CAPES; a biblioteca eletrônica SCIELO; o Portal do Domínio Público; e o Sistema de bibliotecas de Alagoas (SIBI-AL). E quanto à pesquisa documental, esta se procedeu por meio da leitura de decretos e leis que dispõem sobre o *terceiro setor* e o serviço voluntário, permitindo-nos identificar seu elo com as políticas sociais. Importa acrescentar que os conteúdos das produções teóricas e documentais foram registrados em resumos e resenhas de modo a subsidiar a abordagem dos temas e subtemas pertinentes ao objeto de estudo.

No sentido de uma aproximação rigorosa do objeto de estudo, as reflexões apresentadas neste trabalho estão fundamentadas na perspectiva da totalidade. Os esforços consistem em apreender qual o sentido das práticas voluntárias no contexto das relações sociais, identificando suas variadas determinações, expressões e implicações para a sociedade atual. Para atender a este propósito, recorreu-se ao pensamento de autores como: Marx (1985, 1995), Braverman (1987), Pino (1989), Harvey (1996), Antunes (1999), Netto (2001), Iamamoto (2001), Santos e Costas (2006), Pimentel (2007), Netto e Braz (2007), Lessa (2007) e Behring e Boschetti (2011). Estas contribuições permitiram apreender o complexo de causalidades da *questão social* no capitalismo dos monopólios e os elementos determinantes da relação público privado que norteiam as práticas voluntárias contemporâneas. Além desses pensadores, ancoramos nossas reflexões em: Vieira (1989), Meister (2003), Ayres (2003), Lopes (2006), Ortiz (2007) e Forrel (2009), entre outros. Estes nos conduziram a enxergar a natureza e limites do ato de voluntariar-se, e relacioná-los às categorias Filantropia, Assistencialismo e Solidariedade. Recorreu-se, ainda, à produção teórica reunida no livro *Voluntariado e a Gestão das Políticas Públicas* e, em outros autores contemporâneos que têm se debruçado sobre a temática do voluntariado na atualidade.

A exposição dos resultados desta pesquisa foi organizada em três seções. Na primeira seção, intitulada “*Questão Social no Capitalismo dos Monopólios: elementos*

para uma análise histórico-crítico da relação público privado que norteia as práticas voluntárias contemporâneas”, apresenta-se o ponto de partida de nossas investigações, a saber: quais os elementos determinantes da existência da *questão social* no capitalismo monopolista. A relação público/privado que permeia a intervenção nas expressões da *questão social* no contexto do capitalismo dos monopólios. E o que está subjacente a necessidade de atribuir a estas desigualdades uma dimensão psicológica. Considera-se, que o necessário protagonismo do Estado na intervenção das expressões da *questão social*, e a retomada do ideário liberal tendem a despolitizar e naturalizar as desigualdades sociais contemporâneas.

Iluminados o complexo de causalidades da *questão social* e apreendidas as particularidades do capitalismo monopolista, na segunda seção propõe-se resgatar a história das práticas voluntárias e a particularidade brasileira. Nesta seção, denominada *“Filantropia, Assistência Social e Solidariedade: natureza e limites do ato de voluntariar-se”*, a intenção é demonstrar qual a natureza e a funcionalidade que as práticas voluntárias foram exercendo na vida dos homens. Parece-nos que apesar de sua natureza positiva, o ato de ser voluntário foi sendo apropriado de forma negativa, quando reduzido a aspirações individuais. Por isso, a necessidade de concluir esta seção com algumas anotações sobre as categorias: filantropia, assistência social e solidariedade. Entende-se que a ressignificação do voluntariado perpassa a necessidade política, econômica, e sociocultural de manutenção e propagação do atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista. Noutras palavras, atribuir às práticas voluntárias um novo significado consiste em tornar o que é público privado, e privatizar o que é público. Este fato só adquire maior sentido quando se leva em consideração os elementos presentes no debate contemporâneo sobre o voluntariado, apresentado na seção precedente.

Continuando estas considerações, na terceira e última seção – designada *“O Debate Contemporâneo sobre as Práticas Voluntárias: revisando teses e posições”* – as discussões contemporâneas sobre as práticas voluntárias são evidenciadas. A proposta é identificar os principais elementos discutidos neste debate, qual o significado atribuído a estas práticas que as confere uma ressignificação e o porquê dos elementos motivacionais serem um importante instrumento a ser investigado. É importante nesta análise perceber em que direção o referido debate está caminhando e permitir outras possibilidades de discussão. E por fim, algumas considerações finais foram tecidas no sentido de apontar a relevância de uma aproximação cada vez maior

da temática do voluntariado contemporâneo nos espaços de discussão do Serviço Social. Por entendermos que este e as práticas voluntárias perpassam por uma mesma mediação, a saber, as políticas sociais – *lócus* de atuação do Assistente Social. E assim, espera-se que as reflexões aqui reunidas possam contribuir com as discussões no campo das políticas sociais públicas estatais e instigue a você leitor, a novas reflexões.

*“Que nunca se diga: isso é natural,
para que nada passe por imutável.” (Bertold Brecht).*

I SEÇÃO – QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DOS MONOPÓLIOS: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA DA RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS VOLUNTÁRIAS CONTEMPORÂNEAS

Para a elaboração desta seção, partiu-se da compreensão de que a história recente do capitalismo tem apresentado mudanças responsáveis por significativas alterações na configuração societária. O estágio atual do sistema capitalista tem provocado efeitos desastrosos nas condições de existência dos segmentos subalternos. Mais precisamente, experimenta-se um fenômeno que transforma a barbarização da vida em sociedade em um cotidiano de banalidade. Estamos nos referindo à naturalização do cotidiano de pobreza e miséria das classes subalternas, mediante a intensificação da contradição entre capital e trabalho. Entende-se que esses tempos perversos refletem o auge de maturidade das relações de dominação e exploração que norteiam o homem burguês.

Com base nesse entendimento, e para situar o sentido do voluntariado contemporâneo no processo de reprodução das relações sociais burguesas, faz-se necessário, primeiramente, apreender o complexo de causalidades da *questão social*. E após demonstrar os elementos centrais para o desvelamento da *questão social*, cumpre pontuar a relação entre as esferas do privado e do público no tocante as práticas sociais de intervenção nas expressões da *questão social* no contexto do capitalismo dos monopólios. Antes, porém, resgatar-se-á o contexto que demarcou o capitalismo monopolista, buscando ressaltar a articulação das funções econômicas e políticas do Estado. Em seguida, apresentar-se-á o protagonismo do Estado no tocante à intervenção nas refrações da *questão social* para, na sequência, chamar atenção para a retomada do ideário liberal. E por fim, algumas considerações foram tecidas no sentido de evidenciar a tendência a despolitizar e naturalizar a *questão social*.

1.1 Capitalismo e *Questão Social*: fundamentos para a apreensão das desigualdades sociais contemporâneas

Propõe-se, neste item, refletir sobre os fundamentos das desigualdades sociais contemporâneas a partir do pensamento de Marx (1985) presente no capítulo XXIII do livro *O Capital*. E a partir desta apreensão, pensar nas implicações da afirmativa de que experimentamos na atualidade uma *questão social* carente por uma resposta advinda de um setor voluntário. Antes, porém, convém iniciar, qual seja a apreensão de autores como Netto (2001), Iamamoto (2001), Santos e Costa (2006) e Pimentel (2007), sobre a *questão social*, pois resguardadas as particularidades de cada autor, ambos compartilham do pensamento de que reside na Lei Geral da Acumulação Capitalista de Karl Marx, os elementos determinantes da gênese da *questão social*.

De acordo com Netto (2001), a expressão *questão social* surge no cenário social para dar conta do fenômeno do pauperismo. Segundo o autor, este fenômeno fora evidenciado na Europa Ocidental no final do século XVIII, em decorrência dos primeiros passos no processo de industrialização. Entretanto, ressalta o autor, não se trata de qualquer pauperismo, pois pobreza e desigualdades sociais, já existiam em períodos anteriores. O autor se refere a um pauperismo gestado a partir da razão direta da produção de riquezas. Nas palavras do autor:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto, mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2001, p. 42).

Para este autor, nas sociedades anteriores à sociabilidade burguesa, a pobreza estava associada a um quadro de escassez – em virtude do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Já no sistema capitalista, o pauperismo mostra-se vinculado a um quadro que tende a reduzir a escassez, configurando-se como uma nova qualidade de pobreza porque “[...] se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão” (NETTO, 2001, p. 43).

Importa acrescentar, que para Netto, a designação do pauperismo em *questão social*, só se deu por meio dos desdobramentos sociopolíticos. Quando os pauperizados se rebelaram contra a ordem existente, ameaçando desse modo, a ordem social burguesa. A este respeito assim se coloca o autor:

Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão a ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2001, p. 43).

Sobre este aspecto, Iamamoto (2001) acrescenta que a *questão social* está relacionada à “[...] emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco de poder, e em especial pelo Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Assim como Netto, Santos e Costa (2006) apreendem a *questão social* como uma manifestação do pauperismo gestado na sociedade capitalista em seu estágio de desenvolvimento industrial. Segundo estas autoras, as bases que propiciaram o surgimento da *questão social* estão vinculadas ao intenso desenvolvimento das forças produtivas, expressa na expansão industrial e na ampliação dos mercados. Conforme as autoras, a economia capitalista do século XIX alterou radicalmente os processos e relações de produção – sobretudo com a introdução da maquinaria. Para elas, esta alteração provocou uma nova dinâmica industrial que ao concentrar a força de trabalho nas cidades, acabou impondo um novo ritmo na fábrica que afetou o emergente operariado em suas condições de existência. Com as palavras das autoras:

[...] as condições econômico-sociais e políticas para o surgimento da denominada questão social estão intimamente vinculadas ao intenso desenvolvimento das forças produtivas, com franca expansão do industrialismo e a ampliação de mercados no século XIX. Na economia, alteram-se radicalmente os processos e as relações de produção; a incorporação das máquinas ao processo produtivo gera uma nova dinâmica industrial que concentra mão-de-obra nas cidades e exige uma nova disciplina na fábrica, afetando diretamente o operariado emergente em suas condições de vida e de existência social em termos materiais e políticos (SANTOS; COSTA, 2006, p. 05).

Para Santos e Costa, o pauperismo da classe trabalhadora apresentava um caráter novo no início do século XIX, a saber: a pobreza existente crescia à medida que a sociedade se tornava capaz de produzir mais bens e serviços. Com outras palavras, o pauperismo do século XIX, não poderia ser associado ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, nem à escassez da produção material de bens. Mas, ao contrário, estava associado à crescente produção de riquezas. Por isso, respaldadas em Marx as autoras afirmam que o sistema do capital apresenta um caráter revolucionário e contraditório.⁶ Revolucionário na medida em que confere aos processos de trabalho um desenvolvimento das forças produtivas capaz de atender às necessidades de toda sociedade. E contraditório, uma vez que “[...] a criação e a expansão das necessidades humanas só podem realizar-se na forma de mercadorias” (SANTOS; COSTA, 2006, p. 05). Deste modo, o sistema do Capital ao mesmo tempo em que cria meios e serviços capazes de atender às necessidades humanas, sua contradição interna compreende os limites desse atendimento. Haja vista que a razão de ser deste sistema é com vista à acumulação do Capital e não ao atendimento das carências humanas.

Quanto ao caráter contraditório do sistema capitalista, Netto (2001) analisa que na ordem burguesa a escassez é necessariamente resultado da contradição que rege a sociabilidade do capital. Contradição “[...] entre as forças produtivas (crescentemente socializada) e as relações de produção (que garante a apropriação privada do excedente e a divisão do excedente e a decisão privada da sua destinação)” (NETTO, 2001, p. 46). Segundo este autor, a *questão social* está necessariamente atrelada à sociedade burguesa e somente a supressão desta forma

⁶Importa acrescentar o pensamento de Marx, a qual as autoras se respaldaram, qual seja: de que o sistema capitalista é destrutivo, uma vez que ao desenvolver as forças produtivas, amplia o domínio sobre a natureza, mas não utiliza este domínio para o atendimento das necessidades humanas. E sim, para o alcance de lucros para os proprietários dos meios de produção. O fim último deste sistema é lucrar, concentrar e expandir o lucro. Com as palavras de Santos e Costa (2006, p. 07): “[...] Marx desvenda, por um lado, o caráter emancipatório do capital em termos do desenvolvimento das forças produtivas em sua capacidade de exercer o domínio sobre a natureza para satisfazer as necessidades sociais e seu impulso à expansão transnacional; por outro lado, sua contradição interna compreende os limites impostos pelo próprio capital para subjugar-se às necessidades humanas. Afirma: ‘O capital é destrutivo ante tudo isso e constantemente o revoluciona, rompendo todas as barreiras que impeçam o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, a diversificação do desenvolvimento da produção e a exploração e o intercâmbio das forças naturais e espirituais’ (*Idem*: 362)” (SANTOS; COSTA, 2006, p. 07).

de sociedade conduz à supressão da *questão social*. Em seu entendimento, a existência da *questão social* e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica peculiar do sistema capitalista. Sistema que reproduz a escassez em meio a uma produção social de riquezas. Noutros termos, a *questão social* é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.

Ainda a este respeito, Pimentel (2007) assevera ser o caráter contraditório do sistema capitalista o elemento determinante da existência da *questão social*. Para esta autora, reside na base material – na forma como os homens se organizam no processo de trabalho e como o resultado deste trabalho é socializado – o aspecto decisivo para o entendimento da gênese da *questão social*. Em suas reflexões, demonstra que a produção de riqueza no sistema do capital é proporcional a produção de miséria. Por esta razão, a afirmativa de que as raízes da denominada *questão social* estão na Lei Geral da Acumulação Capitalista.⁷

Sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, Netto (2001) também afirma que os escritos de Marx presente no capítulo XXIII do livro *O Capital* – publicado em 1867 –, revelam a anatomia da *questão social*, sua complexidade e o caráter determinante do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. Por isso, esta Lei, será, neste item, o alvo de nossas reflexões. Nossa pretensão é ao apresentar qual seja a composição orgânica do capital, de modo a demonstrar que as respostas às desigualdades sociais contemporâneas, por meio do setor voluntário, não se configuram como uma alternativa que visa à transformação social – pelo menos, não em seu sentido mais radical. Mas, uma alternativa que rebate no redirecionamento das políticas sociais públicas estatais.

Marx (1985), ao teorizar sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, demonstra que o crescimento do capital exerce uma influência na vida da classe trabalhadora. No entendimento deste pensador, os fatores mais importantes para a investigação desta influência residem na apreensão da composição do capital e suas

⁷Pimentel (2007) ao analisar o capítulo XXIII do livro *O Capital* de Karl Marx – capítulo em que o autor teoriza sobre a *Lei Geral da Acumulação Capitalista* –, afirma que a questão social é essencialmente econômica. Em suas reflexões a autora demonstra que a dinâmica do modo de produção capitalista consiste em produzir e reproduzir a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas ao mesmo tempo em que produz e reproduz a acumulação da miséria. Esta Lei “[...] expressa o grau de exploração do trabalho, tendo como consequência a pobreza que atinge a classe trabalhadora, ao tempo que garante a expansão, acumulação e reprodução do capital” (PIMENTEL, 2007, p. 53). Para uma aproximação detalhada da articulação da *questão social* com a Lei Geral da Acumulação Capitalista, ver Pimentel (2007).

modificações no transcurso do processo de acumulação. Para Marx, os desdobramentos do processo de acumulação capitalista impõem a existência de uma população supérflua como condição inseparável para a acumulação.

Nesse sentido, questionamos qual a composição do capital no entender de Marx. Conforme este autor, a composição do capital apresenta um duplo sentido, a saber, a perspectiva do valor e a perspectiva da matéria. Denominada por ele de composição valor, a perspectiva do valor é determinada pela proporção entre capital constante (valor dos meios de produção) e o capital variável (valor da força de trabalho). E a perspectiva da matéria, designada de composição técnica do capital, consiste na proporção entre a massa dos meios de produção e a quantidade de trabalho utilizado para o seu emprego. Contudo, Marx ressalta que há uma estreita relação entre as composições valor e técnica, designando-a de composição orgânica do capital, uma vez que esta é determinada por sua composição técnica e reflete suas modificações. Com as palavras do autor:

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição - valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica (MARX, 1985, p. 187).

Nesse percurso acrescenta Marx, “[...] A média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção. Por fim, a média global das composições médias de todos os ramos da produção dá-nos a composição do capital social de um país [...]” (MARX, 1985, p. 187). A esse respeito, Pimentel apreende que a composição do capital social de um país diz respeito à “[...] média total das composições médias de todas as atividades específicas da produção, significando, portanto, uma dimensão mais universal dessa relação” (PIMENTEL, 2007, p. 24). Em suma, a composição do capital é composta pela relação entre capital constante e capital variável, ou seja, a junção entre trabalhadores e meios de

produção capaz de produzir uma mercadoria que propicie lucro para seus proprietários. Vale destacar que para Marx a dimensão universal do capital consiste na média global das composições médias de todos os ramos da produção.

Prosseguindo suas investigações, Marx afirma que o crescimento do capital é crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Para ele, “Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho” (MARX, 1985 p. 187). Isto significa que a condição determinante para ocorrer o crescimento do capital é que sua parte variável cresça, uma vez que é essa parte do capital que contrai valor no processo de produção via mais-valia. E que, por conseguinte convirá para o pagamento dos salários das forças de trabalho, se configurando desse modo, como elemento decisivo para garantir a reprodução do capital.

A título de esclarecimento, Marx exemplifica:

Suponhamos que, além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital (MARX, 1985, p. 187-9).

Conforme este autor, a condição para o crescimento do capital é a reprodução do crescimento do capital variável. Isto é, para manter a reprodução do capital se faz necessário a existência da força de trabalho, e de seu crescimento, pois esta é quem produz mais-valia – riqueza apropriada pelos capitalistas que converte parte dela no capital original e no pagamento da força de trabalho via salários. Contudo, Marx chama atenção para o fato da escala da acumulação se ampliar e implicar na superação do crescimento da força de trabalho. Para este autor, este acontecimento coloca na ordem do dia uma elevação dos salários e uma demanda de trabalhadores maior que a sua oferta. Em seu parecer, isto em nada altera o caráter da reprodução capitalista, a saber: reproduzir a força de trabalho. A esse respeito, observa o autor:

Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial. [...] As circunstâncias mais ou menos

favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista (MARX, 1985, p. 188).

E mais à frente acrescenta que:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital (MARX, 1985, p. 188).

Nestas passagens pode-se observar que para o autor a reprodução da força de trabalho é a única mediação capaz de reproduzir o capital, concluindo que “A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 1985, p. 188). Parece oportuno acrescentar que Marx ao mencionar liberais como John Bellers, Bernard de Mandeville e Éden, destaca que embora estes liberais sinalizassem um forte elo entre pobreza e riqueza – “o trabalho dos pobres é a mina dos ricos” (Bellers *apud* Marx, 1996, p. 247); que a “riqueza mais segura consiste numa porção de pobres laboriosos” (Mandeville *apud* Marx, 1996, p. 247); que se faz “necessário que a grande maioria permaneça tanto ignorante quanto pobre” (Éden *apud* Marx, 1996, p. 248); – apontam que não é a propriedade de terras ou o dinheiro, mas o comando sobre o trabalho que distingue os ricos dos pobres. Os mesmos não “entendem”, diz Marx, que essas considerações são inerentes ao processo de reprodução do capital, mas especificamente uma lei resultante das relações materiais de produção que regem o sistema do capital. No entender deste autor, é inerente ao processo de acumulação do capital, ampliar a massa de pobres. Com as palavras do autor: é próprio dos mecanismos de acumulação multiplicar os “[...] assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente, e por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista” (MARX, 1985, p. 189).

Contrário ao pensamento dos referidos liberais, Marx vai dizer que a discussão liberal é no sentido de apontar os supostos benefícios advindos com a condição de assalariamento – sem focar no cerne da questão, qual seja: a razão de ser da produção capitalista. Para Marx, mesmo ampliando a produção da riqueza a serviço

do atendimento das satisfações humanas, isto não significa que a relação de dependência e de exploração tenha se encerrado, assim como não é suficiente para superar a condição de assalariado. Marx compreende que numa sociedade onde a força de trabalho é confinada para atender às necessidades de valorização do capital, e não para a satisfação das carências humanas, o salário é tão-somente um quantum de trabalho não-pago. E seu aumento é “[...] no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ameace o próprio sistema” (MARX, 1985, p. 192). Ainda a este respeito, Marx prossegue afirmando que o próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina os empecilhos que ele mesmo criou. Logo, o “[...] preço do trabalho cai para um nível correspondente às necessidades de valorização do capital” (MARX, 1985, p. 192). A elevação dos salários não pode ultrapassar os limites que ameacem a expansão da lucratividade, uma vez que esse aumento pode significar uma desproporção entre capital e força de trabalho explorável, reduzindo o lucro do capitalista. Complementando este pensamento: “[...] a elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente” (MARX, 1985, p. 193).

Por isso, Marx assevera que “a grandeza da acumulação é a variável independente; [e] a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário” (MARX, 1985, p. 192). Segundo o autor, a produção da mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Porém, faz questão de ressaltar que essa lei não se trata de uma lei natural da população, mas de uma lei inerente à produção capitalista que em linhas gerais redunde na “[...] relação entre o trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional” (MARX, 1985, p. 193). Posto isto, o autor prossegue suas análises demonstrando a relação entre crescimento da acumulação e o decréscimo da parte variável do capital. Cita A. Smith para, concordando com este, reiterar que a elevação salarial decorre da contínua e da velocidade crescente da acumulação. E não do volume existente da riqueza nem da grandeza do capital já adquirida. Marx transmite mais adiante que os meios de produção apresentam um duplo papel, qual seja, causa e consequência da crescente produtividade do trabalho. Entretanto, o autor ressalta que:

[...] condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos (MARX, 1985, p. 194).

No entender de Marx, há uma mudança na composição técnica do capital, a saber, o crescimento dos meios de produção reflete na diminuição do componente constante do valor do capital. Isto significa que quanto mais se investe em meios de produção, maior será o crescimento da riqueza. E numa razão indireta, a força de trabalho será desvalorizada, pois quanto maior a acumulação, menor será o investimento na grandeza variável. Com as palavras do autor:

A grandeza relativa do elemento do preço, que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação (MARX, 1985, p. 194).

Marx explica que a razão disso é atribuída ao aumento dos esforços do trabalho e a diminuição de seu valor, pois “[...] a crescente produtividade do trabalho, não apenas se eleva o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas cai o valor deles em comparação com seu volume” (MARX, 1985, p. 195). E mais abaixo acrescenta que embora o processo da acumulação diminua a grandeza relativa da parte variável do capital, isso não exclui o crescimento de sua grandeza absoluta – mesmo que de forma menor. Assim como a diminuição do trabalho com o progresso da acumulação não implica em diminuição do capital a ser investido, mas pelo contrário, que este aumente em escala crescente. Em face do exposto, Marx evidencia que o pressuposto do modo de produção capitalista reside na acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias. E mais à frente assegura que a mais-valia é o elemento constituinte da acumulação, e que sua contínua retransformação em capital é o fundamento do sistema do capital. Nesses termos, o referido autor observa que reside na acumulação do capital que desenvolveu o modo de produção capitalista com vista à acumulação do capital, os “[...] dois fatores econômicos que criaram, [...] a mudança na composição técnica do capital pela qual

a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante” (MARX, 1985, p. 196).

Cabe notar que no pensamento de Marx, todo capital individual é concentração de meios de produção e toda acumulação é meio para uma nova acumulação. Para este autor, com o crescimento da acumulação individual ocorre a concentração dos meios de produção. Assim, acumulação e concentração são processos distintos, sendo este último, a “[...] expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (MARX, 1985, p. 196). Em seguida esclarece que assim como há distinção entre a acumulação e concentração, há também uma diferença destes em relação à centralização. Na centralização, Marx compreende que para a sua reprodução, independe o crescimento positivo da grandeza do capital social, mas tão somente que ocorra uma mudança na distribuição de capitais existentes. Seu efeito, segundo o supracitado autor, vai reforçar e acelerar os efeitos da acumulação, ampliando e acelerando concomitantemente a composição técnica do capital. Ou seja, ocorre um aumento da sua parte constante em detrimento de sua parte variável, diminuindo com isso, a demanda relativa de trabalho. Em resumo, acumulação crescente e a centralização do capital se convertem numa fonte de mudanças na composição do capital, diminuindo em escala crescente a composição variável do capital por intervir em sua composição constante.

Em linhas gerais, Marx faz saber que o capital adicional é tanto maior quanto maior é a centralização da acumulação, assim como tanto maior é a diminuição da demanda de trabalho, quanto maior for a dinâmica de acumulação, concentração e centralização do capital. Com outras palavras, o processo de reprodução do capital é afastamento “[...] mais e mais [de] trabalhadores anteriormente ocupados por ele” (MARX, 1985, p. 198). Acerca do desemprego, parte constituinte da sociabilidade burguesa, Marx vai demonstrar que o decréscimo relativo da componente variável do capital é comumente interpretado como consequência do excessivo crescimento absoluto da população trabalhadora em detrimento de um desenvolvimento frágil dos meios necessários para absorvê-lo. Entretanto, contrário a essa apreensão, Marx vai dizer que o X da questão reside no fato de que “[...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 1985, p. 198). Isto significa que o sistema do capital, em busca da acumulação crescente,

produz uma população supérflua que ele é incapaz de absorvê-la, produzindo desse modo, uma miríade de desempregados – um *exército industrial de reserva* funcional a sua reprodução.

Marx esclarece que esse ócio forçado do trabalhador vai regular os salários e engrossar o trabalho, ampliando a acumulação e a concentração de capital, uma vez que o trabalhador passa a ter um sobretrabalho, aumentando o poder do capital de subordinar tudo e todos a seu propósito, pois vejamos o que diz o supracitado autor:

O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar o capital (MARX, 1985, p. 205).

Na opinião deste autor, o movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa nessa base o despotismo do capital. Contudo, se algum empecilho perturba a ação dessa lei, ameaçando a criação do exército industrial de reserva, o capital nega-o e cria novos mecanismos capazes de promover sua criação. No entender do autor, a existência da *superpopulação relativa* é um aspecto decisivo para a existência do sistema do capital, que pode ser expressa nas seguintes formas: líquida, latente e estagnada. Na forma líquida ou forma fluente, os trabalhadores ora são expulsos ora são absorvidos no mercado de trabalho, de forma que sua proporção cresça, mesmo que de modo decrescente em relação à escala da produção. Ou seja, uma grande quantidade de trabalhadores é regularmente demitida, porém um número reduzido continua a ser empregado. Marx observa que esta forma se caracteriza nos centros da indústria moderna onde os “[...] trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui em forma fluente” (MARX, 1985, p. 207).

Acerca da forma latente, Marx vai dizer que a migração da população rural para as cidades, significou para os trabalhadores agrícolas a sua expulsão para as cidades, na busca por melhores condições de existência. No entanto, “[...] seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram

excepcionalmente de modo amplo” (MARX, 1985, p. 208). E quanto à superpopulação estagnada, por constituir a parte do exército ativo de trabalhadores, porém com ocupação irregular, tem proporcionado ao capital um fecundo reservatório de força de trabalho disponível. Apreendida como sendo a superpopulação relativa, essa categoria se caracteriza pelo máximo do tempo de serviço e o mínimo de salário.

Ao analisar essas formas de *superpopulação relativa*, Marx observa que habita nesse exército industrial de reserva, a esfera do pauperismo. Para ele, retirando o *lumpemproletariado* (vagabundos, delinquentes e prostitutas), a camada dos pauperizados é composta por: sujeitos aptos para o trabalho; órfãos e crianças indigentes; e os degradados, maltrapilhas e incapacitados para o trabalho. Desse modo, acaba por desvelar o pauperismo como a constituição do “[...] asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1985, p. 209). Complementando, afirma que a produção do pauperismo “[...] está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (MARX, 1985, p. 209). Portanto,

[...] a acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1985, p. 210).

Em face de tais considerações, o pensamento de Marx revela que reside na produção de riqueza do sistema do capital, a produção de miséria de uma miríade de trabalhadores, estejam inseridos ou não no mercado de trabalho – ambos fazem parte do processo de produção e reprodução das relações sociais burguesas. Para Marx, todos os esforços do sistema capitalista em desenvolver as forças produtivas não têm como fim o atendimento das necessidades humanas. A produção capitalista visa apenas à valorização do capital, restando aos sujeitos que socialmente produzem a riqueza, as migalhas desta produção. É nesse antagonismo da produção capitalista que reside a razão de ser do sistema do capital, é essa a Lei absoluta da Acumulação Capitalista, ocasionar “[...] uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital” (MARX, 1985, p. 210). Noutras palavras, a superação das desigualdades

sociais, reside na superação da estrutura que a criou. Logo, para romper com o caráter destrutivo do sistema capitalista, faz-se necessário extingui-lo e construir uma nova e superior forma de sociabilidade em que os sujeitos deixem de ser uma mera mercadoria e passem a ser efetivamente sujeitos da sua história. Enquanto as condicionalidades para tal efetivação não acontecerem, o sistema do capital vai criando estratégias para se reproduzir. Parece-nos que uma das estratégias de reprodução da sociabilidade capitalista na atualidade tem sido estimular a *superpopulação relativa*, o *exército industrial de reserva* para desempenharem ações sociais voluntárias com vista à diminuição das mazelas sociais. Logo, além de alvo das ações sociais, a *superpopulação relativa* e o *exército industrial de reserva* passariam a ser também parte constitutiva das práticas sociais.

Ao apreender o complexo de causalidades da *questão social* a partir dos escritos de Marx sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, interessa investigar a relação entre as esferas do público e do privado no tocante à intervenção na *questão social* no contexto do capitalismo dos monopólios. Para tal fim, resgatar-se-á o contexto que demarcou o capitalismo monopolista, de modo a ressaltar a articulação das funções econômicas e políticas do Estado. Estes aspectos vão se constituir em objeto de reflexões do próximo item.

1.2 Questão Social no Capitalismo dos Monopólios: consolidação da fragmentação da Questão Social com o Welfare State

Explicitado o farol reflexivo do qual se partiu para o entendimento das desigualdades sociais na contemporaneidade, convém iniciar o presente item com a seguinte citação:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército

ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1985, L.1º, Tomo II, p. 209).

Esta formulação teórica datada de 1984, evidencia a dinâmica do modo de produção capitalista – designada por Marx de a lei absoluta geral da acumulação capitalista. O autor, ao tratar da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino das classes subalternas, demonstra que o empobrecimento destas classes é diretamente proporcional ao enriquecimento da classe capitalista. Com outras palavras, este pensador conclui que uma das principais características da sociabilidade burguesa é a escassez em meio à abundância, uma vez que a “[...] acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 1985, p. 246).

Feitas tais considerações sobre a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, propõe-se neste item refletir sobre o contexto dos monopólios. Apreende-se que esse contexto fora marcado pela construção de estratégias econômicas, políticas e sociais, no sentido de responder às demandas geradas pela contradição entre capital e trabalho – contradição esta, cerne das desigualdades sociais. Dentre estas estratégias, enfatizar-se-á a relação entre as esferas do público e do privado no tocante à prestação de serviços sociais. Antes, porém, é oportuno tecer algumas considerações sobre o capitalismo concorrencial, pois este contexto dará as bases para o surgimento do capitalismo dos monopólios. Para a construção da abordagem presente neste item, foi preciso apropriar-se das produções teóricas dos seguintes autores: Braverman (1987), Pino (1989), Marx (1995), Filgueiras (1995), Harvey (1996), Antunes (1999), Montaña (1999), Netto (2007), Lessa (2007), Netto e Braz (2007), Behring e Boschetti (2011) e Adas (s/d).

Conforme Netto e Braz (2007), o capitalismo concorrencial é aproximadamente datado da oitava década do século XVIII. Também designado de capitalismo liberal, este estágio do desenvolvimento capitalista perdurou até o último terço do século XIX.

No decurso desse período, de cerca de cem anos, o capitalismo vai se consolidar nos principais países da Europa Ocidental, nos quais erradicará ou subordinará à sua dinâmica as relações econômicas e sociais pré-capitalista, e revelará suas principais características estruturais [...] (NETTO; BRAZ, 2007, p. 171-2).

No entendimento destes autores, o capitalismo concorrencial, sobre a base da grande indústria (a indústria moderna), provocou um processo de urbanização sem precedentes, que criou o mercado mundial. E durante a sua vigência, “[...] estabeleceu-se o que, no estágio subsequente do capitalismo, haverá de consolidar-se e desenvolver-se: um sistema econômico internacional – mais exatamente: uma *economia mundial*” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 172, grifos dos autores).⁸

É oportuno acrescentar, segundo Netto e Braz, que no capitalismo concorrencial os pequenos e médios capitalistas tinham a possibilidade de se inserir no mercado como produtores de mercadorias, pois “[...] não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 172). Todavia, os efeitos da concentração e da centralização foram contribuindo para que os grandes capitalistas fossem, ao longo dos anos, exercendo vantagens sobre os pequenos e médios capitais – e assim, muitos foram sendo destruídos, e/ou incorporados aos grandes capitais.

É também oportuno acrescentar que, nesta fase do capitalismo, o Estado, ainda que minimamente, intervinha nas expressões da *questão social* por meio de ações assistenciais e coercitivas. Através das *workhouses*, o Estado punia os pobres que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho. E atrelado a esta forma punitiva, era comum tratar a pobreza por meio da caridade privada e da filantropia da Igreja Católica – aqui, a pobreza era vista como destino. E o amor cristão ao próximo e as obrigações de *status* e/ou pertencimento às corporações determinavam as formas de auxílio e ajuda a serem praticadas em tempos de necessidades, sobretudo, em tempos de ameaça à ordem estabelecida.

Postas estas ponderações sobre o capitalismo concorrencial, passe-se ao contexto dos monopólios. De acordo com Netto (2007), a sociabilidade burguesa sofreu profundas modificações no final do século XIX. Estas modificações conduziram a um reordenamento no modo de produção capitalista que demarcou a ascensão da sociedade burguesa, mediante a maturidade do desenvolvimento de suas forças

⁸Sobre a economia mundial, Braverman (1987, p. 239) ressalta que os primeiros passos na criação do mercado universal na fase do capitalismo monopolista, foram os seguintes: a conquista de toda a produção de bens e serviços sob a forma de mercadorias; a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e “[...] um ‘ciclo de produtos’, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas” (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

produtivas. Faz-se menção à passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.⁹ Conhecido como imperialismo clássico, o contexto dos monopólios, período situado entre 1890 e 1940, recoloca “[...] em patamar, mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, [...]” (NETTO, 2007, p. 19).

Conforme Braverman (1987), o Capital Monopolista teve início nas últimas duas ou três décadas do século XIX. Sua gênese reside na “[...] concentração e centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação [...]” (BRAVERMAN, 1987, p.214). Foi a partir dessas iniciativas que a estrutura da moderna indústria capitalista tomava forma. Para o autor, o capitalismo monopolista abrange:

[...] o aumento das organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial, o movimento mundial do capital e mudanças na estrutura do poder estatal (BRAVERMAN, 1987, p. 216).

Sobre esta abrangência, Netto (2007) destaca que o contexto dos monopólios procurou viabilizar o objetivo primário do capitalismo, qual seja, “[...] o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2007, p. 20). Para este fim, a livre concorrência se configurou numa finalidade vital travada entre os grupos monopolistas e os setores ainda não monopolizados. E a contradição existente entre a produção coletiva e a apropriação privada foi elevada ao ápice com a internacionalização do processo de produção.

A este respeito assim se expressa o autor:

⁹Cabe notar que na fase concorrencial o Estado não interferia diretamente na economia. Predominava as idéias de Adam Smith, segundo a qual o mercado deve ser regido pela livre concorrência – pela lei da oferta e da procura. Sobre a concorrência importa acrescentar que se configura como “[...] a mais perfeita expressão da guerra de todos contra todos [...]” (ENGELS, s/d, p. 111). Engels ressalta que esta guerra pela existência “[...] leva à confrontação não apenas das diferentes classes sociais, mas ainda dos diversos membros dessas classes entre si [...]” (ENGELS, s/d, p. 112). Se apresentado, portanto, como outra causa da degradação dos trabalhadores.

As organizações monopolistas não promoveram a evicção da anarquia da produção que é congênica ao ordenamento capitalista; a “livre concorrência” é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados. Esbatendo-se no mercado mundial – no qual a monopolização rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas neocolonialistas –, o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados (NETTO, 2007, p. 24).

Convém ressaltar que a queda do padrão de vida da classe trabalhadora e o aumento de trabalhadores ao exército industrial de reserva, foram algumas das principais consequências deste processo. Braverman, ao definir como desumanizadoras as relações de compra e venda da força de trabalho no capitalismo monopolista, acrescenta que “É somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-la ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital” (BRAVERMAN, 1987, p. 231). Para este autor, uma das peculiaridades do capitalismo monopolista fora transformar toda e qualquer atividade humana em mercadoria que enriqueça o sistema do capital.

Em meio a um contexto de organização e inovações no processo produtivo, advindos com a introdução do modelo *fordista/taylorista*, o capitalismo monopolista foi sendo consolidado nas primeiras décadas do século XX. Sobre o modelo *fordista/taylorista*, importa observar que não representou apenas a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização no processo produtivo. Ao instituir novas formas de reprodução da força de trabalho e novos padrões de consumo, este modelo produtivo significou uma nova modalidade de controle social, constituindo-se numa nova política de gerenciamento do trabalhador dentro e fora do seu espaço de trabalho. No tocante à estrutura do modelo *fordista/taylorista*, a formulação teórica de Antunes (1999) parece esclarecedora:

[...] o binômio *fordista/taylorista*, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na *produção em massa* de mercadorias, que se estrutura a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*. Na indústria automobilística taylorista fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na

produção, reduzindo o *tempo* e aumentando o *ritmo* de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração. Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho *parcelar* e *fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de *desantropomorfização* do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaemente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. [...] Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série *fordista* com o cronômetro *taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre *elaboração* e *execução*. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimido” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (ANTUNES, 1999, p. 36-7, grifos do autor).

No processo de implementação e legitimação desta racionalização *fordista/taylorista*, o Estado tornou-se uma mediação indispensável para a formação de um sujeito possuidor de qualidades morais e intelectuais adequados a nova organização do processo produtivo. Dentre as estratégias estatais, combinaram-se processos coercitivos com ações educativas pautadas na elevação dos salários e na distribuição de benefícios sociais. Importa destacar que foi em meio ao desenvolvimento do binômio *fordista/taylorista* que se deu o salto organizativo nas lutas do proletariado – a formação dos sindicatos e dos partidos políticos. Segundo Lessa (2007, p. 279), este salto foi desfeito em seguida com a consolidação do *Welfare State* – acordo entre Capital, seu Estado e os trabalhadores. Este acordo concedia aos trabalhadores aumento nos salários e benefícios sociais em troca do não questionamento da ordem vigente. De forma a integrar passivamente os trabalhadores à ordem do capital, o *Welfare State* significou mais uma das estratégias de propagação do ideário burguês. Isto por que o modelo de desenvolvimento fordista, orientado pelas inovações nos campos da eletricidade, da química e da manufatura – bases técnicas da Segunda Revolução Industrial – associado a características intrínsecas aos métodos de organização do trabalho *tayloristas* como a padronização das tarefas, e a separação entre quem planeja e quem executa, introduziu no cenário industrial uma esteira rolante automatizada que possibilitou uma produção em larga escala de produtos padronizados. Padronização esta que implicou num aumento extraordinário da produtividade e numa significativa redução dos custos da produção. Entretanto, essa produção em massa demandou, necessariamente, um consumo em

massa. Caso contrário, corria-se o risco de produzir além da capacidade de ser absorvida, e, portanto de não se obter o tão almejado lucro.¹⁰

Deste modo, tornou-se imperativo um aumento dos salários, a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação das férias anuais entre outros benefícios sociais aos trabalhadores, para que estes pudessem adquirir os resultados da produção. No sentido de atender a este fim, fora criado o *Welfare State* que com vistas à distribuição de benefícios sociais, escamoteava sua verdadeira razão de existir, qual seja, possibilitar as classes subalternas condições para o acesso a uma fatia ínfima dos ganhos da produtividade. Assim, os benefícios concedidos aos trabalhadores pelo capital se configuraram como uma exigência objetiva para a continuidade do desenvolvimento capitalista, uma vez que é imprescindível que haja uma ampliação significativa do mercado consumidor, para que as mercadorias produzidas nas fábricas possam sair de seus estoques e gerar lucros para seus proprietários. No entender de Lessa (2007), essa concessão de benefícios sociais significou:

[...] o desenvolvimento de centrais sindicais domesticadas que aceitavam exercer a função que lhes destinava o sistema do capital: disciplinar a força de trabalho através de acordos coletivos e na regulamentação dos processos de trabalho entre as diferentes plantas de um mesmo ramo industrial (LESSA, 2007, p. 282).

O desdobramento desta concessão e benefícios se expressou na desmobilização das lutas do proletariado em seu caráter revolucionário. Acerca do movimento de desmobilização das lutas dos sindicatos, Lessa afirma que o período do pós-guerra significou para os sindicatos sua domesticação e adestramento. No seu entendimento, os sindicatos passaram a incorporar “[...] muitas das tarefas que, no passado, eram típicas dos inspetores do Estado [...]” (LESSA, 2007, p. 282). Conforme este pensador, o *Welfare State* – ou Estado de Bem-Estar ou ainda Estado Providência – não significou a democratização das relações entre Estado e a sociedade civil, possibilitando aos indivíduos um aumento de suas influências no desenvolver da sociedade. Ou ainda que esta forma de organização do Estado tenha “[...] correspondido uma alteração na correlação de forças favorável aos trabalhadores

¹⁰Um a importante contribuição sobre o modelo de produção fordista pode ser encontrado em Gounet(1999).

e que esta seja a razão última das políticas públicas” (LESSA, 2007, p. 285). Para Lessa, o Estado de Bem-Estar foi uma etapa necessária para a transição harmoniosa para o neoliberalismo.¹¹ O adestramento a qual se referiu se configurou, portanto, como “[...] um dos elementos importantes para que, décadas depois, a transição ao neoliberalismo não provocasse uma reação sindical mais importante” (LESSA, 2007, p. 285). E conclui que:

Os “gastos sociais”, dos quais teóricos tem tantas saudades, foram, na verdade, a forma mais apropriada, naquelas circunstâncias históricas – e em pouco mais ou menos de nove países em todo o mundo –, de o Estado exercer a sua função de comitê gestor dos interesses do capital (LESSA, 2007, p. 285).

Contrário ao pensamento de que o *Welfare State* é tão somente uma expressão da concessão de benefícios e, portanto, instrumento de desmobilização das lutas do proletariado, Behring e Boschetti (2011) observam que o chamado “consenso do pós-guerra” possibilitou que os partidos de esquerda e direita assegurassem à classe trabalhadora uma diversidade de legislações sociais. As autoras acrescentam que este consenso só foi viabilizado em virtude do abandono (por parte da classe trabalhadora) do projeto de socialização da economia. Nas palavras de Behring e Boschetti:

¹¹ O Neoliberalismo é um fenômeno político/ideológico que foi difundido mundialmente a partir dos fins dos anos de 1970. De acordo com Adas (1999, s/p), este fenômeno não é tão novo, pois surgiu como teoria econômica sistematizada no final da década de 1930. Segundo o autor, os princípios neoliberais são basicamente os mesmos do liberalismo, diferindo apenas naquilo que a nova realidade do capitalismo impõe, como por exemplo, a supressão da livre-concorrência, determinada pela formação dos monopólios, oligopólios, trustes etc., que trouxe à tona a necessidade de intervenção do Estado na economia. Haja vista que para os teóricos neoliberais, os mecanismos de mercado são capazes de organizar a vida econômica, política e social, desde que sob a ação disciplinadora do Estado.

Nessa direção, importa acrescentar o pensamento de Filgueiras (1995). Conforme este autor, o neoliberalismo emerge na pós-Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista/ *keynesiano*, presente na Europa e nos EUA. E embora suas críticas se voltem contra qualquer limite, por parte do Estado, ao funcionamento dos mecanismos do mercado, o fato é que a intervenção do Estado se torna pertinente para a garantia da liberdade econômica e política pregada pelos liberais e reafirmada pela ideologia neoliberal. Assim, o neoliberalismo se apresenta, nas palavras do autor, como: “[...] uma doutrina que se constrói em oposição a uma certa forma de intervenção do Estado, mais precisamente, ao chamado Estado de Bem-Estar Social Europeu, ou o New Deal norte-americano, e tendo por princípio mais geral que a desigualdade é um valor positivo e imprescindível na constituição de uma sociedade democrática, pois é a base da liberdade e da vitalidade da concorrência” (FILGUEIRAS, 1995, p. 899).

Este “consenso”, materializado pela assunção ao poder de partidos social-democratas, institucionalizou a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com o aumento de recursos para expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal com o crescimento econômico e pleno emprego (Behring; Boschetti, 2011, p. 92).

E mais adiante, norteadas pelo pensamento de Mishra, apresentam três princípios que estruturam o *Welfare State*, quais sejam:

1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social (Behring; Boschetti, 2011, p. 94).

Por sua vez, Pino (1989) argumenta que o *Welfare State* expressou um tipo de organização política e econômica que colocava o Estado como o grande promotor e defensor do social e organizador da economia. Em seu entendimento, o Estado foi compelido a atuar como agente regulamentador da vida social, política e econômica do país, de modo a garantir serviços públicos e proteção à população. Todavia, acrescenta que as políticas públicas ofertadas pelo *Welfare State* além de situarem-se na trajetória da crescente intervenção do Estado no campo social, também significou a “[...] trajetória das lutas seculares do operariado pela conquista de certos direitos civis, políticos e sociais que o Estado acabara reconhecendo não sem muitos conflitos e restrições” (PINO, 1989, p. 141). Por isso, afirma que o surgimento do Estado assistencial não significou apenas a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho, mas também a redução de tensões sociais. Por ter assumido

[...] a criação de um complexo sistema de serviços públicos, de custos cada vez mais elevados, para oferecer à população em geral, mas sobretudo a de menor renda, serviços de seguridade social e previdenciária, de saúde, educação, transporte, habitação e saneamento básico (PINO, 1989, p. 124).¹²

¹²Importa acrescentar que esta modalidade de Estado se desenvolveu principalmente na Europa, e em países de economia avançadas como na Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Segundo Pino (1989, p. 143), isto se deve porque investir em políticas sociais requer necessariamente ter uma grande reserva econômica. É oportuno observar, ainda conforme este autor, que o Brasil não experimentou um Estado de bem estar social. Mas, uma tentativa forçada de organizar programas sociais de caráter emergencial e paliativo destinados a grande massa empobrecida. A particularidade do Brasil no desenvolvimento

Noutro direcionamento, Antunes acrescenta que *Welfare State* se constituiu em:

Uma forma de sociabilidade fundada no “compromisso” que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, *desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista*. Além disso, esse “compromisso” tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizado nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam totalmente excluídos desse “compromisso” social-democrata (ANTUNES, 1999, p. 38-9, grifos do autor).

Isto significa dizer que o sistema do capital, buscando legitimação através do jogo democrático, tornou possível o atendimento parcial das demandas imediatas dos trabalhadores de países centrais. Todavia, ao absorver estas demandas, o Estado as revestiu com um significado coesionador, colocando-as num patamar onde não ameaçava as bases de acumulação do capital. Por isso, a afirmativa de Lessa de que a transformação do movimento sindical – de organizadores corporativos do mercado de trabalho em inspetores do Estado – significou o abandono “[...] a superação da ordem burguesa, com tudo o que ela tem de essencialmente desumana, para converter-se na busca de uma ordem burguesa menos injusta” (LESSA, 2007, p. 286). Com outras palavras, para Lessa, o *Welfare State* foi uma etapa preparatória para um projeto societário que não se quer revolucionário. Um projeto cujo cerne vai de encontro à superação da ordem burguesa, por seu fim expressar a propagação do sistema capitalista. Projeto o qual reitera que “Não há lugar no cenário político oficial para a luta para além do capital” (LESSA, 2007, p. 287), mas apenas adaptações em seu interior.

Assim sendo, o Estado que sempre exerceu um importante papel no desenvolvimento da sociabilidade capitalista, passou a incidir diretamente na dinâmica econômica, sobretudo após as demandas sociais advindas da crise de 1930, que impulsionou a gestão da política keynesiana. Numa outra visão, Harvey (1996) acrescenta que para administrar tal política:

capitalista não permitia que o Estado brasileiro desenvolvesse políticas de cunho universalizante. E sim, tomasse algumas medidas de proteção a categorias necessárias ao desenvolvimento nacional, e destinasse à grande massa empobrecida, ações de caráter assistencial, reproduzindo desse modo, novos e mais complexos problemas de âmbito social. Para maiores esclarecimentos, ver Pino (1989).

O Estado, por sua vez, assumiu uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capitais fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc., além disso, o poder estatal era exercido direta e indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 1996, p. 129).

No tocante à variedade de obrigações desempenhadas pelo Estado na fase monopólica, Netto (2007) por sua vez, define estas obrigações em funções diretas e indiretas. As primeiras dizem respeito à inserção do Estado como empresário nos setores não rentáveis – como os de energia e matérias-primas; à elevação do Estado na ajuda a empresas que se encontravam em dificuldades; e à entrega de complexos industriais construídos com fundos públicos a setores monopolistas. Quanto às funções indiretas, estas se referem à valorização dos monopólios por meio de encomendas e compras realizadas junto aos setores monopolizados; e fornecimento de investimentos públicos em meios de transporte, infra-estrutura, preparação institucional da força de trabalho requerida, investigação e pesquisa. Isto significa dizer que nesta fase do desenvolvimento capitalista, “[...] as *funções políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as *funções econômicas*” (NETTO, 2007, p. 25, grifos do autor). E a partir daí, o que se experimentou foi a profunda integração entre aparatos privados e instituições estatais, pois cabe destacar que: “[...] o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (NETTO, 2007, p. 26).¹³ Importa ainda observar que dentre as funções assumidas pelo Estado

¹³Sobre o papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo, Braverman (1978) assevera que: “[...] o Estado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja” (BRAVERMAN, 1978, p. 242). No entender desse autor, o poder do Estado tem sido utilizado para enriquecer a classe capitalista. E por isso, “[...] tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais” (BRAVERMAN, 1978, p. 242). Entretanto, no Capitalismo Monopolista esse papel foi ampliando. Esta ampliação do “[...] intervencionismo social e econômico por parte do estado [vai] assumi [r] u, durante certo tempo, a forma peculiar de um movimento de reforma [qu] e pareceu revelar uma *luta contra o capital*, conquanto isso mostrasse ilusório.” (BRAVERMAN, 1978, p.

no contexto dos monopólios, destaca-se aquelas concernentes à garantia da reprodução e do controle da força de trabalho. Esta função é analisada por Netto como um elemento novo e de primeira ordem, pois se:

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, é *uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2007, p. 26, grifos do autor).

Com outras palavras, foram atribuídas às práticas sociais um caráter público estatal, uma vez que “[...] as sequelas da ordem burguesa passaram a ser tomadas como áreas e campos que legitimamente reclamavam, e mereciam a intervenção da instância política que, formal e explicitamente, mostrava-se como expressão e manifestação da coletividade” (NETTO, 2007, p. 34). Com isso, Netto deixa claro que as desigualdades sociais ao tempo em que passam ser objeto de intervenção do Estado, são por este Estado tratadas de forma fragmentada e particularizada via políticas sociais. Com as palavras do autor:

Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (NETTO, 2007, p. 32, grifos do autor).

Para Netto, este recorte da *questão social* em problemas particulares não poderia ser diferente, pois: “[...] tomar a ‘questão social’ como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (NETTO, 2007, p. 23). Importa acrescentar que para Marx (1995): “[...]”

242, grifos do autor). Para Braverman, a expansão das atividades estatais imediatas na economia não mais poderia ser evitada. Tratava-se de uma exigência do movimento de reprodução do sistema capitalista.

nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida. O suicídio é contra a natureza” (MARX, 1995, p. 81). Quer-se com isso, ressaltar, que no tocante à resolução dos problemas sociais, o Estado não vai além dos limites das políticas sociais. Indicar um caminho com vista à superação das mazelas sociais é colocar em xeque a razão de existir da *questão social*, do sistema capitalista e de seu Estado.¹⁴

Assim sendo, as expressões das desigualdades sociais passaram a ser objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado, via políticas sociais. Quanto à política social, convém acrescentar que sua funcionalidade se expressa nos processos de preservação e controle da força de trabalho, embora perpassem por lutas e movimentos de resistência das classes subalternas. Apreende-se que as políticas sociais asseguram as condições adequadas ao desenvolvimento capitalista, ao proporcionar um respaldo efetivo à imagem do Estado como o mediador de interesses conflitantes. As colocações de Netto são esclarecedoras a esse respeito, diz ele: “[...] O fato de que as demandas são atendidas a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permite que aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representantes nele” (NETTO, 2007, p. 32). Com isto quer-se chamar atenção para um aspecto que não é peculiar ao contexto monopolista, qual seja, tratar as expressões da *questão social* como uma problemática individual. Mesmo ocorrendo uma intervenção por parte do Estado, as respostas por ele conduzidas consistem em atribuir aos próprios indivíduos sua condição de subalternos – cabe aos próprios indivíduos a mudança do seu destino. Desse modo, as desigualdades sociais são naturalizadas e naturalmente tratadas

¹⁴A este respeito, cabe acrescentar, segundo Montañó (1999, p. 49), que o redirecionamento assumido pelo Estado moderno perpassa o atendimento de necessidades inerentes à lógica do capital. Constituindo-se desta forma, como um instrumento “[...] dentro e a serviço da sociedade capitalista que o criou e o mantém” (MONTAÑO, 1999, p. 49). Logo, é impensável se referir ao Estado capitalista, sem relacioná-lo a reprodução da exploração do homem pelo homem. Embora o Estado apareça como se tivesse um poder independente, acima das classes, isento de interesses – um terceiro poder imposto de fora para dentro, alheio e desvinculado dos conflitos de classe. Como se existisse um antagonismo entre capital e Estado burguês. Quando na verdade capital e seu Estado apesar de serem instâncias distintas, se complementam, se entrelaçam e expressam duas facetas de uma mesma dimensão, qual seja: garantir a perpetuação das relações sociais desiguais inerente ao sistema do capital. Noutras palavras, seria um grande equívoco em nossas reflexões não relacionar o direcionamento do Estado moderno com os interesses da ordem burguesa, até porque, como observa Montañó, o Estado nos moldes capitalista surgiu vinculado ao projeto iluminista derivado da Revolução Francesa – expressão do individualismo burguês.

como um problema da natureza humana. Este processo de reificação das relações sociais reflete e reforça a tendência a naturalizar a vida social, uma vez que as desigualdades sociais são apresentadas como condição inerente ao ser humano. Reside neste aspecto, a continuidade de nossas reflexões no item subsequente.

1.3 Individualização da *Questão Social*: as desigualdades sociais entre a intervenção pública e privada

Mediante o exposto no item anterior, observou-se que com a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a relação entre as esferas do público e do privado sofreu alterações substanciais. Se no capitalismo concorrencial o Estado não interferia nas condições internas da produção, no capitalismo monopolista ele passa a garantir tanto as condições externas, como as condições internas. No entanto, Netto (2007) chama atenção para o não rompimento com o *ethos* individualista que norteou o período concorrencial. O autor se refere à permanência do ideário liberal, afirmando que o Estado recupera e adéqua este ideário à fase monopolística. Com as palavras do autor:

[...] seria um grande equívoco supor que o giro em questão derruiu o conjunto de representações sociais (e de práticas a elas conectadas) pertinentes ao ideário liberal. Antes, ocorreu algo distinto: nas condições da idade do monopólio, o caráter público do enfrentamento das refrações da “questão social” incorpora o substrato individualista da tradição liberal, “ressituando-o” como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa. [...]. Eis por que o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista em face da “questão social” simultaneamente corta e recupera o ideário liberal – *corta-o*, intervindo através de políticas sociais; *recupera-o*, debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por elas afetados (NETTO, 2007, p. 35-6, grifos do autor).

Nesta passagem, Netto evidencia que apesar da intervenção nas expressões da *questão social* passar a assumir uma dimensão pública (estatal), seria um erro pensar que isto implicaria no rompimento com o ideário liberal – ideário que continua a nortear a sociedade burguesa. Deste modo, propõe-se, neste item, atentar para o

fato de que no contexto dos monopólios há uma retomada do ideário liberal, de modo a demonstrar que as refrações da *questão social* continuam a ser tratadas entre o público e o privado. Para este fim, analisar-se-á a tendência a despolitizar e naturalizar as expressões das desigualdades sociais contemporâneas. E, para o alcance deste objetivo, as reflexões teóricas de Marx (1995), Filgueiras (1995), Netto (2007), Behring e Boschetti (2011) foram imprescindíveis.

Iniciemos com a seguinte citação:

“Num país não-político como a Alemanha”, responde o prussiano, “é impossível compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral e menos ainda que é um dano para o conjunto da sociedade. Para os alemães, o acontecimento tem o mesmo caráter de qualquer seca ou carestia local. Por isso, o rei o considera como um ‘defeito de administração e de assistência’ (MARX, 1995, p. 72, aspas do autor).

Esta citação foi extraída do texto *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano.”*. Publicado nos dias 7 e 10 de agosto de 1844 no jornal alemão denominado *Vorwaerts* este texto é uma resposta de K. Marx a um artigo publicado por Arnold Ruge (o prussiano). Em linhas gerais, o prussiano dispunha do pensamento de que o pauperismo dos trabalhadores salesianos (província alemã) estava associado à inexistência de intelecto político de seus cidadãos. Para o prussiano, a sociedade alemã era incapaz de entender as causas da miséria dos trabalhadores da nascente indústria moderna, porque lhe faltava o intelecto político. A essas colocações, Marx cita a particularidade Inglesa, questionado como a burguesia, o governo e a imprensa a eles ligados conceberam o pauperismo Inglês.¹⁵ Uma das respostas a este questionamento foi a seguinte:

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é uma responsabilidade da política, o *whig* considera o *tory* e o *tory* o *whig* a causa do pauperismo. Segundo o *whig*, o monopólio da grande propriedade fundiária e a legislação protecionista contra a importação de cereais são a fonte principal do pauperismo. Segundo o *tory*, todo o mal reside no liberalismo, na concorrência, no exagerado desenvolvimento industrial.

¹⁵Sobre a particularidade da Inglaterra, assim se expressa Marx (1995): “Na Inglaterra, a miséria dos trabalhadores não é parcial, mas universal; não se limita aos distritos industriais, mas se estende aos agrícolas. Aqui, os movimentos não estão numa fase inicial, mas acontecem periodicamente há quase um século” (MARX, 1995, p. 73).

Nenhum dos partidos encontra a causa na política em geral, pelo contrário, cada um deles a encontra na política do partido adversário [...] (MARX, 1995, p. 73).

Para Marx, o intelecto político inglês atribuiu à existência dos males sociais a ineficiência dos partidos. Outra resposta apontada pela burguesia inglesa ao pauperismo foi a incapacidade do operário em lidar com as supostas leis naturais que regem a sociedade capitalista. Diz Marx:

Até mesmo aquela parte da burguesia inglesa que está consciente do perigo do pauperismo concebe este perigo, como também os meios para repará-lo, não apenas de forma particular, mas, para dizê-lo sem rodeios, de forma infantil e sem graça. [...] Com efeito, por falta de educação o operário não entende “as leis naturais do comércio”, leis que o reduzem necessariamente ao pauperismo (MARX, 1995, p. 74).

Além da falta de educação dos operários, outra resposta apontada pelo parlamento inglês às mazelas sociais, foi a falha administrativa. Entretanto, “O parlamento inglês não se limitou à reforma da administração. Segundo ele, a causa principal da grave situação do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres” (MARX, 1995, p. 76). Marx se refere à substituição das leis dos pobres elisabetanas (que se sucederam entre os anos de 1531 a 1601),¹⁶ pela nova lei dos pobres, a *Poor Law* de 1834.¹⁷ Para o parlamento inglês, norteado pela teoria de Malthus, a assistência, meio legal contra o mal social, passa a ser um estímulo público à miséria. Para Malthus citado por Marx, o pauperismo é uma eterna lei da natureza. “Por isso, o Estado nada mais pode fazer do que abandonar a miséria ao seu destino

¹⁶De acordo Marx, a referida lei obriga as paróquias a socorrer os trabalhadores pobres, e também cria um imposto para ser utilizado na assistência aos pobres. “Essa legislação – a assistência por via administrativa – durou três séculos. Depois de longas e dolorosas experiências, quais são as posições do Parlamento no seu ‘*Amendment Bill*’ de 1834?” (MARX, 1995, p. 75).

¹⁷Engels (s/d, p. 378) acrescenta que esta nova lei dos pobres de 1834 tratava os crescentes problemas sociais de forma individualizada. Diminuindo a assistência, esta lei regulamentava a correção do pobre por entendê-lo como um delinquente. Por isso, “Toda ajuda em dinheiro ou em gêneros foi suprimida; o único auxílio consistia no acolhimento em asilos que se construíam por todo lado” (ENGELS, s/d, p. 378). Estes asilos, também conhecidos como Bastilhas da lei dos Pobres, se configuraram como espaços de pura repressão, pior de que os regimes adotados nas prisões, diz Engels: “Mesmo o regime das prisões é em melhor, de tal modo que é frequente os indigentes comentarem voluntariamente qualquer delito, a fim de poderem ir cadeia” (ENGELS, s/d, p. 378).

Ainda sobre esta lei, Vieira (1989, p. 40) ressalta que sua pretensão era restringir a andança dos mendigos e facilitar a repartição e a fiscalização das esmolas. E acrescenta: “Sua influencia se faz sentir até hoje nos sistemas de assistência da Inglaterra e dos Estados Unidos, nos quais, para que alguém usufrua determinados benefícios, é necessário que tenha residido na comunidade durante certo número de anos” (VIEIRA, 1989, p. 40).

e, no máximo, tornar mais fácil a morte dos pobres” (MALTHUS, s/d, s/p *apud* MARX, 1995, p. 76). Conforme Marx, a essa filantrópica teórica o parlamento inglês agregou a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados.

No entendimento de Marx, a assistência que inicialmente era vista como uma alternativa à extinção do pauperismo, passa a ser apreendida como um problema. Cabendo ao parlamento inglês não preveni-lo “[...] como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito” (MARX, 1995, p. 76). Noutras palavras, o parlamento aponta que os próprios trabalhadores são culpados por sua existência miserável. Logo, parece coerente que a assistência seja substituída pela repressão e punição, por meio das *workhouses*. “Nas *workhouses*, a assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela a caridade” (MARX, 1995, p. 76).¹⁸ Enfim, toda esta particularidade inglesa exemplificada por Marx, buscou demonstrar que o intelecto político não é capaz de identificar a essência dos males sociais. Se o fosse, a Inglaterra não só identificaria como atuaria para eliminá-la. Todavia, as respostas do parlamento inglês ao pauperismo da classe trabalhadora fora do assistencialismo a repressão, via *workhouses*. Nas palavras de Marx:

[...] a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, desse modo, neles punida (MARX, 1995, p. 76-5).

No entender deste intelectual, a fragilidade em apreender os males sociais e intervir de modo a extingui-los, é inerente ao intelecto político. E “Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais”

¹⁸A este respeito, Engels (s/d) ao descrever a situação da classe operária na Inglaterra, exemplifica os maus tratos sofridos pelos pauperizados inseridos nas *workhouses*. Para uma aproximação rigorosa das condições de existência da classe trabalhadora inglesa no contexto da nascente indústria moderna, ver Engels (s/d).

(MARX, 1995, p. 81-2). Segundo Marx, isto é atribuído ao fato de que a natureza do intelecto político é necessariamente político. Diz ele: “O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política” (MARX, 1995, p. 82). E mais a frente complementa:

O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais (MARX, 1995, p. 82).

Isto significa que é peculiar ao intelecto político atribuir os males sociais ora a existência de medidas sociais elaboradas erroneamente, ora as falhas administrativas, ora a inexistência de recursos, ora a falta de assistência, ora aos próprios sujeitos que a experimentam. Cabendo ao Estado moderno administrar conflitos apenas em tempos de crises que possam ameaçar o ordenamento capitalista. Este pensamento é compartilhado pelo ideário liberal.

O ideário liberal foi uma doutrina econômica defendida pela burguesia nos séculos XVII e XVIII que serviu de base para as revoluções antiabsolutistas ocorridas na Europa – principalmente em países como a Inglaterra e a França e Estados Unidos. Apoiado nas teorias de pensadores como John Locke, Quesnay, John Stuart Mill, Adam Smith e Thomas Malthus, este ideário apresenta a defesa da liberdade política e econômica como o ponto principal de sua doutrina. Dito de outra forma, os defensores do liberalismo são contrários ao forte controle do Estado na economia e na vida social. Dentre os princípios do liberalismo, importa destacar a liberdade política e econômica e mencionar: a democracia representativa com separação e autonomia entre os poderes legislativo e judiciário e sua igualdade perante a lei (estado de direito); a defesa da propriedade privada; a livre concorrência e a livre iniciativa, considerando que não há antagonismo, mas harmonia entre os interesses individuais e os coletivos; a liberdade econômica (o livre mercado), a existência na vida econômica de uma ordem natural; a mínima participação do Estado nos assuntos econômicos da nação (governo limitado), cabendo-lhe apenas a garantia da livre concorrência entre os agentes econômicos e a propriedade privada dos meios de produção. Sobre estes princípios, Filgueiras (1999) observa que para os liberais, o Estado foi criado para servir ao indivíduo, e não o contrário. Por isso, o indivíduo só

poderá realizar-se plenamente se o Estado “[...] dirigir as suas ações apenas no sentido de garantir os direitos ‘naturais’ dos indivíduos, em especial os direitos de propriedade, de livre contratação, de livre comércio e de livre produção” (FILGUEIRAS, 1995, p. 899).

Sobre o liberalismo, Behring e Boschetti (2011), acrescentam que:

Para os liberais, cada indivíduo deve buscar o bem-estar para si e sua família por meio da venda de sua força de trabalho no mercado. Assim, não cabe ao Estado garantir bens e serviços públicos para todos. Nessa perspectiva, cada um individualmente, deve garantir seu bem-estar, o que levaria todos os indivíduos a atingir uma situação de bem-estar (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 62).

Para estas pesquisadoras, as ideias liberais de que cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo, fundamentaram o fio condutor da ação do Estado liberal. No entendimento destas autoras, o predomínio do individualismo, a naturalização da miséria, a manutenção de um Estado mínimo e a assertiva de que a política social deve ser um paliativo, são alguns dos elementos essenciais para o entendimento da reduzida intervenção do Estado em meados do século XIX até a terceira década do século XX. Conforme Behring e Boschetti, para os liberais, o Estado deve ser um legislador “neutro” e desenvolver apenas ações complementares ao mercado. “[...] Sua intervenção deve restringir-se a regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado. [...] A pobreza, para os liberais, deve ser minorada pela caridade privada” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 62).

De acordo com Netto (2007), no capitalismo dos monopólios ocorre uma articulação da noção de coletividade que envolve as políticas sociais, com esta dimensão individualista peculiar ao ideário liberal. Noutros termos, apesar da intervenção nas desigualdades sociais se processar na esfera do Estado, não é rompido o *ethos* individualista que o norteou no período concorrencial, qual seja, atribuir ao indivíduo a condição de subalterno. Netto analisa este processo que transfigura os problemas sociais em problemas pessoais como uma tendência a psicologizar a vida social. E acrescenta que esta tendência não se constitui somente quando é imputada ao indivíduo a responsabilidade por seus problemas, chamando

atenção para o atendimento institucional “personalizado”, que via terapias de ajustamento, promove uma aparente inserção social. A este respeito, Netto se coloca da seguinte forma:

[...] o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento “personalizado” entre ele e instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos “serviços” que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica – num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia” psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas (NETTO, 2007, p. 42, grifos do autor).

O autor esclarece que além do efeito contido no ato de imputar aos indivíduos a responsabilidade do seu destino social, a tendência a psicologizar a vida social perpassa um novo relacionamento entre o indivíduo que se pretende ajustar e as instituições que serão voltadas para este fim. Com isso, o referido autor chama atenção para o papel das instituições próprio dos monopólios, a saber: medear por meios dos serviços sociais os conflitos sociais com vista a adequar os indivíduos à manutenção da ordem vigente. Uma vez que o propósito destas instituições é tão-somente moldar os indivíduos às necessidades de reprodução das relações sociais desiguais burguesas.¹⁹ Este pensamento permite a elaboração do seguinte questionamento: entendendo que a fase atual do capitalismo monopolista também exige uma redefinição entre as esferas do público e do privado, qual a relação que se estabelece entre estas esferas na atualidade? A resposta a esta indagação parece

¹⁹É oportuno adicionar que por instituições, entende-se o espaço contraditório em que normas são constituídas socialmente para estruturar e regular o funcionamento dos segmentos de classe. Noutras palavras, as instituições são organização que ocupam um espaço político nas relações entre o Estado e a sociedade. A esse respeito, Faleiros (1985) assim se pronuncia: “As instituições sociais são organizações específicas de política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos manifestos. Elas fazem parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade. Mesmo quando privadas, as instituições são reconhecidas pelo poder público, ou recusadas por ele” (FALEIROS, 1985, p. 31). Conforme este autor, as instituições são mecanismos reguladores das crises de desenvolvimento do sistema capitalista. São veículos de mercantilização de bens e serviços, e, portanto, exercem uma função de controle social do Estado sobre a sociedade. Uma vez que “[...] realizam formas de recuperação e de distensão social por intermédio da divisão dos clientes e dos problemas, do adiamento das soluções, do oferecimento de respostas simbólicas e parciais” (FALEIROS, 1985, p. 35).

estar naquilo que os ideólogos do *terceiro setor* entendem por ressignificação das práticas voluntárias. É notório que o setor estatal continua a intervir nas sequelas da *questão social*, mas, experimentamos a expansão do setor “privado porém público”, representado fundamentalmente pelo que se convencionou chamar de instituições do “terceiro setor”.²⁰ Reside ainda na citação acima uma importante contribuição para o entendimento da valorização das práticas voluntárias no contexto contemporâneo, qual seja: a paulatina diminuição da intervenção estatal nas desigualdades sociais e sua transferência para um setor supostamente mais democrático e participativo.

A este respeito, importa acrescentar outro aspecto da tendência à psicologizar a vida social, a qual se julga ter uma correlação com a discussão do voluntariado contemporâneo – tema alvo de nossas inquietações. Faz-se menção à dimensão moral atribuída às desigualdades sociais, uma vez que estas são naturalizadas. Sobre a naturalização das relações sociais burguesas, Netto afirma que “[...] o específico do social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais [...]” (NETTO, 2007, p. 44). Para este autor:

A rota da psicologização passa, num primeiro momento, pela determinação da problemática da “questão social” como sendo “externa” às instituições da sociedade burguesa – ela deriva não das suas dinâmicas e estrutura, mas de um conjunto de *dilemas mentais e morais*; logo, a proposta terapêutica não pode ser senão “uma reorganização espiritual” (Conte, 1973:92), apta a contemplar o “verdadeiro *programa social dos proletários*” [sic], consistente em “assegurar convenientemente a todos, primeiro, uma educação normal, depois, o trabalho regular” (idem). O deslocamento que verificamos aqui não converte a psicologização em individualização. Ele consiste basicamente em dois movimentos: um, que *deseconomiza* (e, portanto desistoriciza) a “questão social”; outro, que situa o alvo da ação tendente a intervir nela no âmbito de algumas expressões anímicas [...] (NETTO, 2007, p. 45-6, grifos do autor).

No entender do autor, a tendência a psicologizar a vida social perpassa a negação dos elementos determinantes das desigualdades sociais. Em vez de

²⁰Importa reiterar que por *terceiro setor* compreendemos um universo de instituições compostas por sujeitos que apresentam interesses distintos, mas que se dizem comprometidos com a prestação de serviços sociais destinados ao bem coletivo. Segundo Montaña (2007, p. 26), o “terceiro setor” não diz respeito ao atendimento dos interesses coletivos, mas à manutenção e reprodução da lógica burguesa, por se tratar de um fenômeno que representa: “[...] a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço técnico-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classe que se desenvolvem nos pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘reforma do Estado’” (MONTAÑA, 2007, p. 26).

relacioná-la com a estrutura da sociedade capitalista, esta é apontada como inerente às fragilidades mentais e morais dos indivíduos. Logo, as respostas também devem ser buscadas nos próprios sujeitos, em suas mudanças particulares. Por isso, Netto faz menção ao movimento que deseconomiza as expressões da *questão social* e aponta sua intervenção em aspectos psíquicos. Com outras palavras, as desigualdades sociais são desistoricizadas e as respostas com vistas a sua “resolução” são deslocadas para os sujeitos que a experimentam. É importante esclarecer que nada mais coerente que a intervenção nas refrações da *questão social*, seja tratada no âmbito da moral. Sobretudo em contextos em que teses como a de crise do Estado e a de que o sistema capitalista é o ponto final da história da humanidade são reiteradas como verdades inquestionáveis. Quer-se com estas colocações evidenciar que esta forma de tratar as desigualdades sociais contemporâneas é funcional ao processo de reprodução das relações sociais burguesas, pois tratá-la na sua dimensão determinante requer por em questão a razão de ser da sociabilidade capitalista.

As reflexões expostas, até aqui, permitem considerar que a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista implicou em significativas mudanças nas relações entre as esferas do público e do privado. Dentre estas mudanças, importa destacar a interferência do Estado na economia capitalista e sua intervenção nas expressões das desigualdades sociais. No contexto dos monopólios, as funções econômicas e políticas do Estado se articularam de uma forma ainda não vista. E para manter sua base de sustentação, a sociedade capitalista por meio do Estado estabeleceu um consenso ao institucionalizar direitos e garantias sociais aos segmentos subalternos por meio das políticas sociais. Ao intervir nas refrações das desigualdades sociais via políticas sociais – cuja maior expressão fora o *Welfare State* – o Estado funcional ao capitalismo dos monopólios, fragmentou e particularizou a *questão social*. Desse modo, o Estado acabou por cortar e recuperar o ideário liberal, pois sua funcionalidade se expressa na necessidade de reconstruir e afirmar os mecanismos de propagação da lógica burguesa.

Nesse sentido, a intervenção nas desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que é alvo de políticas públicas, também é enfocada em ações que se desenvolvam no âmbito privado – via moralização da *questão social*. Por isso, a pertinência das colocações de Netto quanto à psicologização das relações sociais e a consequente naturalização das desigualdades sociais. Com isso, observa-se que a dimensão

pública deve permanecer ativa, porém precisa dividir a responsabilidade de intervir nas desigualdades sociais com a esfera privada. Haja vista que o que deve prevalecer é a fusão cada vez maior entre o público e o privado. Contudo, importa acrescentar que o destaque para a perspectiva privada desconstrói toda a ideia de direitos sociais. Nesta direção, parece oportuno reiterar que este pensamento é perfeitamente compatível com a tendência a naturalizar os processos sociais, como se as manifestações das desigualdades sociais contemporâneas fossem eternas e a-históricas. Cabendo às instituições – sejam elas públicas ou pertencentes ao *terceiro setor* (*lócus* do apelo às práticas voluntárias) – apenas amenizá-las ou administrá-las.

Por fim, reitera-se que as análises empreendidas por Marx quanto à estrutura e funcionamento da ordem burguesa revelam a influência que o sistema do capital tem sobre o destino da classe trabalhadora. Esse pensamento parece fundamental para a compreensão da razão de ser das desigualdades sociais, sobretudo nos dias atuais, quando esta é engendrada como natural e, portanto, incapaz de ser superada. Cabendo às instituições burguesas – sejam elas públicas ou privadas ou ainda “privadas porém públicas” – ações pontuais em suas refrações.

Cabe ainda reafirmar que tomar a *Lei Geral da Acumulação Capitalista* como fundamento para o entendimento da composição orgânica do capital e das desigualdades sociais, inerente à sociabilidade capitalista, foi decisivo para o desvelar das mudanças entre as esferas do público e do privado no tocante a sua intervenção. Ambas as esferas ao intervir nas refrações da *questão social* possuem a mesma funcionalidade, qual seja, a manutenção da sociedade burguesa. Uma vez que a extinção do pauperismo das classes subalternas impõe colocar em questão a razão de ser desta sociabilidade. Sendo assim, apreende-se que as desigualdades sociais gestadas nesta forma de sociedade não é resultado da incompetência individual. Sua razão de existir está fundada num tipo de relação social determinante e própria do sistema capitalista, na qual a riqueza produzida por toda a sociedade é apropriada privadamente. E só a busca pelos fundamentos e a crítica radical dos mesmos põem as condições para que se possa compreender a essência das desigualdades sociais, seus desdobramentos e as estratégias utilizadas pelo Capital para sua permanência, como por exemplo: a legitimação de práticas voluntárias no trato às expressões das desigualdades sociais contemporâneas. Parece-nos que o apelo às práticas voluntárias contribui para o esvaziamento da discussão sobre as políticas sociais públicas estatais, enfraquecendo o caráter de direito incorporado às políticas sociais.

Entende-se que se todos nós somos responsáveis pelas mazelas sociais, ninguém também o é. Por isso, partilha-se do pensamento de que deve haver uma crescente participação da sociedade no controle social sobre o fundo público e nas lutas pela ampliação dos direitos sociais cem por cento estatais, tendo como horizonte uma sociabilidade verdadeiramente emancipada.

Na próxima seção, outras reflexões serão tecidas no sentido de fundamentar a análise sobre o voluntariado na atualidade. Resgatar-se-á a história das práticas voluntárias e a necessária designação em Serviço Voluntário ao analisar a particularidade brasileira. Também discutir-se-á sobre o elo existente entre as práticas voluntárias e as categorias filantropia, assistência social e solidariedade, de modo a sinalizar a legitimidade do voluntariado contemporâneo com o (re) direcionamento das políticas sociais na ótica (neo) liberal.

*“Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena
histórica e cobra o seu preço.”*

(Florestan Fernandes/A Revolução Burguesa no Brasil).

II SEÇÃO – FILANTROPIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SOLIDARIEDADE: NATUREZA E LIMITES DO ATO DE VOLUNTARIAR-SE

De acordo com Merege (2009), o *terceiro setor* – também designado de setor voluntário – constitui-se em uma opção humanitária à lógica selvagem do capital. Diz ele:

Talvez a origem do terceiro setor esteja vinculada ao desejo do ser humano de colocar em prática princípios e valores humanitários, o que só seria possível em um tipo de organização que apresenta características completamente distintas das organizações capitalistas (MEREGE, 2009, p. 25).

E se questionando conclui:

Seria ele [o *terceiro setor*] o embrião de uma nova sociedade pautada por novos princípios e pela lógica do bem comum? O seu rápido e explosivo desenvolvimento parece refletir a opção universal de cidadãos pela construção desse novo mundo (MEREGE, 2009, p. 25).

Essa análise, além de atribuir ao *terceiro setor* um potencial no processo de construção de uma sociedade para além do capitalismo, chama-nos atenção para a importância dos princípios humanitários para tal concretização. Tal direcionamento não é uma particularidade de Merege. Uma grande parcela da literatura, que discute questões relativas ao *terceiro setor*, o insere como uma alternativa humanitária ao sistema capitalista. Também parece ser hegemônica entre os ideólogos do *terceiro setor* a caracterização do setor voluntário como o *locus* em que o agente voluntário pode expressar seu ativismo político e contestatório.

Merege observa que historicamente o voluntariado sempre existiu. Mas, não fora reconhecida sua importância para a melhoria das condições de existência. Com as palavras do autor: “Historicamente, o trabalho voluntário sempre existiu, mas, assim como o terceiro setor, não havia o reconhecimento da importância dessa atividade para a melhoria das nossas condições de vida” (MEREGE, 2009, p. 140). No sentido de apreender esta importância e o papel que as práticas voluntárias exerceram na história da humanidade e particularmente na realidade brasileira, a

proposta, para esta seção, consiste em apresentar elementos que permitam compreender os contextos, os movimentos e as configurações que as práticas voluntárias foram exercendo na vida dos homens. E assim, poder, na seção seguinte, refletir sobre as reais possibilidades destas práticas na sociedade contemporânea se configurarem como uma alternativa de intervenção nas desigualdades sociais. Parece-nos que a necessidade de apresentá-las como uma ação transformadora perpassa, na verdade, pela ideia de mudar para continuar como está.

Deste modo, buscar-se-á inicialmente apresentar um breve histórico sobre o movimento das práticas voluntárias, resgatando assim suas primeiras manifestações. Em seguida, a particularidade do voluntariado brasileiro será evidenciada com intuito de demonstrar seu vínculo com os princípios caritativos e sua funcionalidade no processo de reprodução do homem burguês. E, por fim, algumas anotações sobre as categorias filantropia, assistência social e solidariedade precisaram ser tecidas, no sentido de relacioná-las com o (re) direcionamento das políticas sociais públicas estatais.

2.1 História do Voluntariado: o interesse privado apresentado como interesse público

A partir das reflexões presentes na seção anterior, permitiu-se apreender que, embora as expressões da *questão social* estejam diretamente relacionadas ao pauperismo das classes subalternas, sua razão de ser não reside em si mesma. Assim como não está nos indivíduos que em seu cotidiano estão submetidos à pobreza. A resposta a sua extinção não está na esfera do Estado (público) nem na esfera do setor voluntário – o *terceiro setor* (privado). Conforme o exposto, a essência das desigualdades sociais reside no processo de acumulação capitalista que para se afirmar e expandir precisa reproduzir o pauperismo. Todavia, como conter este pauperismo de modo a não ameaçar a ordem burguesa. Parece que historicamente as iniciativas particulares exerceram uma importante contribuição neste sentido, pois cabe lembrar que pobreza é algo anterior à sociedade capitalista.

No sentido de demonstrar como as relações entre o público e o privado foram sendo construídas quando o assunto é intervir nas mazelas sociais por meio de práticas voluntárias, tratar-se-á neste item de tecer algumas considerações sobre o histórico destas práticas. Buscar-se-á ainda expor sua ligação com os princípios caritativos exercidos pela Igreja Católica e a dimensão moral atribuída às desigualdades sociais. Na qual a pobreza defrontava-se na prática com situações problemas, de caso pessoal ou de pequenos grupos, remediadas por nenhuma ou por uma falaciosa dimensão política. E, para tal propósito, recorreu-se à produção teórica dos seguintes autores: Vieira (1989), Meister (2003), Ayres (2003), Lopes (2006), Ortiz (2007) e Forrel (2009).

Meister (2003) evidencia que não há como precisar em que momento ou quando as pessoas se prestaram a realizar uma ação que se possa caracterizar como voluntária. Sua hipótese é de que a ação voluntária tenha surgido no ser humano quando este passou a ter capacidade de sentimento. “Quando passou a sentir e ver que sofrer não é bom, que podemos ajudar uns aos outros. Aí ter-se-ia iniciado a ação voluntária. E, historicamente, quando isso se dá? Não podemos datar só levantar hipóteses” (MEISTER, 2003, p. 103). Lopes (2006), por sua vez, relaciona a atividade voluntária a própria existência humana, quando diz que se retrocedermos na história, perceberemos que estas atividades são datadas do início da civilização e da formação do Estado como espaço das questões coletivas. Para esta autora, a origem destas atividades confunde-se com a própria existência humana, por considerá-las como todo e qualquer tipo de ação social que tem no seu agir, o outro como o sujeito alvo de sua atenção. No entender desta pensadora, a atividade voluntária é inerente à construção da convivência humana. “[...] logo, da existência do humano como espécie, social por excelência” (LOPES, 2006, p. 08).

Segundo Ortiz (2007), a história das práticas voluntárias é relativamente recente na cultura ocidental. Para a autora, a origem da atividade voluntária está nas práticas da caridade do período medieval.²¹ Cumpre acrescentar que a palavra

²¹Meister (2003, p. 103), argumenta que a virtude da caridade inerente às grandes religiões é incentivada para que os fiéis exercessem ações destinadas aos menos favorecidos. No seu entendimento, encontram-se nas ações caritativas estimuladas pela Igreja Católica as primeiras ideias de voluntariado. Norteadas pelo pensamento de que vale mais dar do que receber, estas ações eram exercidas e estimuladas como uma virtude religiosa. Meister acrescenta que o conceito de caridade é associado ao alívio da dor. Para o autor, esta associação ao alívio da dor perpassa pela possibilidade de se ter uma qualidade de vida melhor.

caridade advém de *caritas*, expressão de origem latina que significa amor ou afeto. Conforme Ortiz, esta expressão foi utilizada para traduzir o termo grego *ágape*. Este termo aparece, conforme a autora, no Novo Testamento com o significado de amor divino, ou ainda amor entrega, em oposição à palavra *eros*, amor desejo. O amor assim como a fé, diz Ortiz, deve se expressar em atos e obras. Em atos e obras que produzam bens aos outros, a exemplo: alimentar quem tem fome, dar água a quem tem sede, vestir quem não tem roupas, cuidar dos enfermos e aconselhar os prisioneiros. Esta autora observa que estes atos e obras tinham uma íntima relação com o trabalhador servil. Tratava-se de uma atividade desenvolvida pelas classes desafortunadas. “Em Roma, assim como na Grécia, o ócio (*otium*) era considerado a atividade primária que caracterizava as classes dominantes, em oposição ao não-ócio (*negotium*) que seria atribuído aos escravos e o povo em geral” (ORTIZ, 2007, p. 19). Entretanto, a percepção de que o trabalho, ou melhor, de que atos e obras seriam peculiares à classe menos favorecida foi sendo desconstruída com a noção de que os homens deveriam dar prosseguimento às obras de Deus. Com as palavras de Ortiz:

[...] o pensamento cristão promoveu uma mudança na compreensão da natureza do trabalho a partir da idéia, baseada no Velho e no Novo Testamento, de que Deus trabalha. O livro de Gêneses afirma que Deus criou o mundo e o homem em seis dias e, no sétimo dia descansou. Agostinho dirigindo-se aos monges de Cartago, manifestou-se radicalmente contra o *otium* do monacato, relacionando a preguiça, um dos sete pecados capitais. Desde a Idade Média a palavra para designar o trabalho humano e a atividade de Deus foi a mesma, ou seja, *opus* (ORTIZ, 2007, p. 19).

O *opus*, a que se refere Ortiz, diz respeito à obra enquanto atividade norteadas pelas ações de Deus. Cabendo aos homens, seja qual for a sua classe social, o prosseguimento às obras de Deus. Importa acrescentar que o não prosseguimento destas obras seria considerado um pecado divino. Assim, o não exercício da caridade se configuraria como uma atitude condenável aos olhos de Deus, mais precisamente, um pecado. E o seu oposto, ao produzir o bem para outros, proporcionaria benefícios extraterrenos, pois: “A caridade, era amiúde, associada à penitência e à purificação da alma, tanto para os que assumiam os votos monacais como para os religiosos leigos” (ORTIZ, 2007, p. 19). Cabe notar que o público alvo das obras de caridade era os “[...] órfãos, as viúvas, os forasteiros, os doentes, os pecadores, ou os enlutados” (ORTIZ, 2007, p. 19), isto é, os sujeitos mais vulneráveis.

Nesses termos, as obras de caridade eram inicialmente desenvolvidas pelas camadas de classes menos favorecidas. E em virtude dos princípios religiosos, outras camadas de classes foram chamadas a exercer a caridade. A este respeito, Ortiz se expressa da seguinte forma:

Os serviços de assistência com base na caridade foram, desde o início, realizados com a participação de leigos ou pessoas que, mesmo não pertencendo ao clero ou ao monacato, devotam-se a cuidar dos necessitados. As obras de caridade adquiriram, com ascensão da burguesia, um caráter cada vez mais leigo que, ainda baseado em princípios religiosos, resultou no que hoje conhecemos como “filantropia” (ORTIZ, 2007, p. 20).

Como observa a autora, baseadas em princípios religiosos, as ações sociais caritativas é a filantropia contemporânea. Ainda de acordo com Ortiz, a palavra filantropia é de origem grega, e significa amor à humanidade, ou o sentimento que leva os homens a auxiliarem os outros. Segundo esta autora, nos primórdios da Idade Média, movimentos religiosos apoiados por poderosos comerciantes difundiram uma concepção de caridade funcional às ideias da emergente classe burguesa. A autora se refere à percepção da filantropia como valor privado independente dos efeitos e da importância que a ação filantrópica pudesse desencadear na vida do outro. Entretanto, importa observar que “[...] a maior parte das obras de caridade – ou organizações que se dedicavam a essas obras – continuou sob controle, ainda que parcial, da Igreja” (ORTIZ, 2007, p. 21). E nos países em que a Igreja não exercia a soberania, estas obras passaram ao domínio do Estado, sendo articulada a política de combate à fome e à miséria.

Numa abordagem similar, Vieira (1989) argumenta que o ato de ajudar ao próximo no sentido de levar os homens a construir seu próprio bem-estar, existe desde o aparecimento dos seres humanos na terra. Segundo esta autora, na antiguidade, a assistência aos pobres, velhos e abandonados constituía-se numa responsabilidade da família, do clã ou da tribo, pois “[...] cada um tomava conta dos seus e a maneira de assisti-los variava de uma tribo para outra, segundo os usos, costumes, crenças, etc...” (VIEIRA, 1989, p. 28). Viera nota que estes usos, costumes e tradições, influíram não só no modo de tratar os assistidos, mas, sobretudo, na maneira a considerar as causas e efeitos dos males sociais. E embora a família continuasse a cuidar dos seus membros, Viera observa que a Igreja passou a administrar a

assistência durante todo o período da Idade Média. A autora se refere às atividades desenvolvidas pelos diáconos e diaconisas nos mosteiros ou junto a eles. Segundo a autora, nestes mosteiros funcionavam os dispensários, hospitais, leprosários, orfanatos e escolas. A este respeito assim se expressa Vieira:

Apesar da família continuar a cuidar de seus membros, agregado a serviçais, muitos dos encargos de beneficência que, desde o início, tinham sido confiados a sacerdotes aumentaram de tal modo que, já no primeiro século, a Igreja criou os “diáconos”, verdadeiros ministros de seus bens materiais, a quem competia recolher e distribuir auxílios. Logo depois, aproveitando a tradicional boa vontade e a dedicação das mulheres, institui as “diaconisas”, que deviam ser “viúvas piedosas e modestas”, e cujas funções consistiam também em prestar socorros, visitar os enfermos e cuidar das crianças (VIEIRA, 1989, p. 31).

Além da atuação dos diáconos e diaconisas em questões referentes ao fazer o bem, Vieira menciona Juan Luis Vives como um dos principais personagens a sistematizar a miséria. No pensamento desta autora, Vives entendia que o trabalho da Igreja sobre a pobreza era insuficiente, cabendo ao Estado intervir nos males sociais. Por isso, Vieira acrescenta que Vives, pedagogo espanhol, escreveu em 1526 um livro intitulado “*De Subvencione Pauperum*” – Da Assistência aos Pobres. Neste livro, Vieira informa que o pedagogo espanhol, após pesquisar as possíveis causas da fome que assolou Servilha em 1522, aponta seu parecer sobre as causas da miséria, sua possível solução, e qual seria o papel do Estado na vida dos menos afortunados. Nas palavras de Vieira, vejamos qual foi o parecer do espanhol:

Pode-se resumir a doutrina de Vives nos seguintes pontos: 1) o socorro aos pobres deve ser baseado na justiça: dar a cada um aquilo que precisa para reajustar-se; não deve ser uma esmola esporádica, mas um auxílio para resolver definitivamente a situação; 2) a melhor maneira de ajudar ao pobre consiste em treiná-lo e lhe dar os instrumentos para poder trabalhar e, portanto, sustentar-se; 3) a assistência deve estender-se a todas as categorias de pobreza; certas pessoas, dada seu grau de acanhamento, merecem ser socorridas em suas residências; 4) devem ser organizadas, entre os trabalhadores, medidas de previdência, em caso de doença, desemprego e velhice; 5) impõe-se a instituição de medidas contra a mendicância profissional e os mendigos devem ser devolvidos às suas cidades de origem, com a assistência necessária à viagem; 6) finalmente, torna-se necessária a cooperação entre as várias associações de caridade, coleta e centralização de fundos, unificação de direção e divisão do trabalho (VIEIRA, 1989, p. 36).

Segundo esta autora, todo o pensamento de Vives fora impregnado pelo espírito cristão e fundamentado pela doutrina da Igreja. Deste modo, “A caridade, segundo Vives, não consiste apenas em dar dinheiro ou bens materiais, mas também dar de si, salientando, assim, a importância dos valores espirituais” (VIEIRA, 1989, p. 36). Outros dois nomes, surgido no seio da Igreja Católica, que pensou a necessidade de uma ação social organizada, porém, no contexto Francês do século XVI, foram os franceses São Vicente de Paulo e Luisa de Marillac. De acordo com Vieira, a França, no século XVI, ao irromper a Reforma Protestante, permitiu-se experimentar novas concepções políticas. A autora se refere à Monarquia Esclarecida, forma de governo que entre outras características, dispunha de “[...] certa independência em relação à Igreja, maior tolerância religiosa e entrada nos campos econômicos e sociais, com medidas regulamentando o comércio e promovendo o bem-estar” (VIEIRA, 1989, p. 39). Vieira esclarece que no final deste século, Vicente de Paulo, organizou uma entidade integrada por mulheres pertencentes a famílias aristocráticas. Com a finalidade de visitar os doentes nos hospitais e os pobres em suas casas, para levar-lhes ajuda, a entidade Damas de Caridade, foi implantada em 1617. Segundo Vieira, esta entidade contou com o auxílio da viúva francesa Luisa de Marillac. Pertencente a alta burguesia, Marillac, assim como as demais damas incumbidas de prestarem assistência, nem sempre sabiam lidar com a pobreza dos assistidos, pois “Ensinar cuidados caseiros a uma mulher morando num barracão era impossível a quem possuía numerosos serviçais” (VIEIRA, 1989, p. 38). Por isso, Vieira ressalta que esta entidade não prosperou, evidenciando assim os preconceitos vigentes na época, segundo os quais as mulheres deveriam ocupar-se somente da casa e dos filhos. Ainda conforme o pensamento desta autora, em virtude da fragilidade das damas de caridade, em 1633, S. Vicente e Marillac pensaram em recrutar e formar jovens camponesas a se dedicarem ao serviço aos pobres. Este pensamento só foi institucionalizado em 1653 com a denominação de Filhas de Caridade. Vieira observa que a institucionalização das Filhas de Caridade em 1653 respondia a uma necessidade do seu tempo, pois “[...] não se concebia uma congregação feminina que não fosse enclausurada” (VIEIRA, 1989, p. 38). Importa acrescentar, segundo Vieira, que quanto à formação das Filhas de Caridade, havia uma preocupação por parte de Marillac quanto aos serviços destinados aos menos favorecidos, qual seja esta preocupação:

As Filhas deviam praticar a paciência, tendo em vista a agressividade dos pobres em face das circunstâncias com que se defrontavam, a doçura para falar-lhe; a persuasão para que sigam os conselhos; a perseverança para levá-los à reabilitação e ao amor, vendo em cada um a imagem do Salvador (VIEIRA, 1989, p. 38-9).

Permitindo-nos parafrasear Vieira, dir-se-ia que estes conselhos e ensinamentos de Marillac, se traduzidos na linguagem de hoje, merecem figurar em qualquer tratado sobre o voluntariado contemporâneo. As iniciativas de Vicente de Paulo e Marillac, na França, e de Vives, na Espanha, demonstram, como a interferência dos indivíduos numa determinada realidade social, obriga-os a se adaptarem às necessidades da ordem vigente.

Outro elemento apontado por Meister (2002) quanto à origem do voluntariado no mundo, refere-se às associações livres voltadas para a autoproteção. Meister menciona o grupo de bombeiros de Portugal, como um exemplo de livres associações datado há mais de 600 anos. Menciona também o sentido comunitário atribuído às ações voluntárias, pois: “Percebia-se que a resolução dos problemas sociais cabe à própria sociedade e não deve ser esperado como que ‘um passe de mágica’ ou um ‘salvador’ que supria as carências” (MEISTER, 2002, p. 104). Com isso, reiterava-se que a comunidade por meio de uma organização social seria capaz de gerar benefícios em seu favor, se afastando da racionalidade de se esperar pela generosidade do outro.

No final do século XVIII, mais precisamente em 1788, Vieira acrescenta que fora criado na França, o Bureau Central. Norteado pelas ideias de igualdade, fraternidade e solidariedade da Revolução Francesa, este Bureau buscava ajudar os pobres por meio de ações desenvolvidas por voluntários. Cabendo a estes, não somente visitarem as famílias pobres e prestar-lhes assistência, mas também estudar as causas de sua pobreza. Os aspectos principais desta atividade “[...] era a descentralização da assistência, a visitação e a coordenação geral dos trabalhos. O único funcionário remunerado era o diretor do Bureau Central” (VIEIRA, 1898, p. 41). Este mesmo sistema, informa Vieira, fora instaurado em 1852 na Alemanha. “O Bureau de Elberfeld recebia subvenções do governo, mas era virtualmente sustentado por doações por meio de coletas de porta em porta, de campanhas anuais, etc” (VIEIRA, 1898, p. 41).

A criação do Centro de Voluntariado em 1919 nos Estados Unidos é outra expressão da necessidade de um voluntariado organizado. Segundo Meister, apesar deste marco em 1919, o grande impulso deu-se na década de 1930, mais precisamente em 1932 com a criação do Comitê Nacional de Voluntários. E acrescenta que em 1933 foi criado o Bureau de Voluntários, o qual foi sendo implantado em diferentes cidades americanas. Estes bureaus foram num primeiro momento ligados ao Conselho de Serviço Social, com a finalidade de “[...] indicar os voluntários para várias organizações sociais da comunidade” (MEISTER, 2003, p. 104). Conforme Meister, no contexto da II Guerra Mundial, estes bureaus foram parcialmente esquecidos, pois a prioridade era organizar um apoio civil para as problemáticas da guerra. Para este fim, “Em 1941, o comitê nacional dos voluntários suspendeu suas operações e anexou-se ao órgão da defesa civil. Criaram-se 4.300 escritórios de voluntários de defesa civil nos Estados Unidos” (MEISTER, 2003, p. 104).

Ainda segundo Meister, em 1951 foi criado o *Association of Volunteer Bureau* (AVB), que durante 30 anos teve como objetivo promover treinamentos aos voluntários, no sentido de alcançar padrões de excelência quanto ao desenvolvimento dos voluntários nas comunidades. Esta tarefa de aperfeiçoar as ações voluntárias foi transferida para a *National Center of Volunteer Action* (NCVA) em 1971 em virtude das mudanças societárias, diz o referido autor. Importa notar que, neste íterim, foi sancionada a lei de associação em 24 de dezembro de 1964 na Espanha. A este respeito, Meister informa que esta lei foi o primeiro documento legal a apresentar o conceito de atividade voluntária. Entretanto, só fora em 1996 que a lei do voluntariado foi implantada neste país.

Outro marco importante na história do voluntariado mundial foi, no entender de Meister, a criação em 1970 do Programa de Voluntários pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com este autor, o referido programa foi criado com a finalidade de promover o desenvolvimento do voluntariado no mundo. Cabe notar que em 1985 o Conselho Geral da ONU, reconheceu a importância do voluntariado para a melhoria da qualidade de vida. E neste mesmo ano, foi criado o Dia Internacional do Voluntariado – 05 de dezembro. Meister acrescenta que este dia foi escolhido em virtude de ter sido o dia em que a ONU instituiu a Comissão de Voluntariado. Cabe ainda notar que a data mencionada teve por objetivo “levar as pessoas a refletirem sobre a cidadania e a solidariedade como valores indispensáveis para a melhoria da

vida em nosso planeta” (MEISTER, 2003, p. 107). Importa também acrescentar que em 1997 a ONU aprovou que 2001 seria o Ano Internacional do Voluntariado (AIV). O objetivo seria aumentar o reconhecimento; facilitar a promoção; criar uma rede mundial de valorização do voluntariado; ampliar a capacitação e divulgação das ações voluntárias. Para este fim, outro importante marco na história do voluntariado, em processo de fortalecimento tem sido os espaços midiáticos como TV e mais recentemente a internet.²²

Sobre a contribuição da internet para o fortalecimento do voluntariado na atualidade, Lopes (2006) destaca que voluntariar-se nunca esteve de forma tão organizada no mundo privado. A autora se refere à facilidade em ser voluntário nos dias atuais por meio da *web site*, diz ela:

De dentro de nossas casas, minutos na Internet propiciam a escolha entre atuar sistematicamente com educação de jovens na segunda-feira, mulheres violentadas na terça à tarde e educação ambiental nos finais de semana. Nas férias ainda podemos comprar um “pacote solidário” e atuarmos, até mesmo, em outros países. Podemos doar dinheiro também pela Internet, através de campanhas televisivas, *telemarketing* e pelo correio. “Apenas disque 0800 para doar...” (LOPES, 2006, p. 24).

Ainda sobre a facilidade/importância da internet para o voluntariado contemporâneo, Ayres (2003), ao se referir à particularidade brasileira, acrescenta que:

²²A título de ilustração, importa citar no espaço televisivo: o *Programa Ação*, apresentado por Serginho Groisman aos sábados pela manhã. Neste programa são apresentadas entre outras ações de cunho social, a experiência exitosa de comunidades “modificadas” pelo cooperativismo; o *Projeto Amigos da Escola* em que Tony Ramos apresenta casos em que voluntários tiveram sucesso em sua ação; e o *Projeto Criança Esperança*, ambos televisionados por meio da rede Globo. Este último, por sua vez, solicita anualmente recursos financeiros para continuar suas ações em favor do público infanto-juvenil. Cabe citar ainda o *Projeto Teletom* apresentado pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Seu objetivo é angariar recursos para o tratamento e reabilitação de pacientes atendidos nas unidades da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). E numa linha similar a estes projetos, há por meio da rede Record, a “responsabilidade social” expressa no *Instituto Ressoar*.

E no *lôcus* da internet importa mencionar o: voluntariosonline.org.br; voluntariado.org.br; facaparte.org.br; portaldovoluntario.org.br; parceirosvoluntarios.org.br; [voluntariosemação](http://voluntariosemação.org.br); e o siteamigo.com, entre outros.

Parece oportuno acrescentar que o portaldovoluntario.org.com foi criado em 2000. Este portal surgiu como plataforma do Programa Voluntários, do Programa Comunidade Solidária em parceria com a rede globo, globo.com e a International Business Machines (IBM) do Brasil. O objetivo do referido portal é além de difundir a prática do voluntariado, desenvolver ferramentas de gestão de voluntariado empresarial para diversas empresas.

Hoje, a principal e mais completa fonte de informações sobre voluntariado disponível no Brasil esta na web, distribuída em centenas de sites de organizações e pessoas que realizam algum tipo de ação voluntária – e este é o caminho escolhido por brasileiros que tem acesso à rede e querem obter mais informações sobre o tema (AYRES, 2003, p. 60).

Todavia, cumpre esclarecer, segundo Ayres, que apesar dos avanços, o acesso a internet ainda é restrito a alguns grupos sociais. Esta exclusão digital é apontada pelo autor como um dos limites para a difusão das informações com vistas a estimular o ato de voluntariar. Ainda sobre a importância da mídia para as ações voluntárias atuais, Forrel (2009), observa que a prática voluntária é permeada por diferentes manifestações culturais e também pela forma como são recepcionadas pelas emissões midiáticas e homogeneizadas culturalmente. Entretanto, o autor ressalta que o voluntariado é muito mais que um discurso. “Trata-se de uma ação humana, uma prática desenvolvida por sujeitos que fazem parte de grupos sociais” (FORREL, 2009, p. 72).

Os escritos acima permitem analisar que a história do voluntariado confunde-se com a própria história das ações dos indivíduos em relação aos outros. As fragilidades econômicas e sociais dos seres humanos parecem ser os elementos determinantes da gênese das práticas voluntárias. Todavia, estas práticas ganham notoriedade no início da civilização e da formação do Estado como espaço das questões coletivas. Mais precisamente quando a caridade, enquanto valor inerente à doutrina social da Igreja Católica, fora reiterada como uma prática associada à salvação pelas obras de Deus. Cabendo aos fiéis o desenvolvimento de atos que ajudassem as pessoas carentes por meio de bens concretos, como o dinheiro, alimentos, roupas, remédios, etc. Aqui a esmola é um elemento que caracteriza o vasto período de origem do voluntariado, pois o sentimento, a fé e o desejo de estar de bem consigo mesmo e aos olhos de Deus, substituem o conhecimento frente às situações que determinam a existência das carências sociais. Deste modo, as relações de cuidado que permeiam as ações voluntárias têm nos seus primórdios, os católicos – detentores ou não de recursos materiais – como principal agente e estimulador deste cuidado. Não é por acaso que até os dias atuais há um forte elo desta prática com as instituições religiosas e os princípios e valores que a norteiam. No Brasil, a história do voluntariado parece não ser diferente. No sentido de

demonstrar se esta afirmativa é coerente, a particularidade brasileira será alvo de nossas inquietações no item seguinte.

A proposta é reunir outros elementos que permita-nos reforçar o elo existente entre as práticas voluntárias e a reprodução da exploração do homem burguês no capitalismo contemporâneo. Entende-se que a ajuda às classes subalternas por meio de políticas públicas não estatais, via voluntariado, amplia o controle social do Capital sobre as classes subalternas. Ao partir e encerrar nos sujeitos que sofrem as mazelas sociais as práticas voluntárias ocultam as contradições de classes e impossibilitam o alcance de alternativas para além do sistema capitalista. Noutros termos, se a miséria é apreendida como uma imperfeição humana, a resposta para tal mal precisa ser buscada no próprio sujeito que experimenta a condição de pobreza. Logo, entendida como resultado da moral humana, as desigualdades sociais são naturalizadas e as relações sociais desiguais que regem a sociedade burguesa propagadas como o ponto final da história da humanidade. Ao contrário do que é reiterado pelos ideólogos do setor voluntário, de que este setor se configura como espaço de atenuação dos conflitos sociais, a hipótese aqui defendida é de que este setor é um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes. E, portanto, não atenua os conflitos sociais, mas contribui para que sejam reproduzidos, e em escala crescente.

2.2 Velhas Práticas, Novos Desafios: a particularidade do voluntariado brasileiro em análise

Vimos, no item anterior, que embora a gênese das práticas voluntárias esteja associada às carências sociais, estas foram sendo tratadas como um problema moral associado à espiritualidade cristã – a fé e o desejo de estar em paz com as Obras de Deus. E apesar de sua história confundir-se com o aparecimento dos seres humanos na terra, a natureza destas práticas está nas relações de doação afetiva, material e espiritual entre os indivíduos. Sobre as doações de cunho espiritual, Meister (2003) analisa que, no Brasil, a religião teve e continua tendo um papel importante no incentivo à caridade e à filantropia, via voluntariado. Para este autor, este incentivo se deu tanto individual como institucional, o que “[...] levou ao surgimento de várias

organizações que tinham e têm o intuito de acolher os mais desfavorecidos” (MEISTER, 2003, p. 110). Norteado pelo pensamento de estudiosos como Silva et al. (1999), Cardoso (2002), Sobel (2002), Giroto et al. (2004), Figueiredo (2005), Silva (2006), Lopes (2006), Ortiz (2007), Moura; Souza (2007), Oliveira (2007), Araujo (2008), Ferrari (2008), propõe-se, neste item, tratar da particularidade do voluntariado brasileiro. O objetivo é buscar novos elementos que demonstrem que as ações de combate à pobreza tem sido, no Brasil, historicamente tratadas por meio do apelo a iniciativas individuais, e na sua totalidade marcada pela benesse e assistencialismo das classes dominantes, mas, e, sobretudo, por meio do apelo às classes menos favorecidas. E mesmo quando o Estado é “obrigado” a intervir nas refrações da *questão social*, esta intervenção se dá pela conjunção entre o público e o privado – aspecto já discutido nos itens dois e três da seção anterior. Parece-nos que a caridade estatal tem sido uma constante quando a estratégia é minorar/conter a pobreza dos segmentos subalternos.

Segundo Ortiz (2007), a história do voluntariado brasileiro foi marcada pelas propostas de nossos colonizadores. Os portugueses ao chegarem ao Brasil trataram de instalar os aparatos burocráticos da coroa portuguesa e as estruturas hierárquicas da Igreja Católica. De acordo com esta autora, grande parte dos autores ao historiar o voluntariado brasileiro, remete a sua origem primeira a fundação das Santas Casas de Misericórdia de Olinda em 1539 e Santos em 1543.²³ Datadas do século XVI, as Misericórdias Portuguesas eram instituições resultantes da união entre Estado e Igreja. Conforme Ortiz, as misericórdias constituíram-se em todo o império ultramarino português, e de forma destacada, no Brasil, numa mediação unificadora de toda a política assistencial. E “O voluntariado daí resultante foi marcado, desde o princípio, por fortes vínculos religiosos e por uma inserção política centralizada no Estado” (ORTIZ, 2007, p. 22). Ainda conforme Ortiz, os primeiros filantropos brasileiros foram os Irmãos ligados as Santas Casas de Misericórdias. Segundo esta autora, os filantropos eram membros da elite local e os emergentes cristãos em busca de benefícios espirituais ou privilégios por pertencer a uma instituição de prestígio. De

²³Um valioso estudo sobre a história das Santas Casas de Misericórdias encontra-se em Tomaschewski (2007) “Caridade e Filantropia na Distribuição da Assistência”, Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

acordo com Ortiz, as Santas Casas ofereciam diversos tipos de assistência, dentre elas a assistência aos presos e suas famílias, dotes às jovens pobres, a concessão de tubas, as rodas dos enfeitados, além da assistência hospitalar aos enfermos.

Lopes (2006) corrobora este pensamento quando argumenta que o marco inicial da atividade voluntária formal na particularidade brasileira é datado de 1500 com a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Segundo a autora, assim como a Santa Casa de Misericórdia, a maioria das entidades que apresentavam voluntários em seu quadro de funcionários, era vinculada a movimentos religiosos e filantrópicos ligados às organizações católicas. A autora observa que, na atualidade, mais da metade dos voluntários brasileiros estão ligados a alguma instituição religiosa e exemplifica esse elo do voluntariado com as organizações religiosas, ao citar a ordem vicentina no Brasil. Diz ela: “Um exemplo disso foi o estabelecimento, em 1873, da ordem vicentina no Brasil, originariamente francesa, que se especializou na organização de voluntários, especialmente os mais jovens, [...]” (LOPES, 2006, p. 16).²⁴

Assim como Ortiz e Lopes, Figueiredo (2005) afirma que a história do voluntariado no Brasil está relacionada à caridade e à motivação filantrópica. De acordo com esta autora, o modelo de voluntariado no Brasil foi firmado e difundido a partir de preceitos religiosos. Estes preceitos são até os dias atuais não só um elemento que move, mas um dos objetivos das instituições caritativas. Com as palavras da autora:

²⁴De origem francesa, a ordem vicentina foi estabelecida em 1873 no Brasil. De acordo com Fernandes (1997, p. 28), esta ordem se especializava na organização de voluntários, especialmente os mais jovens, compondo grupos locais de no máximo quinze pessoas, chamados conferências. Ainda conforme Fernandes, estas conferências, compostas na sua maioria por jovens, dedicavam-se a obras sociais de forma sistemática e regular. Com as palavras do autor: “Os vicentinos, no Brasil desde 1873, especializam-se na organização de voluntários leigos, com um forte componente jovem, que se dedicam a obras sociais de forma sistemática e regular. Organizam-se em grupos locais chamados conferências, cada um composto no máximo de quinze pessoas, que levantam recursos e aplicam-nos segundo uma metodologia comum” (FERNANDES, 1997, p. 28).

Cumprir esclarecer que a referida ordem dos vicentinos está vinculada a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP). Esta por sua vez, é uma organização/movimento católico internacional de leigos, fundada em Paris/França, em 23 de abril de 1833. De acordo com o *site* da SSVP, o propósito da organização é promover a dignidade e a integridade daqueles que se encontram em situação de carência material, física, afetiva ou espiritual, independentemente de sua raça, cor, nacionalidade, credo político e religioso ou posição social. Seu objetivo consiste em aliviar os sofrimentos das pessoas mais carentes mediante o trabalho coordenado de seus membros, os vicentinos. Para maiores informações, acessar *site* da instituição, qual seja: <<http://www.noticiasvicentinas.blogspot.com.br>>.

O caráter filantrópico é forte marca histórica deixada pelos religiosos, que organizaram as primeiras ações voluntárias no país, sendo até os dias atuais um componente que faz parte tanto da motivação como dos objetivos a serem atingidos pelas instituições voltadas à caridade. Pode-se pensar que a filantropia que muitas vezes está circunscrita nas ações voluntárias atuais é produto de uma longa trajetória histórica do trabalho voluntário neste país (FIGUEIREDO, 2005, p. 40).

Figueiredo menciona que também norteadas pela caridade e filantropia, os grupos espíritas se apresentaram como outro importante instrumento para o desenvolvimento de ações voluntárias. Conforme a autora, a assistência aos necessitados da Federação Espírita Brasileira (FEB), institucionalizada em 1890 foi a primeira entidade assistencial espírita a distribuir dinheiro e alimentação a famílias carentes no Brasil.²⁵ Outro marco na história do voluntariado no Brasil foi a criação em 1908 da Cruz Vermelha e a chegada do Escotismo em 1910.

De âmbito internacional, a Cruz Vermelha nasce com o objetivo de prestar assistência médica em áreas de conflito armado. Trata-se de uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos de caráter voluntário. De acordo com o *site* oficial da Cruz Vermelha Brasileira, o voluntariado é um dos setes princípios fundamentais desta instituição.²⁶ Conforme Figueiredo, a Cruz Vermelha após a I Guerra Mundial ampliou suas ações no Brasil com a criação do comitê chamado Damas da Cruz Vermelha. Este comitê, segundo a autora, tinha como objetivo a prestação de auxílios médicos aos feridos e doentes vítimas da guerra. Importa acrescentar, que a fundação da Cruz Vermelha influenciou “[...] nas decisões das políticas públicas e na implementação de serviços sociais voltados à população, principalmente aos excluídos” (FIGUEIREDO, 2005, p. 41).

Quanto ao Escotismo, trata-se de um movimento mundial, educacional, voluntariado, apartidário, e sem fins lucrativos. Segundo o *site* SuaPesquisa.com, o escotismo foi um movimento que surgiu na Inglaterra no ano de 1910 e foi criado por Baden-Powell. Este movimento surgiu com o objetivo de aperfeiçoar os

²⁵De acordo com o exposto no *site* <<http://www.febnet.org.br>>, a FEB foi fundada em 02 de janeiro de 1884, no Rio de Janeiro. Sua trajetória tem sido dedicada a servir e a difundir a doutrina codificada por Allan Kardec. Na qual consiste em promover o estudo, a prática e a difusão do Espiritismo. Para um maior esclarecimento, acessar o referido *site*.

²⁶Para maiores informações sobre a Cruz Vermelha Brasileira acessar o seguinte *site*: <<http://www.cvb.org.br>>.

conhecimentos dos jovens e desenvolver princípios morais, cívicos e organizacionais. Na particularidade brasileira, o primeiro grupo de escoteiros foi implantado na cidade do Rio de Janeiro e se chamava Centro de Boys Scouts.

Para Lopes (2006), a Cruz Vermelha e o escotismo demarcaram um novo carácter às organizações voluntárias. A autora se refere à participação do Estado no custeamento das ações desenvolvidas pelas referidas organizações. Entretanto, esta participação do Estado na gestão do social, “[...] só passou a ser considerada significativa nos anos de 1930 e 1940, com a criação [...] [da] Declaração de Utilidade Pública [...]” (LOPES, 2006, p. 17).²⁷ Importa destacar que o envolvimento da sociedade em questões que perpassam o pauperismo da classe trabalhadora, foi sendo parcialmente perdida quando o Estado foi obrigado a partir da década de 1930, a intervir nas expressões da *questão social*. Sobre o assunto, são esclarecedoras as reflexões de Netto em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, tratadas na seção anterior. No início do contexto dos monopólios, o Estado passou a exercer um protagonismo na prestação de assistência social por meio de políticas sociais.

A este respeito Giroto et al. (2004) ressalta que:

Ao se colocar como responsável pelas expressões da questão social, o governo se compromete a buscar alternativas para esses problemas, o que faz com que o trabalho assistencial seja associado ao governo e a ideologias políticas. Com isso, a prática de ações assistenciais voluntárias, desempenhadas pelas pessoas comuns, vai sendo deixada de lado, se perdendo com o passar do tempo, ressurgindo com intensidade nos anos 90 (GIROTO ET AL. 2004, p. 36).

²⁷Concebida por meio do decreto expedido pelo presidente da república, governador ou pelo prefeito, conforme o nível federativo da instituição, a Lei 91 de 28 de Agosto de 1935 declara de utilidade pública “As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, desde que provados os seguintes requisitos: a) que adquiriram personalidade jurídica; b) que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade; c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados” (art. 1º da Lei 91/1935).

Para Barreto (2005, s/p), nesse artigo observa-se que o requisito fundamental para a obtenção do referido título se resume ao fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade. Conceito impreciso, no entender do autor, pois dá margem a variadas interpretações. Todavia, essa pouca precisão, diz o mencionado autor, advém da sua própria finalidade. Essa qualificação, no contexto da década de 1930, era uma mera característica adquirida por uma instituição sem nenhuma vantagem direta, a não ser o prestígio da sociedade e a consequente possibilidade de se obter maiores arrecadações.

Cabe notar que embora o estímulo às práticas voluntárias tenha ressurgido com toda intensidade em 1990 como observa Girato et al., foi nos anos de 1940 que as primeiras manifestações deste movimento tiveram notoriedade no cenário brasileiro. Estamos nos referindo às ações caritativas executadas pelas senhoras católicas da elite brasileira, por meio da Legião Brasileira de Assistência (LBA).²⁸ Implantada em 1942, a LBA foi uma instituição de âmbito nacional, e contava com a participação das primeiras damas do país na coordenação da assistência social.²⁹ Conforme Silva (2006), as ações assistenciais eram desenvolvidas por meio da filantropia senhorial. Considerada uma prática condenável pelos movimentos sociais, estas ações assistenciais reforçavam a miséria, por não proporcionar aos beneficiados a perspectiva de mudança de vida. Mas, apenas os tornavam dependentes de outras ações filantrópicas, uma vez que eles (os beneficiários) eram vistos apenas como um problema. Hoje, no âmbito das centrais de voluntariado, há programas de capacitação para dirigentes de instituições. E o objetivo consiste em “[...] esclarecer a importância de que os indivíduos percebam-se como parte da solução e não apenas como parte dos problemas sociais” (SILVA, 2006, p. 74). Todavia, o assistencialismo desenvolvido pela LBA se estendeu para os anos seguintes. Segundo Lopes (2006), no contexto dos anos compreendidos entre 1950 e 1960, ocorreu o predomínio da presença das primeiras damas na prestação de assistência aos segmentos menos favorecidos.

²⁸Segundo Yamamoto (2007, p. 250-1), A LBA surgiu da iniciativa de particulares com o propósito de prover as necessidades das famílias, cujos chefes haviam sido mobilizados para a guerra. Financeiramente essa instituição foi movida por recursos do governo, patrocínios de grandes corporações e doações das senhoras ricas da alta sociedade. A este respeito Araujo (2008, p. 192) analisa que por trás da institucionalização da LBA estava o desenvolver de um Plano do Governo Federal, liderado por Getúlio Vargas, no qual a assistência social seria um importante instrumento de contenção de conflitos. Assim comenta Araujo: “Na verdade, existem fortes indicações que o interesse objetivo do governo para a criação da instituição nacional de assistência social foi muito mais o estado de pobreza em que se encontravam seus grandes centros urbanos, do que atendimento das necessidades apresentadas pelas famílias dos combatentes. [...] o que evitaria as possíveis formas de manifestação de desagravo a ele, como também as prováveis tensões entre as classes sociais, garantindo, assim, o equilíbrio necessário à sociedade, sendo também um motivo para aumentar sua popularidade” (ARAUJO, 2008, p. 192). Não podemos deixar de atentar para o fato de que esta instituição sempre foi presidida pelas primeiras-damas.

²⁹Sobre a participação das mulheres no tocante à *questão social*, é pertinente notar, conforme Ortiz (2007, p. 23), que só em 1836 foi mencionada pela primeira vez a admissão de mulheres como membros da irmandade da Santa Casa de Misericórdia. E apesar de poucos dados documentais, “[...] consta que no ano de 1872, Dona Veridiana Valéria da Silva Prado, filha do Barão de Iguape, organizou uma campanha de fundos e doações em espécie para construir um novo hospital” (ORTIZ, 2007, p. 23). Esta participação feminina cresceu consideravelmente. E no século XX, as assim chamadas damas da caridade passaram a ser as principais agentes do voluntariado no país.

Executado por integrantes da elite, o conhecido movimento de primeiras damas, tinham como principal ferramenta social os chás beneficentes. As ações desenvolvidas pelas primeiras damas eram de cunho assistencial, benemerente, norteadas por relações de favor, configurando-se numa “[...] forma de assistencialismo estatal e religioso” (LOPES, 2006, p. 17). Assim, as atividades voluntárias foram paulatinamente compondo parte da política nacional de assistência social.

Sobre a relação das ações desenvolvidas pela LBA e a política nacional de assistência social, Araujo (2008) acrescenta que no mesmo ano da fundação da LBA foi criado o Programa Voluntariado. Conforme Araujo, assim como a LBA foi planejada para levar a frente o plano de assistência social do governo, o mesmo se estendeu para o Programa Voluntariado. Com suas palavras:

Ele [o Programa Voluntariado] não foi estruturado em função de ter agentes sociais disponíveis para assistirem os familiares dos combatentes, mas sim, para prestar assistência social à população urbana que se ressentia de bens e serviços, o que contraria informações como ‘[...] foi criada para atender os pracinhas em função da Guerra’ ou de que ‘[...] a ideia central era dar apoio às famílias que tinham soldados na Itália’ (ARAUJO, 2008, p. 193).

Segundo Araujo, este programa – o primeiro programa de voluntariado do Brasil – fora influenciado pelo catolicismo. “[...] herança portuguesa que se fundamentava em princípios básicos: a moralidade como manifestação do espírito nobre, de bons costumes, e a subsidiariedade, a propriedade de conceder esmolas em dinheiro e em bens materiais em geral” (ARAUJO, 2008, p. 194). Neste direcionamento, a ação desenvolvida pelo voluntário da LBA era de cunho moralizante, uma vez que:

A sua ação promoveria o amparo social, situação visualizada como singular, tomando a forma de aconselhamento moral, dentre outros valores, como o da importância do trabalho na vida humana, e a concessão, através da forma material, de auxílios em espécie ou em dinheiro e de serviços disponíveis. Para tal, o voluntariado deveria efetuar avaliações para medir a dimensão do desajuste social, registrando e organizando um fichário dos assistidos, bem como buscaria apoio de outras organizações públicas e privadas para a prestação de assistência, [...] (ARAUJO, 2008, p. 196-7).

Para este autor, enquanto o voluntariado alinhava-se na perspectiva de doação, personalizando as populações destituídas de renda e amparo social no campo da

assistência social, de modo a apaziguar as relações desiguais. O governo estrategicamente deixava o amparo social à mercê da boa vontade dos voluntários.

O voluntariado, ao atender ao chamamento do governo, foi capciosamente utilizado por ele para a mobilização de ações assistenciais. Estas foram instrumentalizadas pela solidariedade social doadora, elemento fundamental do voluntarismo, entendido como uma estratégia política governamental que degenera o processo de participação social das populações excluídas, deixando-as à mercê da boa vontade dos voluntários, o que veio ao encontro dos interesses do Estado capitalista de encobrimento dos reais mecanismos produtores de exclusão social, desconsiderando os condicionantes econômicos, colocando a realidade no patamar da moral, do civismo e da espiritualidade. (ARAUJO, 2008, p. 193, p.201)

Noutras palavras, as práticas voluntárias estimuladas pela LBA continham um chamamento moral e cívico em nome da soberania nacional. Ao apelar para os sentimentos pátrios dos cidadãos em defesa dos interesses de todos, o Programa era concebido como uma forma humanitária filantrópica que o Estado compartilhava com a sociedade.

Ainda sobre os acontecimentos da década de 1960, Figueiredo ressalta que a prática voluntária relacionada aos movimentos sociais ganhou força em virtude do crescimento dos movimentos em prol dos direitos humanos e contra o regime político. A autora acrescenta que estes movimentos foram compostos por representantes da sociedade e setores da Igreja Católica, cujo objetivo movia-se entre “[...] ações políticas que mantivessem a sociedade autônoma ao Estado, a defesa da cidadania, democracia e transformação social” (FIGUEIREDO, 2005, p. 45). E conclui que esses movimentos se opunham “[...] às formas assistencialistas e visavam à organização da própria sociedade civil para encontrar soluções frente aos seus problemas, procurando manter um caráter político, igualitário e descentralizado nas suas atividades” (FIGUEIREDO, 2005, p. 45).

Neste direcionamento, cabe acrescentar que é datada de 1961 a fundação da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE). Esta associação tem por objetivo prestar assistência e desmistificar a deficiência mental. “Mais recentemente essa associação tem sido considerada como percussora do que hoje conhecemos como Organizações Não-Governamentais (ONG’s)” (ORTIZ, 2007, p. 24).³⁰ Por

³⁰De acordo com Gohn (2003, p. 54), o termo ONG é datado da década de 1940, e advém da ONU para caracterizar iniciativas de entidades da sociedade comprometidas com a reconstrução da vida

supostamente desenvolver uma atividade que escapa à política conservadora do Estado. Cabe também acrescentar que é datada de 1967, a criação do Projeto Rondon, idealizado pelo governo militar, este projeto tem por objetivo levar jovens universitários para prestar assistência a comunidades carentes do interior do país.³¹ A este respeito, Ortiz destaca que os governos militares que sucederam ao golpe de 1964, diminuiram consideravelmente os recursos destinados às obras sociais não lucrativas. Segundo esta autora, o Projeto Rondon foi criado para amortecer os impactos dos conflitos sociais, assim como canalizar a força do movimento estudantil. Movimento este, apontado “[...] como um importante foco de resistência ao regime militar” (ORTIZ, 2007, p. 24).

A partir da década de 1970, contexto em que experimentamos a queda da ditadura militar e a efervescência da redemocratização da sociedade brasileira, é datada uma alteração na configuração do voluntariado. Neste contexto, tem-se início a tentativa de separar a atividade voluntária do elo que a une às práticas da caridade e da filantropia. A proposta seria aproximar as iniciativas dos voluntários a ideias de cidadania e participação social, e atrelar a esta participação a noção de eficiência diante das problemáticas sociais. E para este fim, em meados da década de 1970, as investidas no voluntariado foram ampliadas com a criação do Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV), cujo objetivo era angariar recursos para os programas da LBA. Norteado por uma dimensão comunitária, este programa estava baseado na ideologia de integração ao desenvolvimento. Importa observar que esta ideologia visava à despolitização dos movimentos reivindicatórios e o combate às ameaças subversivas e revolucionárias, conforme os preceitos da Segurança Nacional.³²

social. Refere-se a instituições direcionadas a prestação de serviços humanitários, que embora não pertença à esfera do governo recebe recursos para executar suas atividades/projetos. Com as palavras da autora: “A expressão ONG foi criada pela ONU na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada ‘desenvolvimento de comunidade’. O recorte da definição da ONU é dado pela *estrutura jurídica: ser ou não governo*” (GOHN, 2003, p. 54, grifos da autora).

³¹Coordenado pelo Ministério da Defesa, o Projeto Rondon, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, de modo a ampliar o bem-estar da população. Disponível em: <<http://projettorondon.pagina-oficial.com>>.

³²Conforme Costa (s/d, p. 04), a ideologia desenvolvimentista se origina quando se critica o atraso histórico do capitalismo brasileiro e se inicia a defesa de salto das etapas já percorridas por países industrializados de capitalismo avançado. É oportuno acrescentar que por ideologia, este autor, se

Conforme Araujo (2008), as atividades dos voluntários do PRONAV estavam atreladas aos interesses partidários dos militares. Por isso, eram executadas no sentido de manter a alienação política da sociedade brasileira. A intenção do PRONAV

[...] era o ajustamento dos excluídos, havendo consciência do seu alcance social muito mais em termos quantitativos, pois os seus mentores tinham presente que, apesar de ser um projeto de envergadura, o Pronav apenas acidentalmente teria o poder de politizar seus participantes (ARAUJO, 2008, p. 216).

E mais à frente acrescenta:

Estes assim procederam [os governos militares], manobrando a população marginalizada, conscientes de que sua opção era mascarar a realidade, tanto para os atingidos pela marginalização social como para o voluntariado, atendendo, assim, aos interesses políticos de deter a população e de proteger as classes sociais mais privilegiadas pelo sistema capitalista. Portanto, o Pronav/LBA foi mais um instrumento do estado autoritário para mostrar os êxitos econômicos e para bravar os efeitos militares de defesa da pátria, difundidos através de peças publicitárias, ocupando espaços na mídia, [...] (ARAUJO, 2008, p. 222-3).

Segundo Araujo, o PRONAV assim como o Programa Voluntariado – guardadas as particularidades do contexto de 1942 – “[...] estava a serviço, também, de uma estratégia política governamental de enfraquecimento social, de promoção de distorções do processo de participação social, tornando-se apaziguador de conflitos sociais” (ARAUJO, 2008, p. 225-6). Noutras palavras, o PRONAV era mais uma forma do Estado ocultar os seus interesses e poder efetivar os seus mecanismos de ajuste social. Importa observar, segundo Silva (2006), que o período correspondido entre as décadas de 1960 e 1970 demarca a gênese do voluntariado contemporâneo. Norteados pela cidadania e a participação social, os voluntários teriam supostamente um comprometimento com a transformação da estrutura da sociedade, pois “[...] independente de sua motivação inicial, buscam atender demandas que se originam na sociedade” (SILVA, 2006, p. 78).

refere a um sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por determinado grupo social de qualquer natureza ou dimensão com o fim de dirimir conflitos.

Neste sentido, em 1983 foi fundada a Pastoral da Criança. Segundo Ortiz (2007), vinculada a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), esta pastoral tem por objetivo treinar lideranças comunitárias e mobilizar famílias carentes para o combate à mortalidade infantil. “A Pastoral da Criança está presente em 3.277 municípios e conta com mais 145.000 voluntários [...]” (ORTIZ, 2007, p. 25). Sendo a instituição que dispõe do maior número de voluntários em nosso país. Moura e Souza (2007), acrescentam que a Pastoral da Criança é uma organização comunitária de abrangência nacional que desenvolve ações destinadas à mortalidade infantil, à desnutrição, à violência doméstica e à marginalidade social. A Pastoral da Criança apesar de ter surgido por iniciativa de líderes da Igreja Católica e estar vinculada à CNBB, é “[...] um movimento ecumênico e autônomo que agrega o maior volume de trabalho voluntário no Brasil” (MOURA; SOUZA, 2007, p. 151). A este respeito, o *site* da Pastoral da Criança destaca que os voluntários da pastoral desenvolvem ações de saúde, nutrição, educação, cidadania e espiritualidade, de forma ecumênica nas comunidades pobres. Estas atividades são voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e à melhoria da qualidade de vida das famílias.³³ Ainda sobre a Pastoral da Criança, Oliveira (2007) chama atenção para o fato de que as atividades da Pastoral tendem a serem baseadas em princípios mais conservadores do cristianismo – as ideias divulgadas pelas encíclicas papais –, “[...] bem como é fundada nos elementos incentivados pela Teologia da Libertação como: a participação, a auto-ajuda, a organização dos setores populares e a libertação” (OLIVEIRA, 2007, p. 03).³⁴

Ainda sobre o contexto da década 1990, Ortiz (2007) destaca que nesta década alterações significativas ocorreram no tocante às políticas sociais. A autora se refere à retração do Estado de Bem-Estar Social que desde os anos de 1960 já demonstrara

³³Para maiores esclarecimentos, acessar <<https://www.pastoraldacrianca.org.br>>.

³⁴A *Rerum Novarum* é uma encíclica que foi escrita por Papa Leão XIII em 15 de Maio de 1891. Esta encíclica trata-se de uma carta em que Leão XIII apresenta o posicionamento da Igreja em face das inquietações que ameaçavam a ordem vigente. Qual seja este posicionamento: qual o papel da Igreja e do Estado para a melhoria das condições de existências da classe trabalhadora em um contexto marcado pela nascente revolução industrial. Cumpre acrescentar que este posicionamento não poderia ferir o direito a propriedade privada.

Sobre a *Rerum Novarum*, Oliveira (2007, p. 03), acrescenta que as encíclicas papais se destacaram como instrumento ideológico de divulgação da doutrina social da Igreja Católica, reforçando o seu caráter político. Noutras palavras, essa encíclica é uma espécie de carta apostólica que manifesta a doutrina social da Igreja Católica. Possui conteúdo doutrinário e disciplinador frente à realidade do mundo.

sinas de esgotamento. “Esta retração acentuou-se e ganhou novas formas, seguindo a tendência mundial ao neoliberalismo, [...]” (ORTIZ, 2007, p. 25). A partir desta década o Estado foi se afastando parcialmente das respostas à crescente desigualdade social. Ao mesmo tempo em que a globalização da economia foi provocando um agravamento sem precedentes à miséria humana. Miséria esta, expressa nos altos índices de violência, sobretudo contra crianças e mulheres.

Lopes (2006) argumenta que a década de 1990, foi o marco de visibilidade da nova ação voluntária no Brasil, em virtude do surgimento do movimento Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida (ACCMV), liderado pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho).³⁵ De acordo com Ortiz (2006), este movimento foi amplamente divulgado na mídia e representou um marco na expansão das ONG’s. Como também colocou em pauta “[...] o fortalecimento do chamado ‘Terceiro Setor’, como contraponto ao Estado e à empresa” (ORTIZ, 2007, p. 26). Lopes (2006) acrescenta que a partir desta ocasião (do movimento ACCMV), a iniciativa voluntária passou a buscar parcerias com o setor empresarial, pois “Diferentemente do que ocorria com a LBA, passou-se a procurar o estabelecimento de parcerias, não de subvenções” (LOPES, 2006, p. 18).

Importa observar que este novo direcionamento das práticas voluntárias teve um intrínseco elo com o avanço das políticas neoliberais, ditadas pelos organismos financeiros internacionais. A este respeito, cabe notar que é datada do governo FHC a implementação do programa de privatizações. Considerada por autores como Netto, como uma contrarreforma do Estado, estes programas redefiniram a intervenção estatal no campo social – coube ao Estado apenas a intervenção parcial nas manifestações das desigualdades sociais. Neste contexto foi extinto a LBA e o PRONAV, mas em contrapartida foi criado o Programa Comunidade Solidária (PCS). Este programa instituiu, pelo menos em tese, um novo modelo às práticas voluntárias – unir esforços e recursos estatais e da sociedade com vista à promoção social.

³⁵A ACCMV foi criada em 1993 na cidade do Rio de Janeiro. Idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho), a ACCMV é uma instituição sem fins lucrativos e de utilidade pública nacional, de caráter apartidário, cujo propósito consiste em atuar no desenvolvimento de atividades contra a exclusão social com a finalidade de combater a fome. Conforme Souza (s/d), a ACCMV foi um movimento iniciado com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para combater problemas emergenciais do país – e entre eles a fome e o desemprego. Cabe notar que Herbert de Souza, foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro. E sua formação foi influenciada pelos padres dominicanos.

No ano de 1995 o Governo Federal criou por meio do Decreto Federal nº 1.366 de 12/1/1995, o PCS. De acordo com o referido decreto, o programa baseado na parceria Estado-Sociedade tinha por objetivo coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população, com destaque para ações de combate à fome e à pobreza, de modo a incentivar a participação da sociedade na resolução dos problemas sociais. Seguindo assim uma tendência mundial, o PCS fomentou um movimento contrário ao da cidadania. A este respeito, Silva et al.(1999) chama atenção para o fato de que este programa colocou a solidariedade como uma alternativa frente à diminuição de recursos estatais no tocante a intervenção nas expressões da *questão social*. Segundo as autoras, o referido programa fora uma estratégia do governo federal que visou transferir a responsabilidade das políticas sociais para a sociedade, de modo a descaracterizar a assistência social como política pública, de responsabilidade primária do Estado.³⁶ Com as palavras das autoras:

[...] o Comunidade Solidária é uma estratégia de corte neoliberal do governo FHC, substituindo o princípio de universalização dos mínimos sociais, preconizado pela LOAS, por um princípio estreito de focalização, longe de representar discriminação positiva. Situa-se no contexto de extinção de instituições e programas sociais, perda de direitos, benefícios e desmonte da estrutura de ação social. Além de marcado pela ineficiência, fundamenta-se na participação subalterna da sociedade, mesmo deslocando para ela a responsabilidade pelo enfrentamento da pobreza, distorcendo e até negando os princípios de descentralização, democratização e participação popular (SILVA ET AL, 1999, p. 112).

Segundo estas autoras, ao buscar desenvolver um novo modelo de ação social, baseado na parceria Estado-Sociedade, o referido programa se propunha a mobilizar e fortalecer a sociedade civil, por meio do fomento a cultura do voluntariado no Brasil. Com esta finalidade, criou em 1997, o Programa Voluntários, coordenado pela socióloga Ruth Cardoso, ex-primeira dama do governo FHC. O Programa Voluntários

³⁶A este respeito, Araujo (2008, p. 230-1) analisa que o PCS foi idealizado como uma estratégia de gestão de várias instâncias governamentais em parceria com a sociedade. E seus objetivos centraram-se em programas emergenciais de combate a pobreza. Nas palavras do autor: “No tocante à dinâmica do funcionamento das estratégias sociais, é oportuno lembrar que o Programa Comunidade Solidária tem como objeto de coordenação de ações governamentais para o atendimento de uma parcela da população desprovida de meios para manter as suas necessidades básicas, principalmente as oriundas da pobreza e da fome, dando atenção, também aos serviços urbanos, à geração de emprego e à defesa de direitos e proteção social” (ARAUJO, 2008, p. 230-1).

do Conselho da Comunidade Solidária,³⁷ tinha por objetivo o desenvolvimento e crescimento do voluntariado brasileiro. A intenção do programa era promover, qualificar e valorizar as ações voluntárias no Brasil. E para tal intento, incentivou a criação dos Centros de Voluntariado pelo país, cuja missão básica consistia em mobilizar pessoas e recursos para encontrar soluções criativas para problemas comunitários, e assim, transformar necessidades sociais em oportunidades de ação voluntária.³⁸

Sobre os objetivos do Programa Voluntários, Ortiz (2007) esclarece que um dos principais objetivos do referido programa era qualificar a atividade voluntária de modo a disseminar a moderna cultura do voluntariado. Entendia-se que havia uma lacuna quanto à eficiência dos serviços e a qualificação dos voluntários e da instituição como um todo. Por isso, o referido programa se propunha a ser um instrumento para a consolidação de uma cidadania mais participativa, via voluntariado. “Com essa perspectiva foram criados 34 Centros de Voluntariado, em 15 estados e no Distrito Federal” (ORTIZ, 2007, p. 26). Ainda sobre o Programa Comunidade Solidária, Figueiredo (2005), opina que o conceito de trabalho voluntário criado por este programa demonstra os ajustes financeiros que o Estado passou a fazer nas políticas sociais, a saber: buscar “[...] nos princípios de solidariedade e participação da

³⁷Cumpra esclarecer que o Conselho do Programa Comunidade Solidária foi criado em 12 de janeiro de 1995 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de mobilizar e fortalecer a sociedade civil, trabalhando sob a bandeira de fomentar a cultura do voluntariado no Brasil. Para maiores esclarecimentos acessar o *site* do Portal do Voluntário, qual seja: < <http://www.portaldovoluntariohsbc.com.br> >.

³⁸Idealizado por Ruth Cardoso, o Conselho do Comunidade Solidária apontava o voluntariado como uma tendência a ser estimulada. Por isso, um dos principais objetivos dos Centros de Voluntariado consistia em contribuir para que houvesse sempre mais e melhores voluntários em sua área de atuação. Para isto, uma das atividades desenvolvidas pelos Centros foi a capacitação de voluntários e das instituições. Outra atividade dos Centros referia-se à identificação e divulgação de experiências bem sucedidas de trabalho voluntário para incentivar pessoas e instituições a também desenvolverem ações voluntárias. E assim, articular a oferta e a demanda por serviço voluntário, organizando e estabelecendo um elo entre quem quer ajudar e quem precisa de ajuda. Para maiores esclarecimentos, acessar o já mencionado *site* do Portal do Voluntário.

Cabe acrescentar, de acordo com Silva (2006, p. 25), que próximo ao término do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criada a ONG Comunitas para substituir o Conselho do Programa Comunidade Solidária. De acordo com *site* <<http://www.comunitas.org.br>>, a Comunitas foi criada em 2000 pela Dra. Ruth Cardoso, com o objetivo de promover o desenvolvimento social do Brasil por meio do engajamento dos diversos setores da sociedade. De modo a estimular e fomentar atuações coletivas em sinergia com um propósito comum, a saber: o enfrentamento das desigualdades sociais para a promoção de um Brasil mais sustentável. Importa ainda acrescentar que a Comunitas mantém articulação com o Portal do Voluntário. Para maiores informações acessar o *site* da referida ONG.

sociedade, paliativos para o enfrentamento das desigualdades sociais, sem que se rompa com o assistencialismo e o clientelismo” (FIGUEIREDO, 2005, p. 54).³⁹

Importa acrescentar que além do Programa Voluntários, o Conselho do Programa Comunidade Solidária participou ativamente no processo de discussão da regulamentação do serviço voluntário no país. Estamos nos referindo a Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que designada de Lei do Voluntariado, define esta atividade como um serviço não remunerado, realizado por pessoas físicas, que não gera nenhum tipo de vínculo empregatício, obrigações trabalhistas, previdenciárias ou afins. De acordo com Ortiz (2007), esta lei surgiu da necessidade de legalizar o serviço voluntário no país. “Em paralelo surgiram diversas leis, que em seu conjunto, passaram a estabelecer o chamado Marco Legal do Terceiro Setor” (ORTIZ, 2007, p. 27).⁴⁰ Cabe ainda mencionar que juridicamente o serviço voluntário é diferenciado das relações de emprego, particularmente no que tange aos direitos e obrigações trabalhistas e previdenciárias. Outro elemento importante a ser mencionado no tocante a esta legislação, refere-se ao Termo de Adesão.⁴¹ Além de dar publicidade e segurança às relações entre as entidades e os voluntários, este termo formaliza a relação da instituição com o voluntário. Noutras palavras, a legalização do serviço voluntário introduz um tratamento “profissional” à atividade voluntária.

Ainda sobre a lei do voluntariado, importa notar que esta lei cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE). Este direito a ter uma remuneração é destinado apenas ao público jovem, pois o referido programa destina-se a promover a inserção de jovens com idade entre 16 a 24 anos no mercado

³⁹É oportuno acrescentar que o conceito a qual Figueiredo faz menção fora criado por Mônica Corullón, uma das coordenadoras do referido programa. O conceito faz menção ao voluntário como o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento de maneira espontânea, não remunerada, para causas de interesse social e comunitário (CORRULÓN, 1999, p. 03 *apud* FIGUEIREDO, 2005, p. 54).

⁴⁰Sobre o chamado marco legal do terceiro setor, ver Santos (2009), “Público Porém Privado”, Dissertação de Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

⁴¹O Termo de Adesão disposto no artigo 2º da Lei nº 9.608, constitui-se em prova documental da não formalização do vínculo de emprego entre o voluntário e a organização. Ou simplesmente um acordo formalmente reconhecido entre o voluntário e a instituição, onde serão discriminadas as atividades do voluntário e suas condições para executá-las. Por meio deste termo, o voluntário pode ser ressarcido de despesas efetuadas no exercício de sua atividade como voluntário, desde que essas despesas estejam previstas no Termo de Adesão.

de trabalho. Todavia, este subsídio não é destinado a qualquer jovem, mas aos jovens integrantes de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, preferencialmente os egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas ou, ainda, a grupos específicos de jovens trabalhadores submetidos a maiores taxas de desemprego.

Ferrari (2008), sintetiza o exposto até aqui da seguinte forma:

A história do voluntariado, no Brasil, surge no século XVI, por iniciativa de organizações religiosas que fundaram as chamadas Santas Casas. No século XIX, foi criada a Cruz Vermelha, que chega ao Brasil em 1908. Já no início do século XX, surge o Escotismo. Na década de 30, o Estado passou a desenvolver políticas públicas voltadas à assistência social. Muitas entidades voluntárias foram sendo criadas, como a Legião Brasileira de Assistência, o Programa Rondon e outras. A partir da década de 90, o trabalho voluntário cresceu e passou se tornar um forte movimento na sociedade, com a criação de organizações voltadas especificamente para mobilizar pessoas para essas ações, divulgar e gerenciar programas de voluntariado. No final dessa década, foi sancionada uma lei que estabelecia limites legais entre o voluntário e a relação de trabalho, oficializando então esse tipo de atividade nos mais diversos contextos sociais. O trabalho voluntário ganha um *status* legal, que o insere numa certa ordem social (FERRARI, 2008, p. 12).

Para esta autora, os aspectos acima denotam o lugar que o voluntariado foi ocupado em nosso país – de um ideal religioso, a uma estratégia de desenvolvimento social. No entender de Ferrari, o voluntariado contemporâneo é apontado como um dispositivo protetor em tempos de crise, quando diz que:

O fato é que as ações de voluntariado conquistaram um espaço bastante importante na organização da sociedade, seja no desenvolvimento de grupos menos favorecidos pelas regras de funcionamento social, seja na mobilização para causas no interesse de todos. É comumente reconhecido também como um dispositivo capaz de construção de laços de solidariedade e confiança mútua, que nos protegem em tempos de crise, [...] (FERRARI, 2008, p. 13).

Noutras palavras, os indivíduos são incentivados a exercerem sua cidadania, doando parte do seu tempo e dos seus recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades sociais com vista a supostamente promover a proteção social em tempos perversos, como os experimentados na atualidade. Com este propósito, o ano de 2001 foi considerado o AIV. De acordo com Cardoso (2002), o AIV foi um vigoroso estímulo para os países refletirem sobre as mazelas sociais no sentido de intensificar a busca por soluções para a diminuição destas mazelas. Proporcionado pela ONU, o

AIV preconizou que as soluções dos problemas sociais perpassassem pelo envolvimento dos cidadãos, organizações sociais e governo. Sobre a particularidade brasileira, Cardoso observa que o AIV significou a expansão e fortalecimento do voluntariado no Brasil. Conforme esta autora, em 2001, as atividades voluntárias ganharam visibilidade e demonstraram o quanto os brasileiros também são generosos e participativos, pois:

Também nunca foram tão destacadas e divulgadas entre nós ações de pessoas e grupos que doam energia, tempo, talento, habilidade e, sobretudo, emoção em escolas, hospitais, museus, bibliotecas, ginásios esportivos e outros locais. Ganharam visibilidade ainda projetos educacionais de âmbito nacional e regional, iniciativas voltadas para incentivar desenvolvimento local, geração de renda, ocupação e muitos outros (CARDOSO, 2002, p. 22).

Para Cardoso, esta visibilidade também demonstrou que a atividade voluntária é boa para todos os envolvidos. Para o voluntário, por fazer sua parte na construção de uma sociedade mais humana. Para a pessoa beneficiada e a comunidade, pelo reconhecimento e respeito a sua particularidade. E para a sociedade, por estimular a democracia. Com as palavras da autora:

É bom para a pessoa que se voluntaria pelo sentimento de ser útil, pela consciência de estar fazendo a sua parte, por ser reconhecida como parte de uma comunidade, por viver experiência e emoções que a vida rotineira nunca lhe proporcionaria e muitos outros motivos. É bom para a comunidade ou para a pessoa beneficiada pela ação voluntária, porque se sentem reconhecidas, respeitadas, porque recebem apoio e instrumentos para que reorientem suas vidas e revitalizem suas comunidades, porque são importantes pelo seu testemunho de lutar por um destino melhor. O voluntariado é bom também para a sociedade, pois introduz nas relações práticas de enorme valor para a democracia: solidariedade, trabalho em equipe, respeito pela diversidade, comprometimento com causas, ações em parcerias etc (CARDOSO, 2002, p. 22).

Ainda sobre o AIV, Sobel (2002) comenta que este evento impulsionou a tendência ao voluntariado no Brasil. No seu entendimento, aos poucos as pessoas foram percebendo a sua importância no processo de diminuição das desigualdades sociais. No pensamento deste autor, somos parte fundamental de uma sociedade mais humana. Diz ele: “Pouco a pouco, as pessoas vêm se conscientizando de que não se pode depender apenas do governo para remediar os males que afligem a sociedade; cada um tem que fazer sua parte” (SOBEL, 2002, p. 43).

De acordo com Ortiz (2007), o fato de 2001 ter sido declarado pela ONU como o AIV fortaleceu os esforços para ampliar a divulgação e o estabelecimento de programas de voluntariado em todo o país. Conforme a autora, neste mesmo ano ocorreu o I Congresso Brasileiro do Voluntariado (I-CBV) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).⁴² Nesse evento, participaram diversas personalidades do meio governamental, acadêmico, empresarial e representantes de instituições ligadas ao voluntariado. Além da apresentação de diversas experiências envolvendo o voluntariado, foram discutidas inúmeras temáticas no sentido de tornar o voluntariado “[...] parte de uma estratégia maior de participação e de exercício de cidadania que teria finalidade de responder as questões sociais cada vez mais prementes em nosso país” (ORTIZ, 2007, p. 27). Os elementos pontuados neste debate será alvo de nossas análises na terceira e última seção deste trabalho. Antes, porém, parece oportuno tecer algumas considerações sobre as categorias filantropia, assistência social e solidariedade e seu elo com uma política social que parece ir à contramão dos direitos sociais.

Para finalizar o presente item, parece oportuno apresentar (na página seguinte) a designada linha do tempo do voluntariado – cronograma do voluntariado no Brasil – presente no *site* Ação Voluntária. Cabe observar que o adaptamos ao acrescentar outros dados em *itálico*.

⁴²Parece oportuno acrescentar que para Castro (2002, p. 72-4), o I-CBV foi muito importante para a maturidade do serviço voluntário no Brasil. Por não ter expressado apenas a busca e troca de informações, mas por ter se configurado em um espaço de articulação e estabelecimento de redes de contato. E quanto ao Ano Internacional do Voluntariado, opina que entres outros objetivos, buscou coordenar ações para mobilizar pessoas e despertá-la para a busca de soluções para os problemas sociais, por meio da atividade voluntária.

Cronologia do Voluntariado no Brasil	
1543	Fundação da Santa Casa de Misericórdia, na Vila de Santos, Capitania de São Vicente.
1908	A Cruz Vermelha chega ao Brasil.
1910	Escotismo chega ao Brasil com o lema “ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião”.
1935	Promulgada a Lei de Declaração de Utilidade Pública, feita para regular as Instituições Filantrópicas.
1942	Presidente Getúlio Vargas cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA).
1948	Declaração dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas – ONU.
1961	<i>Criação da APE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais.</i>
1967	Governo cria o Projeto Rondon, incentivo os voluntários a prestar serviços assistenciais em comunidades carentes.
1970	Surgimento das Associações sem fins econômicos – Chamadas de ONGs.
1983	<i>É criada a Pastoral da Criança, para combater a mortalidade infantil.</i>
1990	<i>A iniciativa voluntária começa a buscar parcerias com a classe empresarial.</i>
1992	Conferência Eco-92. Consagra o conceito de desenvolvimento sustentável.
1993	Herbert de Souza, o Betinho, cria a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela vida.
1995	É criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso o Conselho da Comunidade Solidária.
1996	Lançamento do Programa Voluntários.
1997	Criação dos primeiros Centros de Voluntariado do Brasil.
1998	Promulgada a Lei 9.608, que regulamenta o trabalho voluntário no Brasil.
2000	Declaração do Milênio, pelas Nações Unidas assinada por 191 países-membros, com 8 macro objetivos, a serem atingidos pelos países até o ano de 2015.
2001	Promulgado pela ONU como o Ano Internacional do Voluntário.
2003	<i>Lançamento do Portal do Voluntários.</i>
2004	<i>Reformulação do Portal do Voluntário e a introdução do V2V. Os internautas podem agora construir seus sites pessoais de voluntariado e contribuir para as principais seções do Portal do Voluntário.</i>
2005	Conceito de Voluntariado Transformador surge com força.
2006	1º Encontro Nacional de Centros de Voluntariado
2008	2º Encontro Nacional de Centros de Voluntariado.
2011	<i>Décimo aniversário do Ano Internacional do Voluntário (AIV+10).</i>

Fonte: Portal Ação Voluntária (Com Adaptações em Itálico)

Sobre esta forma de apresentar a história do voluntariado brasileiro, Forell (2009) chama atenção para o risco que esta forma possa representar, qual seja, simplificar as possibilidades que as atividades voluntárias representaram ao longo da história, diz o autor:

O grande risco de se traçar este tipo de cronograma é o de simplificar as possibilidades representacionais destes termos, ou seja, quero dizer, por exemplo, que os motivos e os métodos do Trabalho voluntário da Santa Casa em 1543 são os mesmos que fundamentam o portal do voluntariado que conhecemos atualmente (FORELL, 2009, p. 58).

Para Forell, esta simplificação tem como pano de fundo a necessidade de associar às ações sociais descritas acima a ideia de serviço voluntário. Trata-se de uma busca de credibilidade a ações compreendidas positivamente pelo senso comum. A este respeito, Silva (2006) observa que a cronologia (caridade – benemerência – assistencialismo – assistência – promoção social do indivíduo, sendo esta última apreendida como sinônimo de voluntariado contemporâneo), expressa uma abordagem evolucionista que alinha instituições e práticas cujas motivações não podem ser consideradas a partir das mesmas premissas do voluntariado atual. Para esta autora, esta cronologia demonstra apenas as diversas ações de assistência destinada ao público menos favorecido. Por isso, não pode ser apreendida como a existência anterior de práticas voluntárias, pelo menos, não como estas vêm se configurando na atualidade, pois:

[...] se, por um lado, o “voluntariado” ou as ações de assistência social, praticados anteriormente eram marcadamente confeccionais, a proposta apresentada a partir da criação da Ação Cidadania, por Betinho, embora não deixasse de lado as participações assumidamente orientadas por pertencimento religioso, lhe agregava a questão das injustiças e desigualdades sociais, incutindo um sentido de transformação da sociedade (SILVA, 2006, p. 69).

Na análise de Silva, as ações de assistência ocorridas no Brasil desde o século XVI são consideradas inadequadas quando apontadas como predecessora do voluntariado contemporâneo, aquele supostamente capaz de transformar a sociedade. Entendemos que tal pensamento contraria o movimento da realidade. As modificações que as ações voluntárias assumiram no Brasil desde a criação das

Santas Casas de Misericórdia até os dias atuais por meio das instituições designadas de terceiro setor, parecem não ter alterado a essência da forma como as ações de combate à fome e a miséria tem sido historicamente tratadas, a saber: por meio do clientelismo e do assistencialismo das classes dominantes. E, também por meio do apelo aos segmentos menos favorecidos. Apesar dos avanços com a Constituição Federal de 1988, as reflexões acima demonstram que as ações de “combate” as desigualdades sociais parecem estar sempre na contramão dos direitos sociais. Finalizar-se-á a segunda seção evidenciando que na particularidade brasileira, muito se tem a avançar quando se fala em efetivação de direitos sociais. No item seguinte, apresentar-se-á outras anotações sobre as categorias historicamente utilizadas para minimizar as desigualdades sociais no Brasil, a saber: filantropia, assistência social e, mais recentemente, a solidariedade.

2.3 Assistência Social entre as Práticas Voluntárias e o Estado: reflexões sobre as categorias Filantropia, Assistência Social e Solidariedade

Postos os aspectos que particularizam a realidade brasileira sobre as práticas voluntárias, nas quais foi atribuído aos voluntários um suposto poder na diminuição das desigualdades sociais. Analisar-se-á neste item os limites destas práticas no acesso aos direitos sociais, ao discorrer sobre as categorias filantropia, assistência social e solidariedade.

Segundo Mestriner (2001), é comum em nossa sociedade a identificação das categorias Assistência Social, Filantropia e Benemerência. A autora argumenta que existe uma distinção entre estas categorias (áreas), embora sejam tratadas no Brasil como irmãs siamesas. Em seu entendimento, esta distinção é escondida pelo elemento que as unem, a responsabilidade pela desigualdade social existente no país. Com suas palavras:

Entre conceitos, políticas e práticas, tem sido difícil distinguir o compromisso e competências de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimo, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade – a

responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país (MESTRINER, 2001, p. 13-4).

Para esta autora, estas áreas são apreendidas como expressões do altruísmo, da solidariedade e da ajuda ao outro. Diz ainda que estas áreas movem-se entre o formal e o informal, criando categorias como o não-lucrativo, o voluntariado e a utilidade pública. E, assim:

[...] envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas de regulação do favor – ‘o toma lá dá cá’ – quer pelo primeiro-damismo, quer pelas concessões de benesses dos representantes políticos (MESTRINER, 2001, p. 13).

Conforme Mestriner, a história brasileira tem demonstrado que os serviços sociais sempre foram conjugados como uma benesse, mesmo quando estes serviços passaram a ser ofertados pela esfera estatal. É oportuno destacar que apesar dos avanços com as políticas sociais, a caridade, a benemerência e a filantropia e seu inerente elo com as relações de subordinação, dependências e favores, permanecem tão atuais quanto em períodos anteriores. Nas sociedades pré-capitalistas, as poucas medidas de “proteção” eram de caráter punitivo e repressivo. Atualmente, experimentamos o (re) florescer das atividades filantrópicas transmutadas num apelo às práticas voluntárias. Ao sinalizar a particularidade das categorias Filantropia, Assistência Social e Solidariedade, espera-se reunir mais elementos que demonstrem a necessária articulação entre o público e o privado, quando se trata em intervir nas refrações das desigualdades sociais e efetivar direitos sociais.

A. Filantropia.

De acordo com Kisil (2006) a origem etimológica da palavra filantropia, significa amizade pela humanidade. Sendo “[...] caracterizada por uma visão caritativa, assistencialista, paternalista, geradora de dependência do beneficiado com relação ao seu benemérito, o que proporciona pouca alteração do *status quo*” (KISIL, 2006, p. 04). Trata-se de uma “[...] expressão do compromisso de um indivíduo consigo mesmo

em fazer o uso misericordioso de recursos dos quais ele é o único e exclusivo possuidor” (KISIL, 2006, p. 02). Segundo Agostini (2001), a palavra filantropia, é de origem grega, e significa boa vontade para com as pessoas. No seu entendimento, as ações filantrópicas tiveram seu início no mundo islâmico com a instalação de hospitais e a criação de fundos de misérias para os indigentes que se encontravam hospitalizados. Estes “[...] recebiam ‘cinco peças de ouro’ assim que recebesse alta” (AGOSTINI, 2001, p. 30). Acrescenta que no dicionário de filosofia de *Abagnano*, filantropia denota amizade do homem para com outro homem. Trata-se, portanto, de um vínculo de afeição, uma atitude marcada pelo altruísmo. Importa comentar que diante destas colocações de Agostini é possível observar que a ajuda aos necessitados não perpassa apenas o acesso a donativos ou apoio moral, mas também ajuda financeira.

Mestriner (2001), por sua vez, argumenta que a expressão filantropia é originária do grego *philos* que significa amor, e *antropos*, homem. Denota o sentimento de amor do homem, “[...] relaciona-se ao amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade” (MESTRINER, 2001, p. 14). Segundo esta autora, a expressão filantropia apresenta um sentido amplo e outro restrito. Em sentido restrito, significa o amor do homem por outro homem, se constituindo no “[...] sentimento, na preocupação do favorecido com o outro que nada tem, portanto, no gesto voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação e qualquer bem” (MESTRINER, 2001, p. 14). E em sentido amplo, é a expressão do amor do homem pela humanidade, é o “[...] sentimento mais humanitário: a intenção de que o ser humano tenha garantida a condição digna de vida. É a preocupação com o bem-estar público, coletivo. É a preocupação de praticar o bem. E aí confunde-se com a solidariedade” (MESTRINER, 2001, p. 14). Sendo assim, “A filantropia constitui-se, pois – no campo filosófico, moral, dos valores – como o altruísmo e a comiseração, que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação” (MESTRINER, 2001, p. 14).

Moussallem (2008) reforça este pensamento quando observa que a expressão filantropia refere-se ao amor ao próximo no sentido de ajuda e solidariedade aos necessitados. Para esta autora, os sentimentos de amor, solidariedade e caridade são valores intrínsecos à filantropia. Ao comentar sobre a particularidade da filantropia no Brasil, ressalta que esta nasce dos valores da caridade e benemerência presentes nas ações da Igreja Católica. Segundo esta autora, a influência dos costumes da

sociedade portuguesa, trazidos no início da nossa colonização, foi decisiva para entender a organização da benemerência no Brasil. Em seu entendimento, as ações da Igreja exerceram um papel decisivo na criação das primeiras ações sociais e institucionais de apoio aos mais necessitados. Refere-se à criação das denominadas “[...] ‘obras pias’ – posteriormente, reconhecidas como obras sociais da Igreja” (MOUSSALLEM, 2008, p. 37). Sobre o vínculo da filantropia com as obras sociais da Igreja, Mestriner (2001) analisa que a filantropia acabou também se configurando como a laicização da concepção católica da caridade e da benemerência. Para esta autora, enquanto a filantropia apresenta certa racionalidade, a benemerência inerente ao catolicismo perpassa tão-somente a dimensão do dom e da bondade concretizada na ajuda ao outro. Destaca que a benemerência pode se dá individualmente ou via instituição. A primeira, por meios de atos individuais, se constituiu historicamente em ajuda nas formas de esmola e auxílio material e moral, que por sua vez foi sendo alvo de inúmeras regulamentações. Dentre as formas de regulamentação cabe citar:

A nobreza criou o “esmoler” para recolher o benefício e o “vinteneiros” para verificar a necessidade; a Igreja criou os diáconos, que visitavam os assistidos e mediam suas necessidades; as misericórdias coletavam esmolas para ajudar principalmente os órfãos e se constituíram na primeira forma organizada da assistência no Brasil; os “bodos” foram também uma forma de acesso dos pobres a alimentos distribuídos pela Igreja. O favor foi outra forma consolidada de relação social no Brasil, dando-se de forma verticalizada entre o senhor e o apadrinhado (MESTRINER, 2001, p. 15).

Quanto à via institucional, Mestriner faz menção as obras de internação e os espaços de apoio. Refere-se respectivamente aos asilos, orfanatos e abrigos; e aos espaços destinados a estabelecer a convivência entre as famílias e a instituição. A este respeito, Moussallem (2008) menciona que o *locus* das primeiras práticas sociais da Igreja no Brasil foi a instituição Irmandade de Misericórdia. Pautada no modelo de esmola e centrada em doações de dotes aos órfãos e de caixões funerários para as pessoas que não tinham como pagar. Esta instituição representou a primeira associação privada filantrópica de assistência à pobreza no Brasil. Moussallem ressalta que esta instituição foi o exemplo mais expressivo, mas, “Seguindo este modelo, foram fundados também, em São Paulo, o Convento de São Bento, em 1598, a Venerável Ordem de Nossa Senhora do Carmo, em 1594, a Ordem dos Frades

Menores Franciscanos, em 1640, e o recolhimento Santa Tereza, em 1685” (MOUSSALLEM, 2008, p. 39).⁴³

É interessante observar, segundo Moussallem, que a formação das primeiras associações filantrópicas no Brasil foi carregada dos valores e controle da Igreja Católica. Na opinião desta autora, o espaço social era o espaço de ações filantrópicas da Igreja. O qual “[...] eram praticadas em nome do amor a Deus e ao próximo. Estas práticas sociais eram desenvolvidas pela Igreja e pelos leigos da sociedade” (MOUSSALLEM, 2008, p. 38). Todavia, nos anos correspondidos entre 1930 e 1945, apesar da permanência deste perfil, verifica-se, no decorrer das diferentes fases históricas, a presença das referidas entidades no espaço público. Moussallem diz que a partir da Primeira República, assistimos a uma nova forma de atuação e aliança entre o Estado e a Igreja Católica, no tocante às relações com as organizações filantrópicas. A autora se refere ao recebimento de isenções, incentivos fiscais e financiamento governamental. Em suas análises, Moussallem argumenta que o poder e a influência da Igreja Católica estiveram presentes quanto à intervenção nas refrações da *questão social*. Em seu pensamento, o Estado, em nenhum contexto, assumiu plenamente suas responsabilidades no que diz respeito à atenção social aos mais necessitados. Sua responsabilidade sempre foi atribuída/compartilhada com outras instituições da sociedade, ao delegar “[...] por meio de mecanismos de isenções e subvenções, esta atribuição à sociedade civil, principalmente às organizações religiosas” (MOUSSALLEM, 2008, p. 46).

Sobre este assunto, é esclarecedor o quadro abaixo elaborado por Mestriner no qual define a história da filantropia no Brasil, definindo-a de diferentes nomenclaturas conforme cada período da história do Brasil.

Quadro 1 Tipologia das organizações sociais por períodos históricos	
	Tipos de Organização
Período Imperial	Obras pias

⁴³O estudo mais detalhado sobre cada uma destas instituições pode ser encontrado em Mestriner “O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social”, Cortez, 2001.

até 1889 Filantropia caritativa: <i>Assistência e repressão</i>	Atendimento conjunto (uma só massa) a órfãos, inválidos, enfermos, delinquentes e alienados.
Primeira República de 1889 a 1930 Filantropia higiênica: <i>Assistência, prevenção e segregação</i>	Obras sociais Atendimento por especialidades para: • crianças – asilos, orfanatos e internatos; • velhos inválidos – asilos; • alienados – hospícios; • mendigos – asilos de mendicidade; • doentes – sanatórios, dispensários, lazaretos; • imigrantes – instituições de auxílio mútuo;
Getulismo de 1930 a 1945 Filantropia disciplinadora: <i>Enquadramento nas normas técnicas e disciplinamento dos indivíduos</i>	Instituições assistenciais (influência das encíclicas sociais) Materno-infantil: Hospitais, ambulatórios, postos de saúde Proteção à infância: Orfanatos, creches, internatos De educação: educandários de assistência pré-primária, primária profissionalizante, educação e reeducação de adultos Proteção a jovens: Organizações da juventude, escolas profissionais De auxílios mútuos: Instituições étnicas e de categorias profissionais Estatais: Departamento de Assistência Social de São Paulo – 1935 SAM – Serviço de Assistência ao Menor – 1941 Formação: Centro de Estudos e Ação Social, escolas de Serviço Social Movimento Católico Laico Ação católica, círculos operários, Sindicatos Centros assistenciais complementares Instituições fomentadas pelo Estado LBA (1942), Senai (1942), Samdu (1945) Instituições religiosas – protestantes, espíritas e evangélicas: Albergues, centros de juventude, abrigos, instituições para deficientes físicos e mentais.
Estado Democrático Populista de 1946 a 1964 Filantropia partilhada Profissionalizante	Instituições criadas pelo Estado com o empresariado: Senac (1946), Sesc (1946), Sesi (1946), Movimentos comunitários
Estado Autoritário de 1964 a 1988 Filantropia de clientela: <i>Assistência e repressão</i>	• Organizações sociais – influência do racionalismo técnico – vertente modernizadora do serviço social frente à reconceitualização (1964) • Funabem/Febem – 1964 • Associações comunitárias: • Sociedades de amigos de bairro

	• Associações de moradores • Renovação pastoral • Comunidades Eclesiais de Base – CEBs
Transição Democrática Filantropia vigiada 1985 a 1988	• Organizações não-governamentais • Movimentos de defesa de direitos • Novos movimentos sociais
Estado Democrático de 1988 a 1999 Filantropia democratizada	Expansão de: • Conselhos setoriais • Organizações não-governamentais • Organizações civis • Centros de defesa de direitos • Fundações empresariais

Fonte: Mestriner (2001, p.45-46).

Ao refletir sobre a relação entre Estado, organizações filantrópicas e a Assistência Social, Mestriner acaba por reconstruir a história da filantropia no Brasil. No entender da autora, esta história pode ser subdividida em cinco períodos, a saber: de 1930 a 1945 – a filantropia disciplinadora; de 1946 a 1964 – a filantropia partilhada; de 1964 a 1985 – a filantropia de clientela e apadrinhamento; de 1985 a 1993 – a filantropia vigiada; e de 1994 a 2000 – a filantropia democratizada. Quanto a esta última, Kisil (s/d) ressalta que não basta apenas dispor de recursos, é preciso saber como utilizá-lo da melhor forma possível. No entender de Kisil, o poder cognitivo do doador é um elemento que diferencia a nova filantropia da tradicional. Por isso, a colocação de que a nova filantropia requer de seu doador um nível de profissionalização. O autor se refere à transformação da doação em investimento social capaz de provocar mudanças em benefício do bem comum, diz ele:

Assim, como já previa o pensador grego [se refere a Aristóteles], a doação requer um nível de profissionalização, que não passa simplesmente pela vontade de ser um doador, mas de como transformar a doação em um investimento social, baseado num pensamento estratégico, em busca de um melhor resultado. [...] Isso implica em entender que todo e qualquer recurso doado deve atender a questões básicas como: onde investir; como investir; como monitorar e avaliar; como buscar o maior retorno por unidade de investimento; ou como fazer uso de instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de maneira regular. Doar é um ato que deve ser estratégico, eficiente e eficaz. Isto exige recursos humanos adequadamente preparados para atuarem como verdadeiros profissionais do doar dentro de uma “nova filantropia” (KISIL, s/d, p. 03-4).

Outro elemento sobre a nova filantropia destacado por Kisil refere-se ao entendimento do que seja o bem comum. Recorre a Carta Universal dos Direitos Humanos, disseminada em 1948 pela ONU, para acrescentar o seguinte:

[...] compete a “nova filantropia” estar comprometida em garantir os direitos fundamentais das populações, tais como direito, justiça, saúde, educação etc. [...] ora valorizando os direitos para grupos sociais negligenciados no atendimento de seus direitos (criança, mulher, deficiente, idoso), ora causas que buscam a sustentabilidade da vida no planeta Terra (questão ambiental, nutricional, sanitária, acesso à justiça, oportunidade de geração de renda e trabalho) (KISIL, s/d, p. 04).

Há, portanto, nas colocações de Kisil duas abordagens sobre a filantropia, quais sejam: a filantropia tradicional e a nova filantropia. Conforme o autor, a filantropia tradicional seria aquela em que os indivíduos voluntariamente, decidem atender aos necessitados, ofertando-lhes auxílios como alimentação, vestimenta, albergue, etc. Norteado pelo assistencialismo, essa prática filantrópica “[...] está inserida dentro de uma visão bastante difundida pelas religiões, que é o entendimento de que “dar” é uma expressão de amor ao próximo e, conseqüentemente, a satisfação de um desígnio divino” (KISIL, s/d, p. 01). Segundo este autor, apesar de relevante, a aproximação das práticas filantrópicas com esta visão caritativa confere à filantropia a impossibilidade de proporcionar mudanças nas condições de existência dos sujeitos alvo de tal ação. Já a designada nova filantropia, exercida por segmentos da sociedade civil, por ter um compromisso com a mudança da sociedade, apresenta possibilidades de alterar o *status quo* das classes subalternas, pois cabe ressaltar que nessa abordagem, o recurso privado estaria voltado para o atendimento das carências públicas. No pensamento de Kisil:

A “nova filantropia” ou o chamado “investimento social” busca, assim, atender aos direitos do cidadão como ponto central de sua ação, colocando também em evidência a questão da sustentabilidade do planeta e do próprio homem dentro dele. Não aceita a exclusão de milhões de seres humanos do acesso a oportunidades para seu desenvolvimento e felicidade. Assim, sua área de interesse se expande do social para o ambiental, para o econômico e para o político, buscando eliminar a exclusão de importante parcela dos seres humanos. Trata-se de entender o investimento social não como uma expressão externa à responsabilidade social do indivíduo, da empresa, ou da família, mas como uma relação com o desenvolvimento sustentável da humanidade como um todo (KISIL, s/d, p. 05).

Depreende dessa citação que a filantropia sofreu modificações em seu sentido. O seu *novo* conceito expressa uma conotação cidadã, respaldada numa suposta consciência e dever do voluntário (o cidadão) em contribuir com o bem comum.

B. Assistência Social.

Segundo Vieira (2000), a assistência envolve a concessão de subsídios, auxílios, e também apoio e prestação de serviços sem uma contrapartida financeira.

Pode ser estabelecida ao nível da sociedade civil, decorrente da solidariedade social, envolvendo as noções de caridade, filantropia, benemerência, contemplando a ideia de alguém que faz o bem a outrem, por razões religiosas, filosóficas ou outras. A relação que se estabelece entre o beneficiário e a filantropia tradicional é de gratidão e não de autonomia pelo direito conquistado. É marcada por um caráter de eventualidade e dependente da vontade de quem assiste (VIEIRA, 2000, p. 123).

A esse respeito, Mestriner (2001) coloca que a assistência no seu sentido mais lato, significa auxílio, socorro. Para esta autora:

Onde quer que haja uma necessidade que o interessado não possa resolver por si e não consiga pagar com seu dinheiro, a assistência tem o seu lugar. Assistência a famintos, a sedentos, nus, desabrigados, doentes, tristes, ativos, transviados, impacientes, desesperados, mal aconselhados, pobres de pão ou pobres de consolação, tudo é assistência, auxílio, socorro (MESTRINER, 2001, p. 15).

Isto significa que a assistência direciona-se a múltiplas situações, uma vez que se concretiza pela ajuda e transferência de algo a outro, àqueles que não possuem condições de prover por si, seja por questões de subserviência, dor e sofrimentos múltiplos. Já a Assistência Social, ainda conforme Mestriner, seja ela material ou moral, se refere a um auxílio voltado para um sujeito que por desconhecimento, falta de recursos financeiros, condição física ou qualquer outra razão, não pode resolver o problema que lhe aflige. Consiste em um subsídio a quem dele necessitar, seja qual

for à situação problema. E, portanto, “[...] coloca todo ser humano como alvo de sua atenção, ao mesmo tempo em que dá lugar para exercê-la a todas as pessoas de boa vontade, quaisquer que seja suas ideias a respeito do ser humano e da vida” (MESTRINER, 2001, p. 15). Nesse direcionamento, a autora acrescenta que a Assistência Social além de demarcar um campo de atuação, o social, institucionaliza uma prática e imprime a esta uma racionalidade capaz de construir um conhecimento, definindo-a como:

[...] um conjunto de ações e atividades desenvolvidas nas áreas pública e privada, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, por meios de métodos e técnicas próprias, deficiências e necessidades de indivíduos ou grupos quanto à sobrevivência, convivência e autonomia social (MESTRINER, 2001, p. 16).

Nota-se nesta análise, que a assistência social pode ser desenvolvida nas esferas pública ou privada. Quanto à esfera privada, a assistência social é geralmente caracterizada por iniciativas de organizações ditas sem fins lucrativos, cujas ações são voltadas para problemáticas específicas, a exemplo: vulnerabilidade infantil; portadores de deficiência, abandono de idosos. No tocante à assistência social pública, mesmo estando na esfera estatal, isto não é suficiente para que esta possua o *status* de política pública. A este respeito, assim se expressa Mestriner (2001): “Quando pública, [a assistência] poderá ter ou não o estatuto de política social, isto é, as ações e programas públicos não lhe configuram o estatuto de política social, ainda que ela incida na esfera pública” (MESTRINER, 2001, p. 16). Cabe acrescentar que este estatuto, o de política pública, só fora acontecer, na particularidade brasileira, com a Constituição de 1988, com todos os entraves que lhes são particulares. Ainda a este respeito, Mestriner conclui que:

Longe, portanto, de assumir o formato de política social, a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais (MESTRINER, 2001, p. 16).

Isto significa que embora tenha ingressado na agenda do Estado, a assistência social sempre foi prestada de forma ambígua, ou seja:

[...] mais reconhecendo o conjunto das iniciativas organizadas da sociedade civil no denominado campo dos 'sem fins lucrativos' do que propriamente reconhecendo como de responsabilidade pública e estatal as necessidades da população atendida por tais iniciativas (MESTRINER, 2001, p. 17).

Pode-se depreender desta citação, que historicamente a assistência social pública estatal esteve vinculada a mecanismos de apoio às instituições denominadas sem fins lucrativos, “[...] ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado, sem delinear claramente o que nesse campo era público ou era privado” (MESTRINER, 2001, p. 17). Até hoje a assistência social tem sido estimulada no âmbito privado, por meio das organizações pertencentes ao denominado *terceiro setor*, numa *ambígua* relação público/privado. Por que numa relação *ambígua*? Parece-nos que a resposta a esta questão pode ser observada na citação a seguir: “Subsidiando precariamente a provisão das atenções sociais realizada pelo setor privado, o Estado demonstra estar mais preocupado em expressar que vem realizando algo nesta área do que propriamente em alterar a realidade e assegurar direitos” (MESTRINER, 2001, p. 18).

C. *Solidariedade*.

Conforme Westphal (2008), a origem linguística do termo *solidariedade* encontra-se no direito romano. Significa “[...] ‘sólido’. *Solidus* é o próximo e o seguro. O conceito romano-legal *in solidum* significa o dever para com o todo, a responsabilidade geral, a culpa coletiva, a obrigação solidária: *obligatio in solidum*” (WESTPHAL, 2008, p. 44). A autora apresenta ainda outras fontes como: a ideia de unidade pagã-republicana (do grego *homonoia* e do latim *concordia*) e amizade civil (do grego *philia* e do latim *amicitia*); e a ideia bíblico-cristã de fraternidade e amor ao próximo, sendo esta última associada a um dever cristão.⁴⁴

⁴⁴Sobre o elo da *solidariedade* com o sentido cristão, importa ressaltar que para Westphal a doutrina social cristã (católica), carrega um conteúdo ético. Conteúdo este, que influenciou na adoção do princípio da *solidariedade*, ao nível de política social na Alemanha. E cita Utz para mencionar a importância desta doutrina para a concretização da *solidariedade* no interior do Estado de direito, ao ser complementado pela *subsidiariedade*. “Para Utz, o Estado de direito é concomitantemente Estado

Selli e Garafa (2006), após fazer uma retrospectiva histórica sobre a solidariedade, assim a caracteriza:

[...] é um valor próprio da pessoa humana, que tem origem em sua dignidade; independe de determinações, prescrições e crenças religiosas, que criam comunidades morais distintas e, na maioria das vezes, antagônicas. É, tal como os direitos civis (vida, liberdade, direito de expressão etc.), um valor universal; é exercida pela pessoa, na sociedade civil, e exercê-la independe, portanto, do papel de cidadão, de crente etc.; é praticada entre pessoas que comungam tanto idênticas quanto diferentes moralidades; sua prática deve estabelecer uma relação horizontal (unívoca); situa-se entre a ideia de imparcialidade – ser movido pelo bem geral do outro – e a ideia de benefício mútuo – reciprocidade (SELLI; GARAFÁ, 2006, p. 243-4).

A este respeito, Westphal (2008) esclarece que apesar desta conotação,

[...] o sentido cristão tem forte influência desde os primórdios, é nele que os sentimentos de unidade entre as pessoas, independentemente de origem, nacionalidade, religião..., são alentados. [...] Ela não tem imbuída a dimensão e as ações de cunho político estatal, ou seja, prioriza as relações humanas. Esta solidariedade pré-moderna ainda é extensivamente praticada, tendo semelhança com formas altruístas de solidariedade, de sentido secular, não necessariamente cristão (WESTPHAL, 2008, p. 44-5).

No pensamento de Westphal, a solidariedade é uma categoria dos tempos modernos, ao afirmar que: “[...] sua concepção atual, surgiu no início do século 19, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial” (WESTPHAL, 2008, p. 45). Para esta autora, a expressão solidariedade tem sua origem nos termos fraternidade e irmandade – designa amor altruísta ao próximo. Conforme a referida autora, esta apreensão foi adotada na revolução francesa e tornou-se lema de luta para a construção de uma sociedade mais igualitária. Ainda segundo Westphal, a

de bem-estar social. Como ser social, a pessoa tem direito tanto à liberdade, quanto ao apoio e auxílio sociais. Entretanto, por estar à sociedade do trabalho pautada e dependente do esforço livre e do interesse individual, a solidariedade é complementada pela subsidiariedade” (WESTPHAL, 2008, p. 46).

Importa notar, conforme a autora, qual seja o significado de fraternidade: “[...] denota que os cristãos, além dos laços consanguíneos, são irmãos em Cristo. Esta unidade em Cristo compromete-os ao amor ao próximo, que deve ser expresso em atitudes” (WESTPHAL, 2008, p. 44).

É também oportuno notar, ainda conforme Westphal, que na América Latina, não experimentamos o desenvolvimento científico da doutrina social cristão como na Alemanha. Mas, a partir dos anos de 1960 ocorreu o desenvolver da Teologia da Libertação. Fundada pelas comunidades eclesiais, a Teologia da Libertação fora um movimento no qual compreendia a solidariedade como um meio de criar uma nova ordem social. Sendo esta idéia marcada pelo sentido comum e do bem-comum.

solidariedade é a ideia central do modelo de sistema social denominado solidarismo.⁴⁵ Este sistema se desenvolveu na França na virada do século XIX para o XX, e além de influenciar a filosofia social francesa, também influenciou a doutrina social da igreja católica – e o é compreendido como uma síntese do individualismo e do coletivismo. Norteado por um conteúdo ético-normativo, cujo fim consiste na “[...] formulação de uma alternativa nos planos social, econômico e político, com um sentido consensual e universal” (WESTPHAL, 2008, p. 45).

De acordo com Gusmão (1999), o termo solidarismo tem sua origem na expressão do direito romano *in solidum*. Em sua apreensão, esta expressão se refere a uma obrigação com pluralidade de sujeitos e identidade de objeto. Conforme esta autora, o referido termo começou a ser utilizado no Brasil relacionado ao pensamento de Heinrich Pesch S. J. Este pensamento, no entender de Gusmão, diz que o solidarismo é uma doutrina fundamentada no princípio da solidariedade real entre pessoa e comunidade. “E de um sistema social, político e econômico, intermediário entre a descentralização atomizante do individualismo e a centralização monolítica do coletivismo” (GUSMÃO, 1999, p. 94-5). Para Gusmão, o solidarismo tem na categoria comunidade uma instância sem sentido de classe, fundamentada na utopia da solidariedade real entre classes desiguais nas relações produtivas.

Contudo, Westphal (2008) esclarece que o economista francês Charles Gide havia argumentado que no decorrer das mudanças sociais, ocorreu a passagem da solidariedade natural – em um sentido de pertencimento a uma comunidade ou família – para uma geral ou desejada, que se refere a uma categoria ética, cuja finalidade é apontar alternativas para as falhas do desenvolvimento social. Para esta autora, o economista entende a associação voluntária como o caminho para a construção de uma sociedade solidária que necessita da intervenção do Estado. Diz ela:

⁴⁵Segundo Araujo (2008), a concepção de solidarismo tem como vertente a solidariedade social cidadã. A qual apreende como um processo social de cunho participativo que tem como horizonte a cidadania dos agentes envolvidos. Trata-se de um processo movido por sentimentos e razão em defesa dos ameaçados socialmente. E nesse sentido, “A solidariedade social cidadã é uma das propriedades que fortalecem as organizações como os sindicatos, as associações de classe, os partidos políticos e os movimentos sociais, cujo sentido de mobilização se prende, dentre outros motivos, ao enfrentamento de questões discriminatórias e elitizantes da sociedade” (ARAUJO, 2008, p. 46).

Gide entende que o caminho para uma sociedade solidária passa pela associação voluntária das pessoas nas mais diversas formas cooperativadas. Estas poderiam revolucionar a ordem econômica. Para que a solidariedade desejada ou necessária torne-se real e efetiva, necessita-se da intervenção do Estado na condição de formulador da legislação social (WESTPHAL, 2008, p. 45).

Segundo Westphal, Léon Bourgeois – ex-ministro francês, bastante influente na construção dos primeiros esboços do sistema de seguridade francesa – corrobora desta ideia de que o Estado tem um importante papel na efetivação da solidariedade desejada. Conforme a referida autora, o pensamento deste ex-ministro conflui para um necessário laço de solidariedade entre os indivíduos, instituidora de coesão social. Cabendo ao Estado instituir a justiça entre seus membros, por meio do contrato social, pois a solidariedade natural precisa ser complementada pela solidariedade moral.

O “pacto de solidariedade” de Bourgeois organizou uma doutrina contratual específica, que constrói direito social e doutrina moral ao mesmo tempo. [...] cada indivíduo está sujeito a relação com o outro e está comprometido com a efetivação do bem-estar de si mesmo, bem como com o bem-estar do outro. Consequentemente, o Estado tem, para Bourgeois, um papel de coordenação. Sua ideia de contrato está baseada na justiça social. Trata-se de uma necessidade social, que é, ao mesmo tempo, um processo reflexivo de permanente negociação. Assim, por intermédio da política social garante-se coesão social (WESTPHAL, 2008, p. 45).

Isto significa que a solidariedade como princípio de Estado passou a constituir-se em base da política social e tornou-se um conceito para fundamentar a redistribuição dos riscos sociais, por meio do sistema de seguridade social. Westphal ressalta que só fora no final do século XIX que este princípio foi validado, ao mencionar o pioneirismo da legislação de seguridade social de Bismarck nos anos de 1880. No entendimento da autora, nesta legislação o conceito de solidariedade não tinha um papel central, “[...] já que para Bismarck trata-se de uma medida preventiva do Estado, pois objetivava integração e coesão social. A solidariedade como princípio de Estado validou-se apenas mais tarde” (WESTPHAL, 2008, p. 48). Este mais tarde, se refere ao contexto de institucionalização do Estado de Bem-Estar. Para Westphal, a concepção de responsabilidade social adotada por este modelo de Estado foi progressivamente desindividualizada e transferida para estruturas e instituições, ficando os sujeitos desautorizados de ação individual. Nos termos da autora:

A responsabilidade tornou-se inominada por meio de 'estruturas', nas quais a idéia e o conceito de solidariedade foram atravessados pela coletividade anônima da administração social, do direito social e da política social estatal, em contraposição a uma concepção personalizada de indivíduos (WESTPHAL, 2008, p. 49).

E mais adiante conclui que:

Enfim, a institucionalização e a burocratização do princípio da solidariedade nos sistemas de seguridade social no Estado de bem-estar, angular na organização do Estado moderno, impessoalizaram as dimensões relacional e humana da solidariedade, tornando-as uma abstração (WESTPHAL, 2008, p. 49).

Todavia, a solidariedade, enquanto princípio universal vem se dissolvendo em nome de uma *solidariedade social doadora*. Conforme Araujo (2008), solidariedade social é uma relação social permeada por vínculos recíprocos entre agentes sociais. Torna-se doadora à medida que de um lado colocam-se os agentes sensibilizados com as necessidades sociais, e de outro, os agentes carentes de ajuda. Pode ainda ser considerada como a capacidade de sentir-se próximo do outro e de penalizar-se. Nesse sentido, *a solidariedade social doadora*, pode até ser mobilizada pelo senso da realidade, mas sem necessariamente atingir os fatos com objetividade. “[...] em tese, caracteriza-se como a capacidade que tem um agente de envolver-se em questões sociais, valendo-se da comunicação verbal, com a pretensão de avaliar, de compreender as situações-problema, com o propósito de direcionar soluções por meio de alternativas de ação” (ARAUJO, 2008, p. 32). Para Araujo, a solidariedade social doadora trata-se de um termo que caracteriza o sujeito doador como o agente que se envolve na pretensa busca por soluções face às desigualdades sociais, configurando-se como um instrumento do voluntarismo.

Montaño (2007) esclarece que esta solidariedade aparece na atualidade como um argumento central na defesa do *terceiro setor* – também denominado de setor voluntário. Para ele, o que os ideólogos do *terceiro setor* chamam de solidariedade não representa a noção genérica do termo, mas sim, uma forma de operacionalizá-la. Nesse sentido, entende-se que a disputa não está entre os que supostamente defendem o termo e os que o negam, mas entre dois projetos sociais antagônicos, entre duas concepções de mundo opostas. Com as palavras do autor:

[...] o termo solidariedade pode definir um *direito* e/ou uma *obrigação*. Entendida como *direito*, a solidariedade é tida como uma *opção*; ser solidário remete aqui a uma *ação voluntária*, que exige valores individuais altruístas. Entretanto, a solidariedade considerada *como obrigação* refere a uma *atividade compulsória*, necessária, exigida por leis e operacionalizada por uma instituição geral: como no padrão fordista/keynesiano é o Estado (MONTAÑO, 2007, p. 166, grifos do autor).

De acordo com este autor, no primeiro caso, há um apelo à boa vontade e sensibilidade do outro. Já no segundo caso, há uma obrigatoriedade da ação solidária, por se constituir em direito social. Aqui “[...] o garantidor e executor da atividade solidária como obrigação de todos, e a prestação de socorro como direito de todos, é o Estado” (MONTAÑO, 2007, p. 166). Para Montaña, o termo solidariedade, empregado hoje, possui como significado o voluntarismo, a doação, em contraposição ao direito de receber assistência social e serviços sociais. Araujo complementa este pensamento ao observar que o *agente social doador*, ao supostamente intervir racionalmente na vida do agente receptor, pode desrespeitar a autonomia deste ao desencadear um processo de submissão. Para ele, o agente doador apenas pacifica as relações sociais, pois não é capaz de fazer com que o receptor torne-se consciente de que é um cidadão portador de direitos. Sobretudo, porque a relação social doador/receptor é norteadada pelo princípio da subsidiariedade. Segundo Araujo:

Esse processo de pretensa racionalidade do sujeito doador pode estar impregnado de princípios moralizantes, vindo a gerar relações sociais engenhosas, até mesmo por ser o agente social doador um sujeito solícito, mas que, ao agir e ao doar-se, corre o risco de manipular ou ser manipulado, por motivos intencionais ou não, direcionada pela sua verdade, podendo infringir preceitos éticos (ARAUJO, 2008, p. 32).

Conforme este autor, esta solidariedade social é apreendida e reiterada como sinônimo de fraternidade e justiça benfeitora. Manipulada por um desejo de ajudar e ser ajudado, a solidariedade do *agente social doador* é convertida em um sentimento de utilidade social – contrária a solidariedade universal apregoada no sistema de seguridade social. No entender de Montaña, a concepção de solidariedade dispensada à atenção às necessidades e demandas sociais, pela via das políticas sociais do Estado de bem-estar social, foi regida pelo princípio universalista, entendido como direito de todos e dever do Estado – diferente desta concepção de solidariedade.

Para os que apreendem a solidariedade como sinônimo de voluntarismo, o Estado é paulatinamente retirado de um encargo que até então era de sua responsabilidade, transferindo os serviços sociais para a sociedade – para o *agente social doador* como pronuncia Araujo. E assim, busca-se fortalecer:

[...] um sistema onde cada um é solidário, desde que se disponha, com seus pares, com seus iguais e semelhantes, com seu grupo de interesse particular. [...] A substituição do princípio de solidariedade baseada em direitos universais (presente no sistema de tributação direta, na previdência única, na seguridade e nas políticas sociais do *Welfare State*) faz com que cada grupo ou coletivo que apresenta necessidade ou carência particular tenha que se *auto-responsabilizar* (direta ou indiretamente) pelo financiamento/prestação de sua resposta; e este é o grande desejo/finalidade do projeto neoliberal (MONTAÑO, 2007, p. 167, grifos do autor).

Para Montaña, ao desresponsabilizar parcialmente o Estado (e o Capital) de intervir nas respostas às refrações da *questão social*, desenvolve-se um processo de esvaziamento da dimensão de conquista e de direitos via políticas sociais. E também se processa “[...] uma anulação das identidades de classe subsumidas a identidades particulares ou supraclassistas” (MONTAÑO, 2007, p. 167). A este respeito, Araujo (2008) acrescenta que o Estado ao captar, por meio das instituições do *terceiro setor*, as intenções do *agente voluntário-doador*, as utiliza como uma estratégia de pacificação dos conflitos sociais. Araujo sintetiza este pensamento da seguinte forma:

Em síntese, a utilização do voluntarismo pode ser uma estratégia governamental, uma conjunção de ensinamentos julgados verdadeiros que ocultam intenções obscuras por parte do Estado ao apelar para a boa vontade de seus cidadãos, para as ações assistenciais. [...] Nessa intenção, pode-se dizer que se trata de um ardil governamental no qual ficam expostos os agentes voluntários doadores devido a sua abnegação, aos desejos, as suas crenças, interesses simbólicos, tornando-se apaziguadores de conflitos sociais (ARAUJO, 2008, p. 43).

Gusmão (1999), por sua vez, ao analisar a solidariedade com o conceito de ideologia de Marx e Engels (em a Ideologia Alemã) destaca que a solidariedade não pode ser apreendida como uma invenção, mas “[...] como um valor produzido quando o capital demandou para reestruturar a acumulação um pensamento que envolvesse

a cooperação da classe operária com os capitalistas [...]” (GUSMÃO, 1999, p. 100).⁴⁶

À luz deste pensamento, não existe uma verdadeira solidariedade ou uma falsa solidariedade. O que existe é uma solidariedade que oculta a luta de classes, por não considerar as relações sociais no interior do capitalismo. Com as palavras da autora:

Então, não há uma “verdadeira solidariedade” e uma “falsa solidariedade” – a dos trabalhadores e a burguesia –, mas, por um lado, uma solidariedade que oculta a luta de classes, portadora de uma visão parcial de sociedade, que não considera as relações sociais no interior do capitalismo baseadas na propriedade dos meios de produção e na apropriação privada do excedente. Por outro, há uma solidariedade historicamente vivida, intrínseca à produção, à luta e à organização dos trabalhadores, mas transformada ao longo da história pela visão dominante (GUSMÃO, 1999, p. 101-02).

Para Gusmão, a apreensão da solidariedade como colaboração entre classes “[...] tem a conotação de uma categoria apolítica e unificadora, ‘limpa’ de qualquer convicção, num mundo sem ideologia” (GUSMÃO, 1999, p. 104). Conforme esta autora, o discurso atual da solidariedade demonstra uma concepção de mundo onde não existe luta de classes. Empregado com diversos significados, o termo ora é utilizado com o sentido de apoio, ora se refere a uma mola de aliança política, exercendo um sentido ideológico. Diz ela:

No momento em que as tensões se acirram, enfatizar a *solidariedade entre capitalistas* poderia nos parecer uma pregação no vazio, um valor em oposição à competitividade que domina o mercado, ou um falso discurso. Mas o texto de *solidariedade* atual parece extrapolar a ideia da *solidariedade interclasses*, tendo o sentido de *solidariedade interna ao capital*, na defesa dos interesses do sistema que favorece o grande capital financeiro e especulativo. Aqui é importante relembrar a ênfase de Lukács à fidelidade da consciência burguesa em relação à ordem social capitalista (GUSMÃO, 1999, p. 106, grifos da autora).

Para Gusmão, a partir dos anos de 1980, foi sendo reiterada uma suposta crise do Estado e a consciência sobre as dificuldades do Estado apontara a necessidade de uma articulação entre a sociedade e o Estado. Para tal fim, a solidariedade fora

⁴⁶Por ideologia se entendemos uma estrutura eminentemente relacional que expressa como as classes vivem uma em relação à outra. Exerce a função social de dirimir conflitos entre as classes. É assim, muito mais que um sistema de ideias.

caracterizada “[...] como um sentimento nacional, propulsor da unidade entre Governo e Sociedade” (GUSMÃO, 1999, p. 107). No entender desta autora, em consonância com esta ideologia, a proposta do governo consistia em tornar a sociedade parceira do Estado, como: partilhando com ele a intervenção nas desigualdades sociais. E assim, o Estado não passaria mais a ter a primazia na responsabilidade em responder as expressões das desigualdades sociais. Esta parceria deveria envolver a solidariedade de organizações não-governamentais, sindicatos, universidades, igrejas e empresas entre outros segmentos. Na opinião de Gusmão, esta solidariedade tem um sentido mobilizador, porém, desprovido do sentido de solidariedade entre os trabalhadores. Trata-se assim, de “[...] uma ideologia unificadora na relação Estado-Governo-Sociedade, que deverá se sobrepor às diferenças e interesses das classes representadas nessas instâncias” (GUSMÃO, 1999, p. 107).

A este respeito, Montañó acrescenta que a solidariedade voluntária – justiça com as próprias mãos – é apostada e justificada na ineficiência do Estado. Em suas reflexões, o autor afirma que deve haver uma crescente participação da sociedade no controle social sobre o poder estatal e nas lutas pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas. Porém,

[...] sem que isto signifique (ou encubra) uma substituição da responsabilidade estatal (e do capital) com a “questão social”, sob os princípios de universalização, distributividade e incondicionalidade das políticas sociais, consideradas como direitos de cidadania – o que configura a preservação de verdadeiras conquistas históricas obtidas pelas classes trabalhistas (MONTAÑO, 2007, p. 169).

No pensamento de Montañó, o setor voluntário e sua ideologia da solidariedade não tendem a substituir as políticas sociais, mas a multifragmentar o trato à *questão social*, pois: “[...] além da sua *setorialização* genética, [as políticas] são multifragmentadas, dadas as novas concepções ali presentes e a pequena área de abrangência das organizações deste setor em micro-espacos” (MONTAÑO, 2007, p. 169). Frente a este parecer e às colocações acima, entende-se que o estímulo conferido às práticas voluntárias contemporâneas, ao se apresentar como compromisso com o bem-estar da sociedade, acaba por escamotear as estratégias atuais de exploração do homem burguês. Ao estarem relacionadas a princípios e

valores caritativos, as práticas voluntárias se afastam dos limites das políticas públicas estatais, indo na contramão do acesso aos direitos sociais.

*A Utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a Utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".
(Eduardo Galeano / "Para que serve a Utopia?").*

III O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE AS PRÁTICAS VOLUNTÁRIAS: REVISANDO TESES E POSIÇÕES

Na seção anterior, refletiu-se sobre a história das práticas voluntárias e a particularidade brasileira foi explorada no sentido de evidenciar o vínculo destas práticas com os princípios caritativos e sua funcionalidade no processo de reprodução do homem burguês. Tratou-se sobre as categorias filantropia, assistência social e solidariedade, tendo em vista a necessidade de relacioná-las com o (re) direcionamento das políticas sociais públicas estatais. Nesta seção, tem-se por objetivo apresentar o debate contemporâneo sobre o voluntariado, de modo a observar os principais elementos e perspectivas que perpassam este debate. Com esse fim, inicialmente apresentar-se-á as principais ideias discutidas durante o I Congresso Brasileiro do Voluntariado realizado em São Paulo no ano de 2001. Para posteriormente, analisar a ressignificação deste voluntariado, de modo a demonstrar como os autores contemporâneos apresentam a natureza, e a utilidade do voluntariado na atualidade. Ou para utilizar-se das palavras de Meister (2003), nosso propósito consiste em demonstrar o (s) sentido (s) da ação voluntária na contemporaneidade. Ao final da seção, dar-se-á ênfase na dimensão subjetiva do ato de voluntariar-se, quando se adentra nos elementos motivacionais. E assim, espera-se reunir elementos que evidenciem o elo do voluntariado contemporâneo com o (re) direcionamento dado às políticas sociais estatais, a saber: transferir paulatinamente a responsabilidade de intervir nas desigualdades sociais para os próprios sujeitos que a experimentam. Apreende-se que isto significa um retrocesso no tocante aos direitos sociais instituídos por meio da Constituição Federal de 1988.

3.1 O Serviço Voluntário e Sua Interface com as Políticas Sociais: as práticas voluntárias contemporâneas postas em debate

Estudiosos sobre o *terceiro setor* têm produzido uma literatura dedicada a definir perfis, características, objetivos e estratégias para o fortalecimento do

voluntariado contemporâneo. Propõe-se, neste item, apresentar algumas destas produções, e assim refletir sobre os principais elementos e perspectivas que perpassam o debate contemporâneo sobre o voluntariado. Para tal propósito, recorrer-se-á a produção teórica reunida no livro *“Voluntariado e a Gestão das Políticas Públicas”* por se configurar num importante instrumento de apreensão deste debate.⁴⁷

De acordo com Villela (2002), o voluntariado contemporâneo é uma atividade que nasce do encontro da solidariedade com a cidadania. É a expressão da iniciativa democrática que contraria toda e qualquer postura caritativa. No entender da autora, qualquer ser humano pode ajudar ao próximo, basta adaptar suas condições de existência a uma atividade social. Para Villela, o voluntariado abre espaço para o exercício multiplicador da criatividade em favor do próximo, contribuindo desta forma para o fortalecimento de laços sociais. Por isso, a afirmativa de que esta atividade é acima de tudo:

[...] uma iniciativa destinada a universalizar os mais elementares direitos civis e econômicos; a incorporar nos mercados de trabalho consumidores quem deles jamais pode ingressar; a fazer da equidade e da justiça social um horizonte normativo capaz de dar sentido às nossas vidas e rumo à sociedade, e de proporcionar o reconhecimento universal da dignidade do homem livre, permitindo-o atingir a cidadania, em todos os espaços do convívio humano (VILLELA, 2002, p. 17).

No entendimento desta autora, o voluntariado não é assim como poderia parecer, à primeira vista, altruísmo desinteressado. É um sentimento de responsabilidade social, alicerçado em pelo menos duas grandes convicções, a saber: a consciência de que o interesse público não consiste apenas em dever jurídico do Estado; e a consciência de que é possível humanizar o sistema econômico capitalista. Para Villela, o voluntariado é uma forma de superação do sofrimento humano causado por um mundo que ao fazer da economia e da acumulação obsessiva um fim em si mesmo, destrói as bases da cooperação. É, portanto, um instrumento capaz de tratar

⁴⁷Organizado em 2002 por Clotilde Perez e Luciano Junqueira, os textos presentes neste livro foram originalmente produzidos para o I Congresso Brasileiro do Voluntariado. Segundo os autores (2002, p. 11-2), este congresso, realizado em São Paulo entre os dias 01 e 04 de julho de 2001, foi uma iniciativa do Núcleo de Estudos em Administração do Terceiro Setor (NEATS) da PUC/SP em parceria com o comitê do AIV. O referido congresso teve como objetivo ampliar o debate que envolve as reflexões sobre o voluntariado, de modo a se aproximar da complexidade que permeia esta temática e fortalecer o elo com a gestão das políticas sociais.

de minorias e setores marginalizados; “[...] é o caminho natural para o reencontro do homem consigo mesmo, para o reconhecimento recíproco sem preconceitos – enfim para que cada um de nós ‘seja seu próprio senhor juntamente com os demais’, [...]” (VILLELA, 2002, p. 18). Observa-se neste discurso que o voluntariado é associado à ideia de que é também sua a obrigação com a pobreza existente. Aqui o voluntário é apontado como um dos responsáveis pelo crescimento das expressões da *questão social*. E por ser parte do problema, o sujeito enquanto ser voluntário é apontado como um importante e necessário investimento social, capaz de redirecionar o sofrimento dos segmentos pauperizados. O que permite destacar que apesar da causa ser coletiva, ela é reiterada como individual. Camuflada num discurso de participação, cada cidadão, ou melhor, cada voluntário é também responsável pelo destino da humanidade. Noutros termos, voluntariar-se estaria associado a um protagonismo no processo de construção de uma nova e mais justa forma de sociabilidade.

Segundo Cardoso (2002), este novo voluntariado nasce do encontro da solidariedade com a cidadania, e por isso deve cada vez mais ser parte e um esforço nacional de combate à exclusão social. No entendimento desta autora, os voluntários não vão substituir políticas públicas, nem o trabalho remunerado, nem iniciativas de empresas que supostamente tenham compromisso social. A proposta do voluntariado no combate à diminuição das desigualdades sociais, é apenas de complementar e/ou aperfeiçoar as alternativas desenvolvidas pelo governo e mercado. Assim como, “[...] a pobreza não é o único alvo do trabalho voluntário, já que a exclusão se manifesta de várias formas” (CARDOSO, 2002, p.23). Para Cardoso, o voluntariado se define como:

[...] uma atividade democrática, já que qualquer pessoa pode ser voluntária no apoio ao próximo. Ricos ou pobres, idosos ou jovens, cada um pode adaptar suas próprias condições ao trabalho comunitário. Para alguém ser voluntário, basta olhar em volta do local de moradia, de trabalho ou outro qualquer, descobrir uma necessidade e agir, dar concretude ao seu desejo de participação e solidariedade (CARDOSO, 2002, p. 23).

Na opinião desta autora, apesar da importância do voluntário para a construção de uma sociedade melhor. Este não pode ser entendido como o herói, nem o capaz de fazer milagres, mas apenas aquele que ao doar um pouco do seu tempo “[...], faz a sua parte porque sabe que o que lhe faz bem pode fazer bem para alguém ou para

uma comunidade, para uma escola, para um parque infantil...” (CARDOSO, 2002, p. 23). Nesse sentido, Cardoso atenta para o fato de que ser voluntário é sentir-se útil por desempenhar uma atividade que atenda a uma necessidade social. Entretanto, importa notar que o sentir-se útil não é condição suficiente para responder às carências sociais. Estas carências precisam sofrer uma intervenção consciente e estrategicamente pensada, o que coloca para o debate a necessidade ou não de profissionalizar este agir.

Por sua vez, Evangelista (2002) ao designar o voluntariado como sinônimo de participação cidadã, o apresenta como um importante instrumento para o desenvolvimento social. Apesar de mencionar que não entende o voluntariado como uma possível arma secreta contra o fim das desigualdades sociais, diz está convencido de que as conclusões do I Congresso Nacional do Voluntariado (I-CNV) “[...] continuarão animando a capacidade transformadora da ação voluntária para o desenvolvimento social no Brasil” (EVANGELISTA, 2002, p. 28). Conforme este autor:

Em nível mundial, na medida em que tecemos esta rede de ação voluntária e logamos o reconhecimento para um maior protagonismo do voluntariado no desenvolvimento social, será mais uma vez importante a participação do Brasil, em nível de governo e da sociedade civil, para que o voluntariado mundial deixe a condição de inviabilidade a que esteve condenado por séculos, abandonando o papel de mero ‘ator coadjuvante’ para ser reconhecido como um dos protagonistas centrais no cenário do desenvolvimento social (EVANGELISTA, 2002, p. 41).

Há nesta abordagem uma defesa da importância do voluntariado no desenvolvimento social. Para Evangelista, reside no ato de voluntariar um potencial de mobilização consciente que desperta para uma postura cooperativa. Por isso, a importância de promover, estimular e facilitar as práticas voluntárias. Em sua avaliação, o sucesso desta promoção poderá ser o elo que falta para a instauração de “[...] uma espécie de ‘internacional civil’ do voluntariado no planeta e, com isto, possamos talvez juntos a testemunhar a eclosão da ‘Revolução Essencial’ que acelerará justiça social a bilhões de pessoas em todo o planeta” (EVANGELISTA, 2002, p. 41). Silveira (2002) analisa que o voluntariado, compreendido dentro do *terceiro setor*, tem contribuído para identificar problemas e reivindicar direitos. Isso se deve em parte ao afastamento das ideias filantrópicas e a aproximação dos ideais de cidadania. Nos termos de Silveira:

O enfoque mudou, a responsabilidade aumentou e o voluntariado está se profissionalizando e deixando de ser encarado como caridade, como um ato de filantropia, passando a contribuir para a construção de uma autocrítica da sociedade, um entendimento dos direitos e deveres do cidadão e da possibilidade de ações coletivas para assegurar o bem comum e exercer a cidadania (SILVEIRA, 2002, p. 164).

Numa abordagem similar a de Silveira, Sobel (2002) argumenta que há uma distinção entre o voluntariado contemporâneo e o de antigamente. A este respeito, assim se expressa o autor:

Antigamente, o voluntário era visto como alguém desocupado que procurava uma atividade para preencher seu tempo. Agora, o voluntário é visto como um profissional que, com todas as obrigações inerentes a uma ocupação regular e permanente. A única diferença entre o voluntariado e o profissional é que este é pago para trabalhar, enquanto o trabalho voluntário não é remunerado (SOBEL, 2002, p. 43).

Do exposto nesta citação, é possível extrair que anteriormente o voluntário era visto como alguém desocupado que procurava uma atividade para preencher seu tempo vazio. Hoje, ele seria considerado um profissional com todas as obrigações inerentes a um trabalhador regular, mas com uma diferença, não ser remunerado. Do voluntário amador bem intencionado, a membro não remunerado de uma equipe profissional que busca intervir da melhor forma nas demandas que se apresentam na instituição a qual está inserido. Esta é a conotação que a atividade voluntária vem recebendo na contemporaneidade. Uma atividade que tende a se afastar cada vez mais das ideias de caridade e benemerência, para se configurar em uma carreira paralela a atividade remunerável. Importa acrescentar que Sobel, ao fazer uma analogia do voluntário ao Mar da Galiléia, acaba por apresentar uma das principais motivações a esta prática, qual seja: o retorno pessoal que esta atividade pode proporcionar ao sujeito que a desenvolve. Segundo o autor, ser voluntário é como o mar da Galiléia, que ao repassar aquilo que recebe, vive, uma vez que para cada gota de água que recebe do rio Jordão, doa outra. Deste modo, para Sobel, ser voluntário é uma relação de troca, norteadas pelo princípio de amar ao próximo como a ti mesmo. Com as palavras do referido autor:

Os voluntários são como o Mar da Galiléia. Seu trabalho é o reflexo do seu idealismo; é a sua própria razão de ser. Seus exemplos de desprendimento são uma fonte de motivação para todos aqueles que buscam meios concretos de cumprir o mandamento divino expresso no Torá, a Bíblia hebraica: 'Vé ahavta lé reacha kamocha', "Amarás o próximo como a ti mesmo" (SOBOL, 2002, p. 45).

Ao amar o próximo como a ti mesmo, o voluntário exerceria uma relação de reciprocidade, pois ao dar de si para o outro acabaria por receber muito mais da ação que realiza do que aquilo que oferece. A este respeito, Domeneghetti (2002) acrescenta que a raiz do voluntariado está atrelada às práticas filantrópicas, e também a participação da sociedade na resolução das carências sociais, por apreender que: "[...] voluntário é aquele que exerce a CARIDADE preocupado com a JUSTIÇA SOCIAL" (DOMENEGHETTI, 2002, p. 328, grifos da autora).⁴⁸

Castro (2002), por sua vez, argumenta que a atividade voluntária não é uma novidade que surgiu no século passado. No seu pensamento, esta atividade sempre esteve presente na sociedade e foi sendo exercida desde os primórdios, assumindo diferentes conotações como assistencialismo, caridade, filantropia e benemerência. Todavia, a autora acrescenta que só fora nas últimas décadas do século XX que esta atividade passou a ganhar notoriedade, em função da crescente conscientização e envolvimento da sociedade face aos problemas sociais que se apresentavam cada vez mais intensos e preocupantes. Segundo Castro, o agravamento da concentração de renda que rege o modelo de desenvolvimento capitalista e a ausência do Estado para equilibrar esta questão são alguns dos fatores determinantes para os altos índices de desigualdade social. Para esta autora, o voluntariado contemporâneo surge deste contexto, quando diz que:

A ação voluntária surge nesse espaço não preenchido, impulsionada pelo desejo das pessoas em contribuir, naturalmente, na condição de ser humano que possui a vontade de ser útil e se percebe com capacidade para tal. E

⁴⁸Dentre as definições apresentadas por Domeneghetti a respeito do voluntariado, importa citar o da Fundação Abrinq, para a qual "Voluntário é o ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade. Doando seu tempo e conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, e atende não só as necessidades do próximo, como também aos imperativos de uma causa. O voluntário atende também suas próprias motivações pessoais, sejam elas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional" (DOMENEGHETTI, 2002, p. 327).

surge também impulsionado pelo incomodo, pela tomada de consciência de seu papel como cidadão que não está satisfeito com o que vê, que já consegue enxergar além do seu próprio espaço privado e percebe um mundo contraditório, cheio de progressos no campo da ciência e da tecnologia, mas carregado de regressos no campo social (CASTRO, 2002, p. 76).

Nesse sentido, a atividade voluntária é apreendida como um importante instrumento no processo de mobilização social que visa minimizar os efeitos das carências sociais existentes. Importa acrescentar que, para Castro, este instrumento não substitui e nem pretende ocupar o papel do Estado e do Mercado no tocante à responsabilidade pelas demandas sociais. Pontua ainda que uma gestão eficiente e a compreensão do propósito que motiva alguém agir voluntariamente são os elementos determinantes para o sucesso de uma ação voluntária. Conforme esta autora, quando este propósito existe de maneira clara para os voluntários, as dificuldades em prosseguir deixam de existir parcialmente. “Ou melhor, elas continuam existindo, mas precisam ser percebidas e tratadas pela ótica das competências operacionais e administrativas. Nesse aspecto, elas deveriam ser trabalhadas no âmbito da gestão, que pode ser bem realizada ou não” (CASTRO, 2002, p. 77). Por isso, a autora chama atenção para a necessidade de questionarmos qual a motivação que levou um indivíduo a exercer uma atividade voluntária. Para ela, este questionamento evidencia qual seja a essência da atividade voluntária, a saber: a disponibilidade, motivação e compromisso do voluntário. Com as palavras de Castro:

A essência do trabalho voluntário ou a predisposição de alguém para levar adiante um projeto pessoal ou uma ação coletiva e solidária está na possibilidade de realizar algo que está em consonância com aquilo que se acredita ou com o que se elege como uma das prioridades da vida (CASTRO, 2002, p. 78).

E a mais adiante, assim sintetiza a ideia do que seja o ato de voluntariar-se:

O Trabalho voluntário pode ser identificado como uma ação individual ou coletiva orientada na direção de um propósito de natureza pública (não privada), e que tem como força motivadora determinado interesse pessoal, de grande valor, que requer satisfação e recompensa (CASTRO, 2002, p. 78).

Segundo Castro, dedicar-se à atividade voluntária significa abrir mão de um tempo e espaço, em prol de uma causa pública, que seja gratificante para quem

executa, pois: “O voluntário está disposto a quase tudo em prol de uma causa, desde que seja percebido como um participante que também tem interesses, que podem ser atendidos a qualquer momento” (CASTRO, 2002, p. 82). Importa acrescentar que para Castro, o potencial dos voluntários pode ser extraído se na linha de frente das atividades estiver um profissional ou vários profissionais coordenando os voluntários. Esta possibilidade seria ideal na percepção desta autora, sobretudo no que se refere à diminuição da rotatividade dos voluntários nas instituições. Esta reflexão de Castro reitera ao debate a necessidade de uma gestão profissional em voluntariado, por entender que para alcançar minimamente as respostas aos problemas sociais, se fazem necessários mecanismos facilitadores. Para esta autora, o gerenciar de forma eficiente a atividade voluntária perpassa a otimização de recursos e o entendimento das motivações que conduzem o voluntário a esta atividade.

Respalhada na Declaração Universal sobre o Voluntariado,⁴⁹ Domeneghetti (2002, p.335) apresenta alguns elementos que caracteriza o que é ser voluntário. Dentre estes elementos importa mencionar a escolha espontânea embasada nas motivações e opções sociais; a participação ativa do cidadão na vida comunitária das cidades; a contribuição para o melhoramento da qualidade de vida e também para o aperfeiçoamento das qualidades pessoais e profissionais; e o querer e se empenhar para a construção de um mundo mais justo, mais alegre e mais pacífico.⁵⁰ Entretanto,

⁴⁹Elaborada em 1990 por iniciativa da Associação Internacional de Esforços Voluntários (IAVE), a Declaração Universal Sobre o Voluntariado é resultado de uma proposta elaborada por voluntários e apresentada no Congresso Mundial de Washington em 1988. Além da apreensão de que ser voluntário é uma decisão baseada em motivações e escolhas pessoais, este documento apresenta quais os princípios e deveres que perpassam o ato de voluntariar-se. Importa acrescentar que esta declaração foi inspirada na Declaração Universal dos Direitos dos Homens de 1948, e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989. Para maiores informações a Declaração está disponível em: <<http://portaldovoluntario.org.br>>.

⁵⁰É oportuno acrescentar que a autora expõe outros elementos que conformam para o perfil deste novo voluntário, qual seja: doar-se a uma causa; ter o dom do amor, da caridade e da solidariedade; ter consciência da importância de sua ação para sociedade. Ao apresentar tais adjetivos, ressalta que o voluntário deve apresentar as seguintes atitudes: descrição; assiduidade; pontualidade; responsabilidade; boa vontade; paciência; prontidão e iniciativa. Cabendo-lhe pensar e refletir sobre: o equilíbrio no servir para que as tarefas sejam executadas sem o desgaste emocional; o desprendimento para tolerar aborrecimento para que não ocorra a desmotivação diante das dificuldades; obediência e hierarquia para que as atividades sejam feitas por quem de fato seja responsável; humildade e perseverança. Para a referida autora, estar de bem consigo mesmo, ser oportunista, não escolher tarefas, ter orgulho e prazer no que faz e comprometimento, são alguns dos requisitos para ser voluntário.

É também oportuno notar que Domeneghetti enquadra os voluntários em três categorias. A primeira categoria é designada de Voluntários de Gestão. Seriam os membros do Conselho Consultor e do Conselho Fiscal e a diretoria executiva. Encaixar-se-iam também nesta categoria aqueles que fazem doações esporádicas e os profissionais que exercem suas atividades sem disporem de remuneração. A segunda categoria fora intitulada de Voluntários de Atuação que corresponderia aqueles que auxiliam

não basta dispor destas motivações e características se não houver uma gestão que questione, reflita e crie caminhos e soluções, diz Mañas (2002). Para este autor, ter garantias de sucesso nas mudanças da sociedade, por meio do estímulo as práticas voluntárias, perpassa pelas habilidades do gestor.

O gestor do Terceiro Setor precisa exercer um papel que lhe permita agir e atingir objetivos exercendo a excelência e a liderança e para isso sabendo ser e sendo visionário, estrategista, agente de mudanças, orientador, político e arrecadador de fundos. Para ter a qualidade suficiente desses seres humanos à disposição da sociedade, ainda é preciso um esforço educacional sério e substancial: formar gestores que conheçam as receitas e os valores, mas que, muito além disso, questione, reflitam e criem caminhos e soluções (MAÑAS, 2002, p. 295).

Conforme Mañas, é preciso a profissionalização do setor em sentido amplo. “A profissionalização do Terceiro Setor é fundamental não só nas atividades de direção e liderança de grupos, mas em todas as áreas” (MAÑAS, 2002, p. 295). Souza (2002) adiciona que o voluntário deve agir de modo profissional, o que perpassa por uma postura ética. Na qual a “[...] ética profissional representa um código de normas de conduta que são postas em prática no exercício de qualquer atividade profissional, seja ela voluntária ou não” (SOUZA, 2002, p. 323). Para esta autora, uma postura ética é um valor que conduz a uma ação humana responsável.

Ao estabelecer o elo entre ética, voluntariado e *marketing* social, Perez (2002) acrescenta ao debate a temática da responsabilidade empresarial. Diz ela:

O marketing não é uma função isolada da empresa: é parte dela e tem como ponto central de gestão o consumidor. Não ter em conta isso acarreta um desvio de seu propósito mais elevado: a satisfação do cliente. [...] Porém, a satisfação é um estado momentâneo, fugaz, passageiro.... As empresas devem estar atentas à complexidade das relações entre produto, empresa, marca e consumidor e todo o entorno de imersão dessas relações. Daí voltarmos à questão ética (PEREZ, 2002, p. 255).

os voluntários de gestão a cumprir a missão da instituição. A terceira e última categoria é a dos Voluntários Externos. Seriam os voluntários que dão suporte externo ao trabalho dos voluntários de gestão e de atuação. “São aqueles que não frequentam a entidade no horário normal de funcionamento, devido às suas atividades profissionais. [...] são convocados esporadicamente para reuniões, que antecedem sua atuação” (DOMENEGHTTI, 2002, p. 335-6). A exemplo, são sujeitos que: atuam em eventos; confeccionam em suas casas materiais para serem vendidos; agilizam processos junto à entidade pública. Julgamos que esta categorização parece não ter sido bem definida, o que acaba por apresentar certa dicotomia entre elas. Para Domeneghetti, esta dicotomia é errônea, pois apesar da atuação diferenciada, todos são voluntários.

De acordo com Perez, a primeira vista parece estranho que o *marketing* possa combinar com o discurso da ética, por normalmente está relacionado ao mundo do mercado e seu fim último, o lucro. Entretanto, a suposta responsabilidade empresarial precisa ser divulgada, pois:

A empresa que incentiva e valoriza o trabalho voluntário tem também sua imagem melhorada na sociedade. Os consumidores em condições iguais de preço e qualidade preferem adquirir produtos de empresas que praticam a solidariedade e que buscam a melhoria da sociedade por meio da melhoria das pessoas. A responsabilidade social é valorizada pelos consumidores (PEREZ, 2002, p. 258).

Sobre o voluntariado corporativo, Teodósio (2002) aponta alguns fatores positivos. Dentre os quais importa mencionar uma maior motivação e engajamento do funcionário na empresa. “Soma-se a isso o fato de os empregados aprenderem na prática como trabalhar em equipe, interagir com públicos de diferentes mentalidades e alcançar metas com baixo aporte de recursos” (TEODÓSIO, 2002, p. 178). Para este autor, a empresa deve conceber seu projeto de voluntariado não só como uma oportunidade de interagir com as comunidades carentes de modo a poder apontar soluções para os seus problemas, mas enxergar nesse envolvimento uma aproximação dos seus mercados consumidores. Como não existem empresas que não visam ao lucro, parece-nos que a responsabilidade social, que envolve os programas de voluntariado empresarial, é na realidade um investimento mercadológico que tem como objetivo usar as carências materiais de uma população desprovida de serviços sociais para agregar valor às mercadorias produzidas pelas empresas.

Por sua vez, Dowbor (2002) ao apresentar algumas das fragilidades da sociabilidade capitalista contemporânea, dentre elas o desemprego, argumenta que outra forma de realidade é possível por meio das organizações do chamado terceiro setor – mais precisamente, através do incentivo ao serviço voluntário. Propõe uma política social participativa, pois “Na realidade, diversas formas de co-gestão de atividades sociais podem levar a políticas públicas muito mais eficientes, inclusive por parte do Estado” (DOWBOR, 2002, p. 99). Para este autor, faz-se cada vez mais necessário complementar as ações do Estado e do empresariado por meio da

dinamização de sistemas sociais participativos, o qual o voluntariado, enquanto capital social, apresenta um potencial pouco explorado na particularidade brasileira. Em seu entendimento, o primeiro passo para se criar instrumentos democráticos de participação estaria na divulgação de informações, pois “[...] não há desenvolvimento sem participação, e não há participação sem informação” (DOWBOR, 2002, p. 102). Voltioni (2002), ao refletir sobre o voluntariado e os formadores de opinião, observa que o voluntariado no campo social não é um assunto novo na pauta da vida brasileira. Segundo este autor, a novidade reside no fato de que esta temática tem ocupado espaços nas universidades, empresas, meios de comunicação, nas associações classistas, sindicatos e nas comunidades. Diz ele: “O trabalho voluntário, antes quase invariavelmente associado a uma convicção de natureza religiosa, passou a ser visto e praticado como expressão de nova noção de cidadania, manifestada a partir de uma preocupação com o outro” (VOLTIONI, 2002, p. 263). E acrescenta:

A solidariedade da qual a ação voluntária decorre saiu do anonimato a ela designado pela ótica cristã de mundo e transformou-se em uma importante bandeira contemporânea, assimilando *status* de uma causa maior nestes tempos de globalização da economia, de perda da utopia socialista na perspectiva do mundo, de retração do Estado do Bem-Estar Social e de surgimento, como consequência, de um novo espaço de atuação da sociedade civil denominado Terceiro Setor (VOLTIONI, 2002, p. 263).

Entretanto, Cavalcanti (2002), ao analisar a ação voluntária na particularidade brasileira, conclui que esta ação é em sua maioria esporádica, filantrópica e sem propósitos claros. Para a autora, este diagnóstico do pouco envolvimento dos brasileiros em questões de âmbito social, é em parte responsável pelo ciclo de desajustes neoliberal. Adiciona que a participação da população brasileira em atividades voluntárias é na sua totalidade condicionada por datas comemorativas estimuladas por campanhas publicitárias que direcionam a sociedade a uma ideologia caridosa momentânea. Com as palavras da autora:

O brasileiro normalmente tem seu espírito de solidariedade despertado em ocasiões especiais: campanhas natalinas, doações incentivadas pela mídia, utilizando figuras notórias do público televisivo e campanhas filantrópicas pontuais. Passado o período da campanha, em geral, os temas e as necessidades são esquecidos [...] (CAVALCANTI, 2002, p. 197).

Questionando qual seria o real significado do voluntariado emancipador, Cavalcanti chama atenção para o fortalecimento da democracia. Para a autora, a importância das práticas voluntárias nos dias atuais reside na igualdade de oportunidades que os indivíduos passam a adquirir ao participar da construção de suas vidas. Com outras palavras, a autora se refere ao fortalecimento de uma sociedade civil cada vez mais atuante, pois para ela: “A democracia deve dar às pessoas um propósito e um sentido para suas vidas. E, igualdade de oportunidades” (CAVALCANTI, 2002, p. 190). Nesses termos, a prática voluntária é apontada como uma possibilidade emancipatória se direcionar os indivíduos a participarem da construção de suas histórias, pois: “Ser voluntário é buscar um propósito e um sentido para a sociedade, supõe antes segurança quanto aos seus próprios meios de vida e seus propósitos” (CAVALCANTI, 2002, p. 2001).

Sposatti (2002), por sua vez, argumenta que a relação entre voluntariado e transformações sociais perpassa a compreensão do espaço que a sociedade civil ocupa no tocante à efetivação da cidadania. Mais precisamente requer “[...] destacar o lugar das ações da sociedade civil num processo de mudança que busca efetivar a justiça social e a cidadania para todos” (SPOSATTI, 2002, p. 47). Esta autora, ao se referir à particularidade do voluntariado brasileira, entende por transformação social, o romper com a desigualdade social quando ressalta que o objetivo da transformação é “Destronar o Brasil do lugar de campeão mundial das desigualdades sociais” (SPOSATTI, 2002, p. 47). Para esta autora, os requisitos para tal transformação são: um projeto de desenvolvimento econômico subordinado ao social e a redistribuição da renda pelas vias salarial, fiscal, social e territorial.⁵¹ Acrescenta que o lugar do voluntariado face às transformações sociais está no que definiu de mix entre indignação, inconformismo, tolerância, cidadania, ética social e solidariedade. Em seu entendimento, num primeiro momento este mix pode parecer absurdo, porém, uma análise mais aprofundada possibilita enxergar um necessário fio condutor. Vejamos com as palavras da autora qual seja esse necessário fio condutor:

⁵¹Cumprir esclarecer quais sejam estas vias na percepção da autora: “Salarial – oferta de emprego com salário adequado; trabalho decente (OIT); qualificação da força de trabalho; não ao trabalho infantil; não ao trabalho da mulher que seja inferior ao homem; Fiscal – reforma tributária que permita justiça social; financiamento das políticas públicas; responsabilidade fiscal; Social – garantias de políticas sociais para promover condições de educação, saúde e habitação; e Territorial – superar a desigualdade no lugar onde as pessoas vivem, entendendo lugar como condição objetiva de vida” (SPOSATTI, 2002, p. 48-50).

Transformar é a negação de conformar, isto é, não nos sentimos bem no modo de ser das coisas, das relações. Entendemos que elas deveriam ser diferentes e melhores. Daí o necessário inconformismo, que, todavia não é aquietado, paralisado, quando ele se soma ao sentimento de dignidade; e, sobretudo de dignidade humana (SPOSATTI, 2002, p. 51).

Por isso, a autora aponta que a ação voluntária na perspectiva da transformação social envolve um duplo horizonte. O primeiro horizonte se refere à necessidade de reverter a discussão sobre a pobreza para a não-pobreza, isto é, “[...] o contrário de pobreza não é riqueza, o contrário de pobre não é rico, é ser não-pobre; [...]” (SPOSATTI, 2002, p. 56). O segundo horizonte diz respeito à diferenciação entre o público e o privado, por meio da difusão da ética da cidadania. O que implica entender que: “A perspectiva da transformação social abre novos campos para o voluntariado e não supõe, em absoluto, a redução do Estado, a fragilização de suas atribuições, mas sim a direção da ação pela ética social, justiça social, cidadania e solidariedade” (SPOSATTI, 2002, p. 63). Esta citação demonstra qual seja a transformação social possível de ser promovida pelo voluntariado contemporâneo. Trata-se de uma transformação social demarcada na sociedade capitalista, regida por uma forte e comprometida participação social, em que o Estado continua a interferir no destino da sociedade e o Capital permanece a ser regido por uma minoria que não o produz, mas apenas se apropria da riqueza socialmente produzida. Nestes termos, o voluntariado tem se configurado como parte do capital social de uma sociedade predisposta a assumir uma responsabilidade cívica, o que não supõe a redução do Estado, mas uma ação pela ética e justiça social. Sendo assim, o novo voluntariado é reiterado como renascimento cívico. Nas palavras de Carvalho:

Reconhece-se no voluntário um cidadão que disponibiliza tempo e competências. Pode e deve participar na implementação de políticas públicas enquanto expressão da cidadania. [Voluntariar-se] Não é, portanto, uma ação de benemerência, mas uma ação cívica de co-responsabilidade com o bem-comum (CARVALHO, 2002, p. 123).

Conforme Carvalho, a participação voluntária não é uma ação de benemerência, mas uma ação cívica de corresponsabilidade com o bem comum, que tende a fortalecer a condição de cidadão. No seu entender, a participação do

voluntário cidadão na política social requer um novo desenho da gestão que envolve parcerias e redes. A este respeito, Junqueira (2002) sublinha que para a construção de uma sociedade solidária, novas iniciativas do governo em parceria com a sociedade são mais eficientes. Para este autor, o combate à pobreza e à exclusão social precisa ser uma tarefa compartilhada entre governo e instituições não-governamentais. Por isso, a afirmativa de que se faz necessário que “[...] a gestão das políticas sociais deix[e] de ser apenas competência do Estado, para compartilhar com a sociedade civil parte de sua competência, através das organizações sem fins lucrativos e/ou do trabalho voluntário” (JUNQUEIRA, 2002, p. 137). Com isso, Junqueira acrescenta que a lógica assistencialista que permeava os programas sociais deixa de ocupar o lugar de centralidade. Na sua apreensão, o compartilhar as soluções dos problemas sociais com a sociedade, fortalece a capacidade dos indivíduos e suas comunidades de atender suas necessidades e vislumbrar uma sociedade mais humana. Diz ele:

A articulação de voluntários, organizações públicas e agentes econômicos, preocupados com a realidade social, constitui um meio para tornar mais eficiente a gestão das políticas públicas. [...] É através dessas relações que os atores sociais acordam entre si que é possível construir uma nova realidade social (JUNQUEIRA, 2002, p. 146).

E adiciona:

O papel do voluntariado é considerado, hoje em dia, um dos instrumentos básicos de atuação da sociedade civil no âmbito social e vem sendo encarada como fundamental no desenvolvimento, promoção e resgate da cidadania, da responsabilidade social e da democracia, visando, desta maneira, a uma sociedade mais justa, coesa e estável (JUNQUEIRA, 2002, p. 143).

Lins (2002), ao tratar da relação entre voluntariado e *questão social*, destaca que o voluntariado é a saída e a melhor oportunidade para desenharmos e construirmos um futuro melhor. Em seu pensamento, ser voluntário é ser um agente de transformação, pois “O voluntariado é um imenso repositório de generosidade, compaixão, indignação, amor ao próximo, vontade de participar, inconformidade, compaixão, desejo de retribuir privilégios, vontade de aprender, de vivenciar experiências novas e muito mais” (LINS, 2002, p. 66). Voluntário é, portanto, para este

autor, o sujeito que movido pela vontade de mudança, inconformado com a exclusão social, decide doar seu tempo e talento em causas sociais.

Além disso, é um trabalhador que dispensa remuneração financeira, vínculos empregatícios. Cada um pode e deve procurar escolher o que mais lhe agrada fazer. É importante que o voluntário seja feliz com a oportunidade que escolhe. Todo mudo pode fazer alguma coisa sempre. Não existe limite de idade, critério de cultura, condição social (LINS, 2002, p. 67).

Nota-se, nesta análise, que todo e qualquer sujeito pode contribuir com a mudança societária, basta apenas escolher onde melhor intervir, pois o primeiro passo para esta mudança estaria na iniciativa do voluntário, como ressalta o referido autor na seguinte passagem:

O primeiro a mudar é o voluntário (ele rompe o muro do egoísmo e da solidão, resolver ser útil, produtivo), depois alcança a comunidade ou as pessoas com quem o voluntário constrói uma nova realidade (elas se fortalecem, liberam criatividade, inventividade, a partir da facilitação de oportunidades de recuperação e afirmação de auto-estima e valorização individual e dos grupos sociais). Finalmente acontece a mudança da sociedade (que se contamina com os valores das ações voluntárias e tem oportunidade de se rever, de se repactuar) (LINS, 2002, p. 66).

Apesar de Lins enfatizar que não se trata de juízos de culpabilidade, acaba por culpabilizar os sujeitos pelas condições de subalternidade que experimentam, ao colocar que

[...] o caos que estamos atravessando não surgiu espontaneamente. Esta desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto, e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidade, se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. Somos capazes de criar uma ordem distinta (LINS, 2002, p. 67).

Sendo assim, parece que a transformação da sociedade perpassa tão somente pela mudança de comportamento dos sujeitos. A vontade daqueles que além de sofrerem os desdobramentos de um sistema societário desigual por sua natureza, passa a ser um elemento importantíssimo para a construção de outro patamar de sociabilidade. Aqui, o voluntário é apontado como o sujeito capaz de reverter a sua condição de subalternidade, pois importa ressaltar que uma das características do

voluntariado contemporâneo, é o de pertencer às comunidades carentes que são beneficiadas por projetos e ações sociais de defesa de direitos.

Yazbek (2002), ao estabelecer um elo entre o *terceiro setor* e a despolitização da *questão social* brasileira, evidencia qual seja, no nosso entendimento, o real sentido do estímulo às práticas voluntárias na contemporaneidade: deslocar a intervenção nas refrações da *questão social* para o lugar da não-política. E assim, destituir os direitos trabalhistas e sociais legais para uma condição política que não confere o caráter público estatal à demanda por direitos. Citando Vera Telles, assim se pronuncia Yazbek:

[...] algumas das tensões e ambiguidades que perpassam, nesta transição de século, o acelerado crescimento do Terceiro Setor na sociedade brasileira, [tem]do como referência o *deslocamento* no cenário político atual, da questão da pobreza “como questão e como figuração pública de problemas nacionais, de um lugar politicamente construído – lugar da ação, a intervenção, da crítica, da polêmica e do dissenso – para o lugar da não-política, onde é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da Filantropia” (Telles, 1988, p.15) (YAZBEK, 2002, p. 277, grifos da autora).

Conforme Yazbek, este deslocamento está inserido nos processos desestruturadores do sistema de proteção social e político. Processos que se explicam nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do sistema capitalista globalizado. Implementado por meio da política neoliberal que visa destituir direitos, e eliminar sua referência à universalidade. “[...] construindo uma forma despoliticada de abordagem da ‘questão social’, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado/sociedade” (YAZBEK, 2002, p. 277). É oportuno acrescentar que é do conhecimento desta autora, que a presença do setor privado na provisão de bens e serviços sociais não é uma novidade na trajetória das políticas sociais brasileiras. No seu entendimento, além de se diversificar em relação às tradicionais práticas assistenciais, as ações desenvolvidas pelo setor voluntário vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país, “[...] confirmando o *deslocamento* de ações públicas estatais no âmbito da proteção social para a esfera privada” (YAZBEK, 2002, p.277, p. 278).

Em face do exposto, é possível extrair que inúmeras são as temáticas que perpassam o debate contemporâneo sobre o voluntariado. Dentre elas importa

menção o resgate da cidadania, a inclusão social, a gestão social, a ética, a captação de recursos, as políticas públicas, ou ainda sua associação a expressão da solidariedade humana. Há ainda o sentido da atividade voluntária, a sua crescente demanda no Brasil, os elementos motivacionais, a gestão voluntária, a necessidade de profissionalização e a capacitação de recursos. Parece consensual entre os autores acima, o entendimento de que, ao longo dos anos, a atividade voluntária foi modificando a sua natureza de prática caritativa e norteada por princípios religiosos, para se tornar uma ação cidadã que, sustentada pela consciência e o dever cívico, busca contribuir com a diminuição e extinção das mazelas sociais. Portanto, da atividade caritativa e filantrópica de doação desinteressada e norteada por uma obrigação moral religiosa, o ato de voluntariar se configuraria na atualidade como um envolvimento cidadão, voltado para um resultado que contempla tanto o voluntário como o beneficiado e a sociedade como um todo, consistiria numa ação que nasce da espontaneidade individual, mas lhe é acrescido um comprometimento social.

Observa-se também que, entre os autores, há uma ênfase na dimensão individual da atividade voluntária, embora a causa seja coletiva. Associado às ideias de cidadania e justiça social, o ato de voluntariar é defendido e estimulado, pois ao mesmo tempo em que é doador, o voluntário também é beneficiado. Ao contribuir para o acesso aos direitos sociais, o voluntário estaria assim garantindo os seus próprios direitos enquanto cidadão. Noutros termos, o debate contemporâneo sobre o voluntariado pode ser resumido na necessidade de definir qual o sentido da atividade voluntária em face à crescente desigualdade social; estimular uma maior participação cidadã, pois esta via supostamente possibilitará diminuir e quiçá extinguir as expressões das desigualdades sociais; e demarcar a participação do Estado e do empresariado em conformidade com as ações do *terceiro setor*. Assim sendo, apesar da heterogeneidade das abordagens, há um elemento comum entre os autores, qual seja, inserir a atividade voluntária no contexto das políticas sociais. Dentre estes aspectos, o(s) sentido(s) das práticas voluntárias e os elementos motivacionais serão recuperados e discutidos no item a seguir.

3.2 Uma Ação com Sentido(s): o(s) significado(s) das práticas voluntárias na contemporaneidade

Após demonstrar os aspectos discutidos no debate atual sobre as práticas voluntárias, analisar-se-á a ressignificação destas práticas. A proposta para este item é se aproximar ainda mais do(s) sentidos que as práticas voluntárias vêm exercendo num contexto em que é gritante a miserabilidade das classes subalternas. Parece-nos que o novo sentido atribuído às práticas voluntárias perpassa pela necessidade de (re) direcionar as políticas sociais. Tornar o acesso a direitos sociais uma relação de favor que desconstrói toda e qualquer perspectiva de universalização dos direitos sociais.

De acordo com Mattos (2002), a literatura que discute a temática do voluntariado tem apresentado que nos últimos dez anos – desde o marco do voluntariado no Brasil em 2001, com o AIV – a sociedade vem sendo incentivada a se voluntariar e se envolver em atividades desenvolvidas em instituições do *terceiro setor*. E assim, ocupando espaços cada vez maiores na discussão, formulação e execução de políticas sociais não estatais. Para esta autora, o serviço voluntário contemporâneo é percebido como a “[...] materialização da responsabilidade individual numa forma de ação coletiva” (MATTOS, 2002, p. 28). Em seu pensamento, esta percepção é atribuída ao conhecimento de que quando os indivíduos internalizam a responsabilidade pelo seu próprio bem-estar, pelo seu futuro e pelas consequências de suas ações, terão habilidades de aceitar a responsabilidade pelo outro. Importa acrescentar que para Mattos, a responsabilidade individual pressupõe uma ética solidária e fraterna comprometida com o destino da vida em sociedade. Nesses termos, ser voluntário na contemporaneidade é para a referida autora, aquele sujeito engajado, participante e consciente, que apresenta um elevado grau de comprometimento em ações mais permanentes, que implicam maiores compromissos. Mais precisamente, é o sujeito que apresenta uma noção de cidadania e de defesa dos direitos humanos e sociais, que pode levá-lo a uma profissionalização voluntária. Mas, isso não implica que não existam voluntários que exerçam funções esporádicas e pontuais, diz a autora:

Verificam-se certas mudanças nos padrões do voluntariado nos últimos anos. As pessoas estão mais interessadas em se envolver em um número maior de causas, oferecendo seu trabalho voluntário em diferentes atividades. Também atuam mais na defesa dos direitos e no ativismo político. Ao mesmo tempo em que ainda desejam se envolver com atividades de serviço, também desejam atuar por meio de petições, abaixo-assinados, influência nas políticas públicas e outras formas ativas de participação cívica (MATTOS, 2002, p. 30-1).

No pensamento de Mattos, apesar das mudanças nos padrões do perfil do novo voluntariado, voluntários capazes de oferecer serviços de elevada qualificação profissional. Há também voluntários que ofereçam apenas boa vontade, carinho e engajamento à instituição. Cabe notar que para Dockhorn (2007), este perfil favorece a abertura para interesses solidários. Em seus estudos sobre a caracterização do perfil sociodemográfico e psicológico dos voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV), Dockhorn observa que o perfil deste novo voluntário está acentado em um sujeito de meia idade, do sexo feminino, com escolaridade em nível superior (completo ou não), casado, e está ativo no mercado de trabalho.⁵² Na avaliação da autora, este perfil, de pessoas educacionalmente muito bem instruídas e com uma estabilidade econômica, ao favorecer a abertura para interesses solidários, apresenta qual seja o diferencial do voluntariado contemporâneo, a saber: “[...] agregar a suas vidas a possibilidade de ajudar outros indivíduos [...]” (DOCKHORN, 2007, p. 49) a partir de uma identificação com a proposta da instituição a qual está inserido.

⁵²Parece oportuno acrescentar que fundada em São Paulo em 1962, o CVV é uma associação civil sem fins lucrativos que presta serviços voluntários e gratuitos de apoio emocional por meio de telefone, e-mail, pessoalmente e via *chat*. Reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1973 pelo decreto lei n.º 73.348 de 20 de dezembro de 1973, esta associação é voltada para todas as pessoas que querem e precisam conversar sobre suas angústias. Nesse sentido, informa o *site* < <http://www.cvv.org.br/>>, que compete ao Voluntário do CVV compreender a pessoa no sentido de valorizar a vida. Importa também acrescentar que a instituição é mantida com as contribuições dos próprios voluntários e por doações feitas por pessoas e segmentos da sociedade.

Segundo Dockhorn (2007, p. 22), o CVV destina-se a prestar, voluntariamente, apoio emocional fraterno a qualquer pessoa portadora de ideias suicidas. O objetivo do referido centro, diz a autora, é prevenir o suicídio por meio de apoio emocional às pessoas que sofrem angustiadas, deprimidas, sem vontade de viver. Este apoio se operacionaliza através da atuação de voluntários. Se dá principalmente por meio de telefones, mas também por carta ou encontros presenciais. Diz ainda que a relação de ajuda oferecida pelo CVV consiste em oferecer apoio de um ser humano comum a outro, cujo objetivo fundamental é a criação de condições que liberte o sujeito para o seu desenvolvimento. Acrescenta que esta relação de ajuda não é de aconselhamento, nem substituto da psicoterapia ou qualquer tipo de ajuda especializada. Trata-se de um relacionamento “[...] limitado à duração e extensão da necessidade do outro, não sendo imposto a ninguém” (DOCKHOR, 2007, p. 22).

Neste direcionamento, Silva (2006) ressalta que o conceito de voluntariado sofreu uma transformação. As ações de assistência ocorridas no Brasil desde o século XVI, com a participação dos sujeitos, eram eminentemente de cunho religioso. “Nessas ações o foco não residia em cidadania ou participação social cidadã, pois estas são noções contemporâneas que informam a participação de alguns dos indivíduos que se engajam no voluntariado” (SILVA, 2006, p. 69). Para Silva, a emergência do voluntariado organizado e institucionalizado, orientado para agir, discutir e solucionar problemas sociais, é datada de 1993, com a Campanha Ação e Cidadania. Ressalta que:

[...] esta institucionalização não se dá pelo viés da hierarquia, onde os comitês estivessem ligados a uma instituição ‘matriz’ cujas orientações deveriam ser seguidas a risca, no sentido de que foi um movimento organizado desde o início para ser assumido pela sociedade e pelos indivíduos que seriam seus beneficiários principais, ou seja, as pessoas que seriam ajudadas pela Campanha contra a Fome (SILVA, 2006, p. 70).

Deste modo, outro diferencial das práticas voluntárias contemporâneas seria o fato do próprio beneficiado ser estimulado a também ser um voluntário. Acrescenta a referida autora:

Não tendo uma tradição de discussão dos problemas sociais, posso dizer que a sociedade brasileira foi sacudida pela proposta da Ação da Cidadania, por este movimento que, baseado no fortalecimento da solidariedade, buscava acabar com a indiferença da população em relação às questões mais prementes relacionadas à fome e a miséria (SILVA, 2006, p. 70).

No pensamento de Silva, o voluntariado contemporâneo é uma ferramenta de promoção social não só do indivíduo ou grupo que está sendo beneficiado, como também do próprio voluntário. Desse modo, o voluntariado é necessariamente uma relação de reciprocidade. “Esta reciprocidade assume diversas formas, tais como a satisfação imediata das expectativas dos voluntários, aprendizagem ou aperfeiçoamento de habilidades específicas, o aumento da rede de relações sociais, entre outros” (SILVA, 2006, p. 20).

Lopes (2006), em suas reflexões sobre voluntariado e envelhecimento, acrescenta que a atividade voluntária é pensada na atualidade em seu aspecto econômico-financeiro. A autora se refere à associação desta atividade ao seu

antônimo, qual seja, ação remunerada ou assalariada.⁵³ Entretanto, destaca que o voluntariado é inerente à construção da convivência humana. No seu entendimento, se retrocedermos na história, perceberemos que as práticas voluntárias são datadas do início da civilização e da formação do Estado como espaço das questões coletivas. Sua origem confunde-se com a própria existência humana, por se tratar de uma ação social que tem no outro o alvo da atenção. Com suas palavras:

Nas origens, a ação voluntária confunde-se com todo e qualquer tipo de ação social, visto que está voltada primeiramente ao outro. É própria da construção da convivência humana; logo, da existência do humano como espécie, social por excelência (LOPES, 2006, p. 08).

Nesse sentido, a ação voluntária é apresentada como um fenômeno universal. Enquanto tal, Lopes destaca que se faz importante conhecer que usos esta ação assume no contexto humano quando lhe é atribuído a ideia de aparente livre escolha. Na opinião da autora, estes usos são historicamente construídos e culturalmente instrumentalizados. Enquanto produto histórico que vem se desenvolvendo ao longo do tempo e está em permanente evolução, a referida autora observa que a história do voluntariado no Brasil nasce com um sentido assistencialista, mas foi estreitando vínculos com os conceitos de solidariedade e cidadania. Noutros termos, a autora destaca por meio de questionamentos, que a ação voluntária percorreu no mundo e particularmente no Brasil uma mudança de perspectiva, a saber, do esmolar ao ensinar a pescar. Com suas palavras, quais sejam estes questionamentos: “Quantos de nós brasileiros um dia já não quisemos “ajudar”, mas não sabíamos como, onde, quanto, com que e por quê? Nossa pergunta existencial ainda parece ser se devemos dar a esmola ou ensinar a pescar?” (LOPES, 2002, p. 22-3).

Por sua vez, Dockhorn (2007) também observa que a atividade voluntária não pode ser considerada uma prática recente em nossa sociedade, por existir registros deste tipo de atividade desde o século XIV. A autora observa que esta atividade

⁵³A este respeito é oportuno mencionarmos a Lei Nº 9.608, de 18/02/1998 que regulamenta o serviço voluntário como uma “[...] atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade” (art. 1º da Lei 9.608/98).

apresentou em diferentes períodos históricos, distintas visões, tais como: o assistencialismo, a filantropia e a caridade. Entretanto, a autora ressalta que nas últimas décadas do século XX, as práticas voluntárias ganharam maior expressão e visibilidade em função da crescente conscientização e envolvimento da sociedade frente às problemáticas de âmbito social. “Assim, a atividade voluntária tem conseguido arregimentar uma miríade de sujeitos ao redor do mundo, de diversas origens, credos e camadas sociais em prol da diminuição das desigualdades sociais” (DOCKHORN, 2007, p. 51).

Lima (2004), ao refletir sobre o impacto que o voluntariado é capaz de proporcionar na construção de uma sociedade melhor, ressalta que por meio do serviço voluntário é possível consolidar a cidadania e contribuir para mudanças promovidas pela participação social. No seu entendimento, cidadania não é apenas a exigência de direitos, é, sobretudo, o ato de assumir deveres comprometidos com o bem-estar social. Desta forma, para a referida autora, ser voluntário na atualidade é ser cidadão e fortalecer valores mais humanos, como a solidariedade, a compaixão, a tolerância mútua, e assim, poder contribuir com a diminuição das injustiças sociais, pois por meio do:

[...] exercício do voluntariado, as pessoas podem exercitar valores humanos: compaixão, solidariedade, fraternidade, tornam-se mais participativas e conscientes dos problemas em sua comunidade, se coresponsabilizando pela mudança da realidade em que vivem para uma sociedade melhor (LIMA, 2004, p. 13).

Noutras palavras de Lima:

[...] o voluntário é entendido como a pessoa que, motivada por valores de participação, de ajuda a uma causa e indignação com a realidade, doa seu tempo de maneira espontânea e não remunerada para a busca de soluções que levam à construção de uma sociedade mais humana e justa. É alguém que deseja ver sua comunidade crescer, sua sociedade se desenvolver, procurando contribuir e fazer a sua parte (LIMA, 2004, p. 15).

Para esta autora, o novo voluntário é apreendido como sinônimo de cidadão que movido por valores de participação e solidariedade doa seu tempo e habilidades de forma espontânea e não remunerada a uma causa social. Conforme Silva (2006), o adjetivo novo atribuído ao voluntariado contemporâneo está pautado pela ideia de

cidadão participativo. Em que o voluntário se organiza com vista a promover melhorias sociais, diz ela: “A diferença que está implícita, nesta ótica, é que o ‘novo voluntariado’ está comprometido com as mudanças sociais e a promoção social dos indivíduos que participam” (SILVA, 2006, p. 16). Ainda a este respeito, a autora observa que o adjetivo novo atribuído às práticas voluntárias atuais não pretende rejeitar as práticas voluntárias pontuais, que por não serem organizadas, não era possível de serem mensuradas. Mas que as práticas voluntárias atuais foram ressignificadas, aproximando-se das ideias de cidadania participativa.

Sobre a relação entre o voluntariado e as ideias de cidadania participativa, Basílio (s/d) assevera que a cidadania é o alicerce do voluntariado. De acordo com esta autora, pequenos atos geram grandes mudanças, pois em seu entendimento, o voluntariado significa muito mais que a realização de ações sociais. É a troca de experiências e um grande passo para a transformação da nossa sociedade, uma vez que: “Fazer o bem ao próximo e contribuir para a melhoria de nossa sociedade são o que movem voluntários. Pessoas que não recebem dinheiro ao realizar um trabalho, mas se satisfazem com um sorriso alheio e com a consciência de que fizeram a sua parte no progresso do mundo” (BASILIO, s/d). Sendo assim, ao fazer o bem ao outro, o voluntário estaria contribuindo com a melhoria da sociedade. Exercendo, portanto, sua responsabilidade social.

Silva (2008), por sua vez, ao destacar a importância do voluntariado na construção da responsabilidade social, comenta que o papel do voluntário é visto atualmente como um dos instrumentos básicos de ação da sociedade no âmbito social. Segundo a autora, nos últimos anos, o papel do voluntariado vem ganhando relevância e sendo apontado como de fundamental importância no desenvolvimento, promoção e resgate da cidadania, contribuindo, “[...] desta maneira, para uma sociedade mais justa coesa e estável” (SILVA, 2008, p. 28). Deste modo, reitera que o voluntariado é um componente importante na caminhada de redução da pobreza, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à integração social. Para esta autora, a dimensão social do voluntariado perpassa o seu reconhecimento como um dos protagonistas centrais no cenário do desenvolvimento social. A este respeito, cabe acrescentar o conceito de voluntário da Fundação Abrinq – já apresentado – para qual o voluntário é o ator social, o agente de transformação, que presta serviços não-remunerados em benefício da comunidade. É aquele que doa tempo, conhecimentos e talentos, movidos pelo impulso solidário. Atende tanto às necessidades do próximo

quanto aos imperativos de uma causa. Isto é, às suas próprias motivações pessoais, que podem ser de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.

Sobre o protagonismo dos voluntários, é oportuno adicionar o papel exercido pelo CVV, qual seja:

De fato, o voluntário é a figura chave de toda a estrutura do CVV. A ele cabe não apenas o atendimento direto ao usuário, mas também a responsabilidade pela organização e manutenção do Posto CVV ao qual é filiado. O voluntário é quem administra o Posto, quem seleciona e treina novos voluntários, quem se compromete com uma constante atualização teórico/técnica, quem executa a divulgação do serviço, quem busca apoio e cria novas formas de inserção na comunidade. Além disso, são os voluntários que sustentam financeiramente o Posto através de uma mensalidade paga à mantenedora – instituição de personalidade jurídica que comporta o Programa CVV, como uma concessão de marca, desde que seguidos os princípios e regimentos estipulados pelo CVV (CVV, 2003). É fácil, portanto, constatar a dimensão da responsabilidade de ser um voluntário CVV, pois este não apenas executa um trabalho de denso caráter emocional, escutando pessoas em sofrimento, como também são de sua responsabilidade inúmeras outras tarefas que asseguram o funcionamento do serviço (DOCKHOR, 2007, p. 29).

Segundo Dockhorn, os voluntários dos postos CVV recebem durante o seu processo de seleção, um primeiro treinamento teórico/técnico para estarem habilitados a atender pessoas em processo de sofrimento emocional. No entendimento da autora, apesar de qualquer pessoa poder ser voluntária, precisa que as mesmas possuam algumas características, tais como: disponibilidade interior para acolher, ouvir e compreender as pessoas angustiadas; ser flexível e disposto a superar suas dificuldades pessoais para aprender a ajudar o próximo. Para Dockhorn, esta necessidade de dispor de algumas características para ser voluntário deve-se, sobretudo, ao fato de que toda e qualquer resposta para uma ação requer habilidades e competências. Dentre as atividades desenvolvidas pelos voluntários da CVV, destaca-se além da seleção e treinamento de novos voluntários, o compromisso com o seu constante aprimoramento teórico/técnico. Em síntese, as práticas voluntárias exercidas pelos voluntários do CVV não se limitam a execução do trabalho de apoio emocional, mas também participam da administração e divulgação da entidade, assim como contribuem na manutenção financeira.

Por práticas voluntárias, Ayres (2003) entende ações espontâneas, não recompensadas materialmente, voltadas para o bem comum. Nestes termos, o conceito de voluntariado é apresentado nos limites dos seguintes critérios:

espontaneidade; não retribuição material; e se o fim da ação é humanitário. Ayres, ao relacionar o conceito de voluntariado com informação/conhecimento e ação voluntária, chama atenção para a importância da informação para a análise histórica recente do voluntariado brasileiro. Para este autor, a maneira como instituições sociais e governo, por meio da imprensa, transmitem informações sobre suas percepções do que é e onde ocorre uma ação voluntária, influenciam no modo como o voluntariado vem sendo percebido e promovido no país. Assim comenta o autor:

[...] a ação voluntária é um ato natural do ser humano, que sua manifestação se dá nos diferentes estágios da vida humana e provoca interações e trocas de informações em vários níveis, desde as mais espontâneas até as estruturas formais criadas pelo homem. Porém, no momento atual, a percepção das pessoas em geral tende a considerar que a ação voluntária se dá principalmente em ambientes institucionais – isto sem dúvida faz parte do escopo do voluntariado, mas representa apenas uma das inúmeras manifestações da ação voluntária. Esta percepção é corroborada por informações disseminadas pela mídia e por definições formais do que seja o voluntariado, estreitando a compreensão mais ampla de voluntariado como simplesmente uma ação espontânea, não recompensada materialmente e voltada para o outro ou para o bem comum (AYRES, 2003, p. 102-3).

Corroborado pelo pensamento de que o voluntariado é uma ação espontânea, não recompensada materialmente por se encerrar no bem comum, ao ajudar o outro, Amuratti (2001, p. 15) comenta que embora tenha conhecimento de que a expressão voluntariado advém do latim *voluntare*, que significa vontade, destaca que esta expressão lembra Vou Lutar Aliado. Para este autor, ser voluntário é ter vontade de ajudar o outro, é unir as necessidades individuais a esforços de outras pessoas. Trata-se, portanto, de uma prática que se inicia na vontade dos sujeitos e se encerra no ato de ajudar ao próximo, com vistas a contribuir para o bem comum. O autor conclui seu pensamento com os seguintes questionamentos:

Seria apenas uma expressão religiosa? Seria por condições melhores de informações que nos possibilitem saber as circunstâncias que nos rodeiam? Seria um aumento na consciência política e cívica da população mundial? Seria, talvez, uma forma de exprimir o descrédito pelas instituições responsáveis, como governo, etc.? Provavelmente, um pouco de cada uma dessas razões (AMURATTI, 2001, p. 16).

Giroto et al.(2004), por sua vez, corrobora o pensamento de que o ato de ser voluntário se encontra profundamente marcado na história humana e permanece

enraizado historicamente em nossa cultura. Para estes autores, o ato de voluntariar abrange velhas ideias e conceitos, mas vem ressurgindo como uma nova e milagrosa alternativa para a solução dos problemas sociais. No entendimento dos autores, existe uma diferença entre as atividades voluntárias de outrora, motivadas por interesses religiosos, espirituais e morais, das práticas voluntárias desempenhadas atualmente, a saber:

No passado as ações voluntárias aconteciam independente do chamamento estatal. Atualmente as pessoas são induzidas a essas ações pelo Estado, pelas organizações sem fins lucrativos e também, pelo mercado. Constituem a pauta dos governos e a proposta de responsabilidade social do setor lucrativo (GIROTO ET AL. 2004, p. 57).

Por isso ressaltam que:

Este ganho de relevância do setor voluntário por parte do Estado configura estratégias de governo capazes de induzir e estimular a prática voluntária. Assim, essa prática deixa de ser espontânea, passando a ser conduzida, manipulada, teleguiada, se tornando integrante da agenda política dos governantes. Em seu bojo está contida a idéia de desresponsabilização do próprio Estado no enfrentamento das expressões da questão social (GIROTO ET AL. 2004, p. 57).

Para Giroto et al., a indução ao serviço voluntário, seja pelas empresas,⁵⁴ instituições do *terceiro setor* e Estado é uma expressão da necessidade de desresponsabilizar o poder público no trato à crescente desigualdade social. Na opinião destes autores, o voluntariado contemporâneo é um tema que ressurge vinculado ao debate sobre o *terceiro setor*, configurando-se como mais uma forma de

⁵⁴Conforme Teodósio (2001, p. 03), a intensa valorização que as empresas brasileiras vêm dando ao trabalho voluntário, tem contribuído para modificar o perfil do voluntariado brasileiro, diz ele: “Dentre as mudanças no perfil do voluntariado nacional destaca-se a queda na faixa etária, estimulada pelo chamado “protagonismo juvenil”, princípio que prega a autonomia e atuação dos jovens na sociedade. Além disso, o altruísmo e a dedicação espontânea do voluntariado têm se misturado cada vez mais com interesses particulares de aperfeiçoamento de currículo e vivência profissional” (TEODÓSIO, 2001, p. 03). Em virtude das mudanças no perfil do voluntariado contemporâneo, Teodósio faz menção a um plano de carreira para os voluntários. Com suas palavras: “É importante estruturar um plano de carreira para os voluntários, que os permita assumir maiores responsabilidades na instituição, à medida que demonstrem maior eficiência e principalmente comprometimento diário com o trabalho. Essa “carreira voluntária” deve evoluir desde as tarefas básicas até uma posição de voto no conselho diretivo da instituição” (TEODÓSIO, 2001, p. 04).

despolitização estatal frente à carência por respostas às expressões da questão social. Figueiredo (2005) corrobora este pensamento, quando diz que a atividade voluntária atual surge a partir da culpabilização da sociedade frente aos problemas sociais. Quando ser voluntário é tão somente associado a ter vontade de agir, com vistas a querer construir uma sociedade mais solidária, justa e igualitária.

Subjacente aos conceitos, existe a premissa que o voluntário é agora responsável pelas ações sociais direcionada ao bem-estar social da comunidade, não havendo um questionamento da mudança de direção dessa responsabilidade. O conceito de trabalho voluntário une a vontade de ajudar o próximo, representada pelo discurso humanitário e de responsabilidade, às necessidades individuais dos voluntários para realizar a ação. O preenchimento do tempo livre, ocasionado pelo desemprego ou pela aposentadoria, a falta de experiência profissional passam a ser referenciados como espírito cívico e interesse pessoal, onde pela doação do tempo livre pode-se cumprir uma ação politicamente correta, mas ausente de crítica da realidade e de significado político (FIGUEIREDO, 2005, p. 53).

Para esta autora, este pensamento retira a atitude política governamental e a impossibilidade de um horizonte emancipado, pois, geralmente, as ações voluntárias são norteadas por princípios assistencialistas. Trata-se de uma ação permeada por um sentimento de culpa e estimulado sem nenhuma reflexão dos determinantes dos problemas sociais alvo do ato de voluntariar. Na opinião de Figueiredo, este tipo de atividade não provoca nenhuma modificação da realidade, pois em momento algum são questionadas as causas que desencadeiam a situação de ajuda. E acrescenta:

Este tipo de atuação voluntária realizada pelo sentimento de culpa ou as ações efetivadas em dias comemorativos, como as que são feitas durante o Natal, Dia das Crianças, onde empresas e celebridades brasileiras estimulam a sociedade a realizar ações caridosas momentâneas, não proporcionam uma reflexão acerca dos fatores que promovem tais ações e problemas. [...] pensa-se que este tipo de ajuda não questiona as causas que desencadeiam a situação de ajuda e, portanto, não há uma modificação da realidade (FIGUEIREDO, 2005, p. 49).

De acordo com Figueiredo, não existe um sistema padronizado que defina o que seja voluntariado. Para ela, um dos problemas para conceituar esta ação é que ela pode incluir uma ampla, e ao mesmo tempo, uma estreita faixa de atividades, pois depende do significado que poderá ser oferecido. O significado a qual a autora faz menção diz respeito se a ação se constitui em uma prestação de serviço, ou se trata

de uma distribuição de bens, uma doação. Em face de tais considerações, a autora caracteriza o trabalho voluntário da seguinte forma:

[...] uma ação coletiva, caracterizada como uma relação voluntária de solidariedade que une os voluntários e beneficiários, sem obter nenhuma vantagem econômica direta. Outra característica do voluntariado é a sua gratuidade, mas esta não pressupõe que não se retire nenhum benefício econômico indireto, uma vez que é possível adquirir experiência profissional, competências e estabelecer relações profissionais e políticas por meio da ação voluntária (FIGUEIREDO, 2005, p. 51).

Figueiredo acrescenta que não é somente a solidariedade que aproxima o voluntário e o beneficiário da ação. Em seu pensamento, existem outros fatores, a saber: a possibilidade de receber algo em troca que não seja sob a forma de remuneração; a possibilidade de obter experiência profissional; conseguir um emprego, ou ainda de continuar a exercer a profissão; e também manter as relações sociais e exercer o poder sobre o destino do outro. Trata-se da chamada remuneração indireta entendida aqui como elemento motivacional da atividade voluntária contemporânea. A seguir, fechar-se-á esta seção com algumas reflexões sobre os elementos motivacionais que conduzem os sujeitos ao ato de voluntariar-se.

3.3 Motivações para o Exercício do Voluntariar-se: elementos para uma ação na contramão dos direitos sociais

“Era uma vez um escritor que morava numa praia tranquila, junto a uma colônia de pescadores. Todas as manhãs ele passeava à beira-mar para se inspirar e de tarde ficava em casa, escrevendo. Um dia, caminhando na praia, ele viu um vulto que parecia dançar. Quando chegou perto, era um jovem pegando na areia as estrelas-do-mar, uma por uma, e jogando novamente de volta ao oceano. – Por que você está fazendo isto? – perguntou o escritor. – Você não vê? – disse o jovem. – A maré está baixa e o sol está brilhando. Elas vão secar no sol e morrer, se ficarem na areia. – Meu jovem, existem milhares de quilômetros de praia por esse mundo afora, e centenas de milhares de estrelas-do-mar, espalhadas pelas praias. Que diferença faz? Você joga umas poucas de volta ao oceano. A

maioria vai perecer de qualquer forma. O jovem pegou mais uma estrela na areia, jogou de volta ao oceano, olhou para o escritor e disse: – Pra essa, eu fiz diferença. Naquela noite o escritor não conseguiu dormir, nem sequer conseguiu escrever. De manhãzinha foi para a praia, reuniu-se ao jovem e juntos começaram a jogar estrelas-do-mar de volta ao oceano” (A Visão do Futuro, o Jovem e a Estrela-do-mar/Aikidô das Sabedorias).

“O trabalho voluntário nos mostra que podemos mudar, com um pouco de esforço próprio, o quadro de miséria e falta de amor que vivemos nesta sociedade. Muitas vezes esquecemos que aquele gesto que para nos parece insignificante, para outra pessoa pode ser o mais valioso presente e o que alegrará e iluminará seu dia e, por consequência, o nosso. Quando damos amor, ou damos um pouco do nosso tempo, a felicidade que proporcionamos retorna em dobro, e a vontade de continuar ajudando cresce a cada dia” (O Milagre da Vida /Marilene Silva).

“Somos todos seres humanos, somos parte da humanidade. Não nos advogamos a condição de revolucionar sistemas sociais, mas nos propomos a abraçar, a educar, a estimular, a erguer a quem quer que seja, qual a cor, o credo, a língua. Fornecer esperança, fornecer o pão, ensinar, exemplificar, dar de si” (Estender a Mão – quem é solidário, jamais será solitário/ Mauricio Brandão).

O poema de Aikidô das Sabedorias, retirado do Manual do Voluntariado do Programa Mesa Brasil, assim como os depoimentos de Marilene Silva e Mauricio Brandão – extraídos do livro *Solidariedade: depoimentos de um beija-flor. Histórias de voluntariado e esperança* – expressam a doçura e a beleza do valor atribuído à atividade voluntária contemporânea. Um agir miúdo em que a esperança em um mundo mais justo e humanitário, parece ser o fio condutor que supostamente levaria o voluntário a uma ação capaz de modificar vidas, transformar situações e emancipar sujeitos. Parece-nos que ser a diferença – proposta aos voluntários – não é suficiente para almejarmos os ideais de um mundo verdadeiramente livre, igualitário e desprovido de miséria.

Vimos defendendo, ao longo deste estudo, que a atividade voluntária se apresenta na contemporaneidade como um mecanismo de afastamento das políticas sociais públicas estatais, e, portanto, um retrocesso aos direitos sociais cem por cento estatais. Cumpre esclarecer que o acesso aos direitos via políticas sociais públicas estatais, não irá romper com os altos índices de miséria e pauperismo das classes subalternas. Mas, a sua negação e redirecionamento para um setor voluntário

parecem tornar esta realidade ainda mais perversa. Os ideólogos do voluntariado, ao enfocar no sujeito voluntário uma alternativa de intervenção face às desigualdades sociais contemporâneas, acabam por tocar apenas em seus efeitos. Desconsiderando assim, os demais aspectos que conformam a razão de ser do pauperismo das classes subalternas. Com a finalidade de demonstrar a ênfase dada à dimensão subjetiva do agente social voluntário, no tocante ao trato as manifestações das desigualdades sociais, este item conclui a terceira e última seção do presente estudo com algumas considerações sobre os elementos motivacionais para o exercício do voluntariar-se. O que motiva um voluntário de sê-lo? Tem-se por objetivo responder a este questionamento.

Lopes (2006), ao apresentar as motivações para o exercício da atividade voluntária formal entre idosos, evidencia que o conceito de motivação tem sido investigado por muitos estudiosos de diferentes filiações teórico-metodológicas em psicologia. Segundo a autora, as teorias psicológicas clássicas apontam três diferentes concepções sobre motivação, quais sejam: Teorias Evolucionistas – entendem que os impulsos para agir são inatos; Teorias de Incentivo – apontam que os impulsos à ação são orientados por objetivos externos, pois o comportamento humano pode ser induzido a alguma coisa por alguém ou alguma situação; e as Teorias Humanistas – indicam que existem impulsos inatos e aprendidos. Sobre esta última teoria, a autora acrescenta que as necessidades humanas estão hierarquizadas dos níveis mais baixos aos mais altos. Isto é, “[...] desde as de sobrevivência e abrigo, que são de base inata, posto que associadas à sobrevivência, até as espirituais, passando pelas de segurança e proteção, pertinência e amor, estima, cognitivas, estéticas e de auto-realização” (LOPES, 2006, p. 41-2). Sendo assim, Lopes atenta para o fato de que podem ocorrer progressões e regressões na luta pelas motivações humanas, pois para que as pessoas possam atender às necessidades mais altas, é necessário que as básicas tenham sido atingidas.

Nesse sentido, Ortiz (2007) argumenta que o que caracteriza a atividade voluntária não é simplesmente o fato de não ser remunerado, de ocupar um tempo supostamente ocioso, ou ainda a natureza da atividade a ser desenvolvida. Para esta autora, a marca principal do voluntariado são os efeitos subjetivos que ele produz. Ortiz se refere ao bem-estar que esta atividade propicia ao voluntário, na relação com o outro e principalmente consigo mesmo. “Sem o bem-estar não há voluntariado. Há simplesmente um serviço prestado que, por falta de encanto, acaba levando o

voluntário a desistir de sê-lo. O bem-estar é o que contagia, o que faz levantar e querer ser voluntário; é o que constitui o trabalhador voluntário como tal” (ORTIZ, 2007, p. 157).

Reis (2001) observa que a principal motivação para o exercício da atividade voluntária é a satisfação do seu executor, pois entende que ser voluntário é praticar o ato de cidadania – é um ato de amor ao próximo. Por isso, a colocação de que os cidadãos se engajam em atividades voluntárias não apenas para exercitar a caridade, mas para exercer sua cidadania, para defender seus direitos. E menciona que: “De fato, alguns estudos mostram que os voluntários tendem a ser mais saudáveis e felizes e vive mais que aqueles que não o são” (REIS, 2001, p. 11). Já para Moura e Souza (2007), a filiação ao serviço voluntário é explicada por um conjunto particular de valores, pois: “Não se pode esquecer que no cerne do trabalho voluntário encontra-se o homem que disponibiliza tempo e competências com o intuito de mudar sua realidade que cada dia que passa se torna mais desigual” (MOURA; SOUZA, 2007, p. 154). O conjunto de valores o qual as autoras fazem menção refere-se ao altruísmo, o interesse individual em contribuir com a sociabilidade, além de razões religiosas e sentimentos de culpa, de obrigação ou ainda de responsabilidade social. Nesse direcionamento, Lopes (2006) analisa que agir em conformidade com este conjunto de valores é intrinsecamente motivador. Para esta autora, a motivação para voluntariar-se é um fenômeno multifatorial, multideterminado e multifacetado que envolve componentes psicológicos e sociais. Por isso, “Diferentes grupos em uma sociedade agregam diversos valores para o desempenho do trabalho voluntário. Tais valores estão associados aos significados que o trabalho voluntário assume para os participantes, [...]” (LOPES, 2006, p. 44) sobretudo, quando este significado se expressa em *status* para os voluntários.

Sobre os valores norteadores de uma ação voluntária, Meister (2003) observa que não tem como visualizar uma ação voluntária isenta de valores. Para este autor, os valores são entendidos como toda a dimensão que prestigiamos e que escolhemos, seja ela material ou não. E o julgamento das escolhas, denomina-o de juízo de valores. “Eles são o motor, o motivo pelo qual agimos ou deixamos de agir.” (MEISTER, 2003, p. 49). Dentre os valores apresentados pelo referido autor, importa mencionar a gratuidade. Segundo Mestriner, a gratuidade da ação voluntária está para além do fato de não receber honorários. Em seu pensamento, ao doar-se a si mesmo na ação que realiza, o voluntário estaria sendo remunerado simbolicamente. Portanto, “[...] a

gratuidade no voluntariado deve ser entendida no sentido mais amplo possível e não somente no aspecto material. O ‘pagamento’ que recebe é de outra ordem, de outra forma” (MEISTER, 2003, p. 47). Por isso, a assertiva de que:

Como a ação voluntária é uma ação que escolhemos fazer e essa escolha é livre, ela também deve ser gozada. Por isso, ao agir, devemos sempre ter presente que nossa ação voluntária pode nos trazer um prazer, quando o fazemos. O que fazemos nos faz pessoalmente felizes. Um voluntário não é um mártir, não age, porque renuncia algo, senão que compartilha o gosto da ação que faz. O voluntário é um entusiasta de sua ação e, pelo seu entusiasmo, contagia os outros (MEISTER, 2003, p. 45).

Deste modo, a gratuidade além de uma característica que define a atividade voluntária, configura-se como um entre outros valores que motiva os sujeitos a voluntariar-se. Segundo Figueiredo (2005), assim como há várias definições que caracterizam o voluntariado, há também diferentes motivações para sua realização. Sendo estas fundadas em bases religiosa, psicológica e política. Sobre a motivação religiosa, Figueiredo diz está imbricada com questões relativas à salvação de si e a obrigação de ajudar. A caridade e a benemerência são postas em prática para o alcance do progresso espiritual. Quanto à motivação pessoal, cabe notar a necessidade de se estabelecer uma relação com o outro. Figueiredo chama atenção para esta relação, pois poderá ser intermediada pelo poder, uma vez que há uma troca desigual entre o voluntário e o beneficiado. No tocante à motivação política, evidencia uma preocupação com o exercício da cidadania. Esta motivação identifica as práticas voluntárias a uma atividade emancipatória tanto para o beneficiado quanto para o voluntário. O que, no seu entendimento, apresenta-se de forma frágil, uma vez que esta motivação “[...] fica restrita a organizações e interesses particulares e não em uma localização de busca por participação coletiva” (FIGUEIREDO, 2005, p. 63).

Corroborando este pensamento, Kisil (2007) tece algumas considerações sobre as seguintes motivações, a qual designou de as sete faces do doador: Devoto – movido por princípios religiosos, canaliza suas doações para organizações religiosas; Comunitário – movido pela solidariedade, por acreditar que sua doação seja boa tanto para a comunidade quanto para seu negócio, devido às relações de confiança cultivadas; Retribuidor – movido por um sentimento de gratidão e ou obrigação; Herdeiro – movido por uma tradição familiar, originada na sua criação; Socialite – movido por um divertimento, sua preocupação está mais voltada a criar

eventos sociais do que a participar do dia-a-dia das organizações; Altruísta – movido pelo fato de se sentir bem, o altruísta direciona sua doação a causas sociais; e o Investidor – movido pelo alto poder aquisitivo, o investidor doa com um olhar na causa social e o outro no impacto que pode causar em sua visibilidade. Sobre esta última face, Kisil acrescenta que os doadores com essa face querem ver a transformação social acontecer enquanto estão vivos. São pessoas que conseguiram enriquecer durante sua vida profissional e percebem que o voluntariado, é um “[...] investimento social, é um bom negócio tanto para aliar credibilidade a sua marca quanto para promover mudanças sociais” (KISIL, 2007, s/p).⁵⁵

Sobre o altruísmo, Lopes (2006) destaca que apesar de ser a motivação mais apresentada quando o voluntário é questionado porque decide voluntariar-se, esta resposta não reflete necessariamente a amplitude dos motivos envolvidos na ação voluntária. De acordo com a autora, esta motivação aparece como uma resposta automática por parte dos voluntários, devido ao *status* e à legitimação que ela alcança na sociedade. No entendimento de Lopes, a motivação para voluntariar-se perpassa por escolhas que os sujeitos fazem sobre experiências ou objetivos que desejam se aproximar. E também pelo grau de esforço que elas irão dedicar à atividade escolhida. “Assim, os voluntários são universos singulares, cada um com seus sentimentos, ambições e motivos. Entende-se também que as motivações para voluntariar-se são dinâmicas, e não estáticas, isto é, mudam ao longo do tempo” (LOPES, 2006, p. 43). Portanto, as motivações para envolver-se em práticas voluntárias podem ser inicialmente intrínsecas aos sujeitos, mas as que os mantêm, resultam de uma combinação entre aspectos pessoais e externos.

⁵⁵Vale acrescentar, conforme Kisil, que com base nesta última face surge o conceito de filantropia 4.0 criado pela russa Olga Alexeeva, diretora da CAF Global Trustees. Segundo ele, esta autora propõe um entendimento da evolução da filantropia similar ao entendimento da evolução de programas de software que progressivamente são apresentados em novas versões. A filantropia 4.0 seria assim a evolução da filantropia tradicional. Isto é, a filantropia 1.0 representaria a filantropia dos primeiros doadores que buscavam contemplar a sociedade com uma infra-estrutura que atendesse as necessidades de escolas, universidades, museus, bibliotecas; a filantropia 2.0 representaria a filantropia introduzida pelos grandes doadores do início do século XX, onde fundos patrimoniais foram alocados para cobrir as necessidades sociais presentes e futuras que estivessem no foco de atuação de uma fundação; a filantropia 3.0 seria uma filantropia feita pelas mesmas organizações doadoras descritas no item anterior, e que decidem assumir uma face mais global, internacionalizando suas operações para países ou regiões do mundo; e a filantropia 4.0, seria a filantropia que se caracteriza não mais pelo fluxo de fundos de países desenvolvidos para o Sul Global, mas pelo desenvolvimento da filantropia nativa dos países em desenvolvimento, gerando modelos e transformações sociais que podem ser úteis numa escala global.

Nesse sentido, Mattos (2002) ao se referir às motivações por conveniência e coerção, atenta para o fato de que uma das razões frequentemente apontadas para o engajamento em atividades voluntárias é a inexistência de desafios nas atividades diárias. A outra diz respeito à falta de liberdade para a execução das ações, quando diz que nas empresas em geral não apresentam uma missão, mas apenas conveniência. Todavia, a autora acrescenta que é também possível perceber que as pessoas realizam alguma atividade voluntária como forma de retribuir à sociedade o conhecimento e as experiências adquiridos ao longo da vida. Ou apenas para ter uma ocupação do seu tempo livre, às vezes consequência de desemprego. “Outro forte motivo alegado é a necessidade interior de fazer o bem, uma satisfação íntima pelo prazer de servir, estar bem consigo mesmo beneficiando o outro, dando de si, sem esperar nada em troca” (MATTOS, 2002, p. 30).

Freitas e Souza (2007) corroboram este pensamento ao abordar a problemática que envolve os moradores de rua e sua reintegração na sociedade. No entender dos autores, o diferencial do trabalho desenvolvido pela Associação Beneficente Benedito Pacheco está no amor com que os voluntários tratam os moradores de rua.⁵⁶ Para as autoras, este diferencial é o responsável pela qualidade da reintegração proporcionada pelo trabalho da referida associação, pois o elo de confiança criado entre os voluntários e os moradores de rua proporciona o resgate da autoestima destes indivíduos. No entendimento de Freitas e Souza, o fato dos voluntários acreditarem e demonstrarem que acreditam na capacidade de mudança dos indivíduos é que faz com que os beneficiários voltem a acreditar em si mesmos. Com as palavras das autoras:

Os voluntários, independentes de suas funções, em seu processo de treinamento e capacitação para trabalhar com indivíduos em situação de rua, passam a perceber claramente que mais que o pão que distribuem, a sopa que alimenta o estômago de seres famintos e esquecidos pela sociedade, nenhum efeito concreto terão, a não ser matar a fome daquele momento, caso não desempenhem suas funções com amor (FREITAS; SOUZA, 2007, p. 44).

⁵⁶De acordo com Freitas e Souza (2007, p. 06), a Associação Beneficente Benedito Pacheco é datada de 1992. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos e sem vínculos religiosos, cujo objetivo é reintegrar o morador de rua à sociedade.

Estes escritos evidenciam que o amor é apontado como o elemento chave no alcance de respostas satisfatórias. No entendimento das autoras, a atividade voluntária motivada pelo amor é capaz de modificar os conflitos sociais existentes do outro sujeito. Figueiredo (2005), a este respeito, adiciona que este valor também funciona como fonte de retroalimentação da motivação para continuar voluntariando-se. Observa que dentre as motivações simbólicas, há também aquelas norteadas pelo poder, pela estima pessoal e pelo prestígio. Refere-se à possibilidade de receber algo em troca que não seja sob a forma de remuneração direta como: a possibilidade de obter experiência profissional, adquirir emprego, ou ainda de permanecer inserido no mercado de trabalho, manter as relações sociais, e ainda de exercer poder sobre a vida do outro. Deste modo, “[...] não só as necessidades sociais e subjetivas dos beneficiários estão sendo preenchidas, mas também do próprio voluntário, sendo possível pensar que o beneficiário ou o ‘outro’ passa a ser objeto para satisfazer as necessidades profissionais e simbólicas do voluntário (FIGUEIREDO, 2005, p. 51).

Reforçando este pensamento, Lopes (2006) argumenta que diferentes voluntários perseguem diferentes objetivos. E também, um mesmo voluntário pode perseguir diferentes objetivos motivacionais. Nesse sentido, o ato de ser voluntário pode servir para diferentes funções ou motivos inter-relacionados. Dentre as motivações constitutivas da ação voluntária, importa mencionar as dimensões: Valorativas; de Aprendizagem e Aprimoramento; de Experiência Profissional; de Proteção Social; e as de Ampliar as Relações Sociais. Na opinião de Lopes, estas motivações expressam que o envolvimento em atividades voluntárias perpassa pelas necessidades dos voluntários. Por isso, as colocações de que:

[...] aqueles que encontram oportunidades que promovem benefícios, que se combinam com suas motivações iniciais, acreditam mais fortemente que vão manter-se na condição de voluntários. Ao contrário, indivíduos cujas escolhas não promovem benefícios relevantes ou que promovem benefícios que se mostram irrelevantes e pouco significativos tendem a afastar-se (LOPES, 2006, p. 45).

De acordo com Lopes, os voluntários são universos singulares, pois cada ser humano tem seus sentimentos, ambições e motivos. Por isso, voluntariar-se perpassa por escolhas individuais. A este respeito, Moura e Souza (2007) apresentam uma hierarquia do serviço voluntário, o qual pode ser delineado em cinco níveis. Para estes

autores, cada nível de distinção da ação se relaciona com as atitudes dos sujeitos. Vejamos quais sejam estes níveis:

Nível I - Altruísta: retrata a percepção subjetiva de auto-sacrifício por parte do voluntário, envolvendo risco, insalubridade e periculosidade, sob a perspectiva da consciência de espécie e de questionamento em torno das condições gerais de vida de seres humanos; Nível II - Afetivo: reúne motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, via fornecimento de apoio direto aos menos aptos e prósperos tais como idosos, crianças, desabilitados e pacientes em hospitais, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania; Nível III - Amigável: contempla motivos vinculados à avaliação subjetiva de contribuição para o bem-estar social, e de desafortunados em particular, sob uma perspectiva amistosa, em que o voluntário se sente compartilhando algo próprio com alguém; Nível IV - Ajustado: reúne motivos de uma forma específica de aprimoramento social não centrada em temas cruciais ou aflitivos, mas que, de alguma forma, transmite ao voluntário a sensação de estar, simultaneamente, promovendo a si próprio e a vida do receptor; Nível V - Ajuizado: congrega motivos centrados na sensação de privilégios, de status e de proteção, estando o voluntário interessado na construção e projeção da auto-imagem e promoção pessoal junto a indivíduos e coletividades (MOURA; SOUZA, 2007, p. 153).

Para Moura e Souza, as motivações variam do altruísmo ao egoísmo. Por isso, a colocação de que as ações voluntárias são movidas tanto pela racionalidade substantiva como pela instrumental. Com as palavras dos autores: “Os motivos variam desde graus mais elevados como o altruísmo até graus mais baixos como o egoísmo. Assim sendo, pode-se afirmar que as ações são movidas tanto pela racionalidade substantiva como pela instrumental” (MOURA; SOUZA, 2007, p. 15). Isto significa que são movidas pela alta realização, apreendida como concretização de potencialidades e satisfação, como também para o alcance de objetivos ligados a interesses econômicos ou de poder social. Seguindo este raciocínio, Souza et al. (2003), ao identificar a estrutura motivacional dos voluntários que atendem aos pacientes com câncer, apresentam seis motivos que conduzem ao voluntariar-se, o qual designou de funções motivacionais, a saber:

Valores: expressa sentimentos altruístas e características humanitárias no cuidado de outras pessoas; *Experiência*: essa função que envolve o voluntariado expressa a oportunidade de aprender novas experiências e a chance de exercitar conhecimentos, habilidades e ter experiências que não teriam outra chance para serem praticadas; *Social*: é a oportunidade de conviver com outras pessoas, fazer amizades, ter um círculo de amigos e ao mesmo tempo estar engajado em uma atividade importante para outras pessoas, obtendo assim um certo reconhecimento dentro da comunidade;

Carreira: esta função está relacionada à oportunidade de obter benefícios para a carreira profissional; *Proteção*: mais relacionada com as teorias da motivação essa função está associada à função defensiva do ego, como por exemplo, a redução da culpa por possuir mais sorte do que outras pessoas, ou por dirigir atenção aos seus próprios problemas pessoais; *Autoestima*: Esta função tem como ponto principal buscar o desenvolvimento pessoal ou a satisfação pessoal relacionada ao crescimento e auto-estima. Em contraste com a proteção, diz respeito à eliminação de aspectos negativos do ego. Esta função está basicamente centrada no crescimento e desenvolvimento do ego (SOUZA et al., 2003, p. 270-1).

Para estes autores, o ato de cuidar envolve diferentes aspectos da personalidade e necessidades do cuidador. Apreendido pelos autores como sinônimo de voluntário, o cuidador é ao mesmo tempo altruísta e egoísta, não existindo um motivo único para o exercício da atividade voluntária. Por isso, Silva (2006), também apresenta cinco classes de motivações, quais sejam: Motivações que indicam uma preocupação com a coletividade – não há um retorno pessoal explicitado, mas uma consciência de que pode contribuir com a realidade social das camadas menos favorecidas, por “[...] ser mais capacitado do que o público ao qual ele se propõe a ajudar” (SILVA, 2006, p. 53); Motivações externas, sem vínculo com credos ou valores do voluntariado – trata-se do voluntário compulsório, pois a espontaneidade dá lugar a uma obrigação, o que no entender da autora não se configura como uma atividade voluntária; Motivações internas, relacionadas às suas próprias necessidades – o fundamental não é o atendimento das necessidades do outro, mas do próprio voluntário, pois “[...] o trabalho voluntário se constitui em uma oportunidade para que estes indivíduos possam solucionar suas questões pessoais, melhorando sua própria qualidade de vida ao ajudar outras pessoas” (SILVA, 2006, p. 54); Motivações predominantemente religiosas – o amor ao próximo com vistas à salvação espiritual é o fim a ser perseguido; Motivações de ordem cidadã – a preocupação do voluntário é com a sociedade, sua ação é enxergada como a prática da cidadania. Sobre as motivações internas, importa acrescentar que para Silva, não há voluntário que possa sê-lo isolado, mesmo quando o que lhe motiva é de âmbito pessoal. Com as palavras da autora:

Creio que as diferentes motivações individuais para fazer trabalho voluntário são determinantes do lugar que o voluntário terá na vida dos indivíduos. Mesmo o voluntário que o seja por necessidade de satisfação de demandas estritamente pessoais, só terá tais demandas satisfeitas através de uma atuação que passa pelo relacionamento com outras pessoas. Da mesma forma, os indivíduos que atuarão voluntariamente devido às diretrizes das

empresas onde trabalham também terão no outro um ponto de referência ao elaborar as representações acerca do trabalho voluntário e de sua própria atuação social (SILVA, 2006, p. 57).

Para esta autora, embora a satisfação pessoal do voluntário seja o fim pelo qual o voluntário se inseriu na instituição, qualquer pequena ação do voluntário está relacionada com o todo da missão institucional. Portanto, é importante que os voluntários sejam orientados para o fato de que as instituições onde irão desenvolver suas atividades também têm seus objetivos e interesses. Lopes (2006), a este respeito, evidencia que as motivações para ser voluntário são dinâmicas. Segundo esta autora, inicialmente, o envolver-se com atividades voluntárias pode advir de uma necessidade pessoal, mas com o passar do tempo, pode ser combinado a aspectos externos, diz ela:

Eles [os voluntários] entram na organização cheios de expectativas e entusiasmo, com uma idéia clara das razões pelas quais se engajaram. Com o passar do tempo, o treinamento, a supervisão e a convivência com os diferentes níveis de interação institucional acabam por socializar os voluntários, que aprendem valores, limitações e normas inerentes às particularidades da organização escolhida. As expectativas modificam-se ou ampliam-se e o mesmo acontece com as motivações (LOPES, 2006, p. 43).

Importa acrescentar que, para Lopes, as combinações entre as motivações de caráter intrínseco e externo podem alterar os valores dos voluntários, no sentido de adequá-los aos valores da missão da instituição, inclusive, a ponto do voluntário não mais questionar sua participação. E assim: “O trabalho é aceito como parte de quem são e do que esperam da instituição, na medida em que atingem ou não os objetivos de suas motivações, sejam estas ainda as iniciais ou provenientes do dinâmico processo de engajamento” (LOPES, 2006, p. 43-4).

Nesse sentido, a decisão de permanecer ou não como voluntário ultrapassa as motivações iniciais, na medida em que estas se transformam continuamente ao longo do desempenho da ação voluntária. Noutras palavras, um ambiente institucional favorável aos anseios dos voluntários, quando combinados com as necessidades dos voluntários e da sociedade, podem se configurar como importantes elementos de manutenção do voluntário junto à instituição. Sobre esta questão, o Guia de Gestão do Voluntariado do Prêmio de Competitividade para Micro e Pequena Empresa (MPE) Brasil, ao apontar que a missão institucional deve fazer parte do projeto de vida do voluntário, observa que: “Para que isto aconteça, o voluntário necessita conhecer

exatamente o que o MPE Brasil propõe. É interessante ter uma estratégia para manter os voluntários informados sobre quaisquer modificações que porventura venham a acontecer” (GUIA DE GESTÃO DO VOLUNTARIADO MPE BRASIL, 2010, p. 19). Para os idealizadores deste guia, o voluntário que se envolve em uma causa não deve se limitar a sua realização, precisa se preocupar em efetivá-la da melhor forma. O como fazer deve fazer parte da rotina do voluntariado. O que para alguns autores perpassa a necessidade de sua profissionalização. Sendo assim, “Profissionalizar o setor [voluntário] requer uma missão clara, aprendizado e ensino contínuos, gerência por objetivos e auto-avaliação, alto nível de exigência juntamente com uma correspondente liberdade de ação e responsabilidade pelo desempenho e pelos resultados” (MATTOS, 2002, p. 47).

Importa acrescentar que Mattos, ao apresentar os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) – sobre o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável nos anos de 1992, 1997 e 2001 – destaca que há um desejo latente e pouco explorado para o desenvolvimento do voluntariado. Segundo a autora, este voluntariado latente e pouco explorado se constitui num enorme reservatório de energia em potencial que pode ser mobilizada em prol do bem comum. Para esta autora, as pessoas não são voluntárias em si, mas transformadas em voluntárias. A este respeito, assim se expressa a autora:

A priori, as pessoas não são “voluntárias em si”. A instituição que as acolhe tem de transformá-las em voluntários, aprimorando e desenvolvendo seu impulso solidário para convertê-lo em compromisso. É fundamental considerar o bem-estar do voluntário, sua satisfação ao realizar o trabalho solicitado, assim como o potencial de desenvolvimento pessoal (profissional e emocional) e, sobretudo, as motivações que o levaram até a instituição (MATTOS, 2002, p. 42-3).

Segundo Mattos, por meio da participação em atividades voluntárias, as pessoas encontram espaço para seu crescimento pessoal. O processo de se informar, de aprimorar o espírito crítico, leva os indivíduos à conscientização dos problemas. Ao serem transformadas em voluntárias, as pessoas passam a agregar novos valores. Valores estes transformados em benefícios não só para o outro, o alvo da ação voluntária, mas, e, sobretudo, para os voluntários. Conforme esta autora, o ato de voluntariar é permeado por uma relação de reciprocidade. Nesta relação, o voluntário acaba por receber muito mais da ação que realiza do que aquilo que oferece. Sobre

este aspecto, Lopes (2006) observa que existe uma correlação entre os benefícios percebidos e as motivações. Para a referida autora, com o passar do tempo, o alcance dos benefícios e a satisfação experimentada no desempenho da atividade voluntária, combinado com o pertencimento de que pode contribuir com o bem estar do outro, pode se configurar como uma nova motivação para a permanência do voluntário na instituição. Diz ela: “A reciprocidade dos benefícios alcançados pelos envolvidos na ação voluntária, sejam estes agentes ou alvos da ação, constrói a individualidade de cada um na relação e sustenta a manutenção das motivações” (LOPES, 2006, p. 50).

Para Lopes, assim como as motivações, os benefícios provenientes da ação voluntária têm diferentes dimensões individuais, sociais e institucionais. Segundo esta estudiosa, há uma clara justaposição entre ganhos pessoais e sociais. Quanto aos ganhos pessoais, a autora se refere à satisfação, reconhecimento, diversão, ocupação, desenvolvimento de relações significativas, o estar ativo, crescimento pessoal, senso de realização e melhora da auto-estima, o sentir-se útil.⁵⁷ No tocante aos ganhos sociais, Lopes menciona o alcance de metas comuns, o exercício e a manutenção do debate em torno de questões de visibilidade pública, a eleição de novos temas para o debate público e o envolvimento e a melhora da imagem social, da inclusão e da participação. Evidenciando a particularidade do público idoso, a autora acrescenta que estes últimos benefícios refletem-se em: “[...] melhor saúde física para os idosos que desempenham trabalhos voluntários; melhor habilidade funcional e menores taxas de mortalidade” (LOPES, 2006, p. 51-22).

Nesse sentido, o ato de voluntariar se configura como uma relação de troca, em que não há uma livre doação, mas o dar e o receber, que, por conseguinte, impõem autointeresse, obrigações, mas também limitações. Quanto ao autointeresse, parece oportuno acrescentar alguns dos direitos que os voluntários possuem.

Desempenhar uma tarefa que o valorize e seja um desafio para ampliar suas habilidades ou desenvolver outras; Obter uma descrição clara de suas tarefas

⁵⁷Parece oportuno acrescentar que para Amuratti (2001), o sentir-se útil é um dos maiores ganho do sujeito que decide ser voluntário. Diz ele: “[...] ser voluntário é se sentir útil para alguém ou para si próprio, pois: Após um dia de trabalho, você sentará no sofá de sua casa, ou na cadeira da cozinha, tomando uma xícara de café, sozinho (a), e as imagens começarão a passar pela sua mente, e cada rostinho que sorriu quando você o cumprimentou ou exerceu seu gesto de solidariedade vai estar dizendo-lhe que o grão de areia que você transportou hoje pesa mais de 100 toneladas!!! É uma sensação muito, muito difícil de colocar em palavras [...], mas lhe traz uma noção que é fundamental na vida de uma pessoa: a de se sentir útil” (AMURATTI, 2001, p. 79).

e responsabilidades; Participar das decisões com relação ao seu trabalho; Contar com os recursos indispensáveis para o trabalho voluntário; Receber treinamento e supervisão para melhorar seu desempenho na tarefa que vai desenvolver, assim como a informação completa sobre a mesma; Respeitar os termos acordados, quanto à sua dedicação, tempo doado etc.; Receber reconhecimento e estímulo; Ter oportunidades para o melhor aproveitamento de suas capacidades recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com os seus conhecimentos, experiência e interesse (MANUAL DO VOLUNTARIADO PRODUZIDO PELO PROGRAMA MESA BRASIL DO SESC, 2007, p. 12).

Todavia, voluntários também tem obrigações. O Manual do Voluntariado produzido pelo Programa Mesa Brasil do SESC, publicou em 2007, que ao se envolver em serviços voluntários, o agente social voluntário assume as seguintes responsabilidades:

Conhecer a instituição e/ou a comunidade onde presta serviços, a fim de trabalhar levando em conta essa realidade social; Conhecer as tarefas que lhe foram atribuídas; Escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar, conforme seus interesses, objetivos e habilidades pessoais, garantindo um bom trabalho; Ser responsável no cumprimento dos compromissos assumidos como voluntário; Só se comprometer com o que de fato puder fazer; Respeitar as pessoas com as quais trabalha; Aproveitar os treinamentos oferecidos, através de uma atitude aberta e flexível; Trabalhar de forma integrada e coordenada com a entidade onde presta serviço; Manter em segredo alguns assuntos que, porventura, não possam ser comentados livremente; Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de seu trabalho; Tentar resolver imprevistos, além de informá-los aos responsáveis (MANUAL DO VOLUNTARIADO PRODUZIDO PELO PROGRAMA MESA BRASIL DO SESC, 2007, p. 11-2).

Para este fim, o voluntário tem de reunir certos atributos, tais como: dispor de tempo suficiente para a realização das atividades; possuir boas intenções; estar relativamente desafogada financeiramente; ter os necessários conhecimentos e capacidade para o que vai fazer; ser disciplinado; ser capaz de cumprir horários e executar tarefas com sentido de responsabilidade; ser emocionalmente estável; ser capaz de integrar harmoniosamente uma equipe; ser capaz de criar laços crescentes com a instituição onde está exercido o seu altruísmo, além da capacidade de cumprir horários.⁵⁸

⁵⁸Em relação a estes aspectos, Assis (1999, s/p) observa que qualquer organização que decide aceitar voluntários em seu corpo profissional, tem de se acautelar, pelo menos, dos seguintes aspectos: ter uma clara ideia dos objetivos que pretende alcançar; ser capaz de analisar e ordenar os afazeres em forma de tarefas bem delineadas; ser capaz de estabelecer um calendário para os objetivos em vista; ter o cuidado de não abandonar os voluntários à sua sorte dentro da instituição; conservá-los sempre ocupados, com entusiasmo se possível; reconhecer o mérito dos seus trabalhos ou participações; tomar iniciativas no sentido de valorizar o trabalho dos voluntários; fazer sentir que eles são importantes para

Sobre as limitações, Lopes (2006) mostra que podem ser de natureza pessoal e institucional. Acerca das limitações de natureza pessoal, importa destacar o sentimento de exclusão em instituições onde há conflitos e competição entre os envolvidos; o estresse não monitorado causado por tarefas emocionalmente desafiadoras; a falta de significado da atividade desempenhada; senso de invasão em questões de fórum pessoal; e ansiedade e excesso do uso do tempo disponível para o compromisso. Quanto às limitações de natureza institucional, cabe mencionar: a desorganização da instituição; o despreparo da equipe de profissionais; o desrespeito à ação voluntária; e a duração e intensidade do treinamento. No entendimento de Lopes, estas limitações se configuram como “[...] obstáculos que podem limitar a motivação em voluntariar-se” (LOPES, 2006, p. 47).

Um aspecto merecedor de atenção diz respeito à personalidade do voluntário. Ainda de acordo com Lopes, a interdependência é entendida como elemento determinante do comportamento voluntário. Para esta autora, a dinâmica da interdependência presente na ação voluntária, se expressa na relação que o voluntário estabelece entre os significados que constrói, nas motivações que apresenta e nos benefícios que alcança. Sendo assim, a satisfação ao voluntariar-se depende da combinação entre os objetivos da motivação dos indivíduos e o preenchimento desses objetivos, pois: “A lógica da interdependência e a multideterminação das motivações relaciona-se com os significados, os benefícios percebidos, o bem-estar subjetivo e o senso de ajustamento pessoal (ou psicológico) dos voluntários” (LOPES, 2006, p. 49). Segundo esta autora, a correlação entre as ações de dar e receber é construída socialmente, pois os indivíduos e as instituições participam ativamente desse processo dinâmico. Lopez conclui tal pensamento da seguinte forma:

A motivação para o trabalho voluntário é composta por forças de natureza intrínseca e extrínseca. As pessoas iniciam suas atividades a partir de motivos, significados e necessidades que são importantes a elas e à instituição que escolheram ou à atividade voluntária que desempenham. As instituições podem ou não promover oportunidades que irão preencher necessidades e motivos dos indivíduos. Porém as características das

a organização e para a causa em questão; dispensar aos voluntários a devida estima e consideração. Enfim, a instituição que recebe voluntários precisa dispor de condições favoráveis para a permanência do voluntário.

peças juntamente com as das situações do exercício voluntário se integram na vida dos voluntários. Essa interdependência é construída e legitimada na medida em que o envolvimento ganha sentido na vida dos envolvidos (LOPES, 2006, p. 50).

Em face das considerações acima, observa-se que são várias as motivações que levam uma pessoa a se engajar numa ação voluntária. Ayres (2003) sintetiza estas motivações em dois pólos, a saber: motivações pessoais e motivações sociais. Para o autor, atualmente verifica-se a tendência a valorizar a ação estruturada da motivação social e a desvalorizar a espontaneidade da motivação tradicional. Exemplificando o autor reitera que:

Se pensamos nas práticas tradicionais de voluntariado, como a reciprocidade entre vizinhos ou a ajuda na quermesse da igreja, estamos falando de um predomínio de motivações pessoais; por outro lado, se falarmos do ativismo de meio ambiente que tenta bloquear um envio ilegal de madeira para fora do país ou da cidade que doa algumas horas de sua semana a uma instituição de apoio a crianças carentes, estamos no terreno das motivações sociais, principalmente (AYRES, 2003, p. 01).

Para Ayres, as motivações pessoais e sociais não são contraditórias. “Uma ação politicamente engajada não é mais importante do que uma ação de caridade – cada um age como pode e como lhe convém.” (AYRES, 2003, p. 02). Também não são categóricas, isto é, “[...] pode haver nuances de indignação política em uma ação aparentemente caritativa e vice-versa” (AYRES, 2003, p. 02). Na avaliação do autor, reside no estabelecimento de uma ponte entre estas duas motivações, um dos grandes desafios para se fortalecer o voluntariado brasileiro contemporâneo.

Outro aspecto merecedor de reflexões diz respeito ao caráter parcial da dimensão não remunerável atribuída às atividades voluntárias. Por isso, Teodósio (2009) chama atenção para o equívoco em pensar que o voluntário não busca uma remuneração. Para o autor, existem outras formas de remuneração, a qual designou de remuneração não material, seja ela espiritual, afetiva, política, ideológica ou mesmo de realização profissional. Nesta linha de pensamento, Silva (2006) ressalta que apesar da motivação ser apontada no outro, as melhorias ocorridas na sociedade serão revertidas em melhorias para a vida do próprio voluntário, quando diz que:

Para que se evite a romantização do indivíduo que faz o trabalho voluntário, imputando-lhe adjetivos como *bonzinho*, *fraterno* e *legal*, é fundamental a

discussão de que a prática do voluntariado também é perpassada pelo interesse de todos os envolvidos. E seja qual for a natureza deste interesse, o voluntário está comprometido com a sua consecução (SILVA, 2006, p. 09, grifos da autora).

Silva, ao tomar emprestada a noção de dádiva para pensar a proposta contemporânea de atividade voluntária, esclarece que o voluntariado assim como a dádiva tem sua manifestação empírica composta por três momentos traduzidos no ato de dar, receber e retribuir. Todavia, a referida autora observa que o círculo da dádiva não se inicia com o dar, mas com a motivação. Assim como o seu encerramento não se dá com a retribuição. No entendimento desta autora, a relação social da dádiva apresenta uma ambivalência, por conter dois movimentos opostos, qual seja: a partilha e o afastamento advindo da relação de dívida.

Posto tal pensamento, cumpre finalizar esta seção observando que apesar da heterogeneidade quanto ao significado do voluntariado e de sua motivação, sua essência parece não ter sido alterada, qual seja: de prática conduzida por um fim que se inicia na motivação dos sujeitos que as praticam e se encerra numa relação de dívida dos sujeitos beneficiados pelas práticas voluntárias. Noutras palavras, as práticas voluntárias contemporâneas não rompem com o caráter incipiente e fortemente marcado pelo assistencialismo que demarca a gênese destas práticas. É, em virtude desta essência não alterada, que reside a funcionalidade, ou melhor, o sentido desta prática ser incentivada no contexto atual.

O que supostamente difere as práticas voluntárias contemporâneas das suas *protoformas* seria o seu envolvimento com o (re) direcionamento das políticas sociais. Mais precisamente, seu desenvolver articulado às instituições do chamado terceiro setor, atribuindo-lhe a possibilidade de acessar a cidadania. Além de lhe conferir um pretenso caráter emancipatório, em uma sociedade onde a desigualdade social é condição para a sua reprodução, é cada vez mais notória a sua relação com o (re) direcionamento das políticas sociais públicas estatais – atribuir à resolução das desigualdades sociais aos próprios sujeitos que as experimentam. De modo a despolitizar e deseconomizar as expressões da *questão social*, dando-lhes um contorno moralizador. Assim, diferentemente do que afirmam os idealizadores do discurso de que as práticas voluntárias contemporâneas apresentam uma dimensão transformadora, entende-se que a lógica de estimular estas práticas, reforça o contrário, ao reproduzir a miserabilidade humana, uma vez que não toca nos elementos que a determinam. Portanto, as práticas voluntárias são utilizadas na

contemporaneidade como um instrumento de reprodução das relações sociais desiguais. Haja vista que em nenhum momento é questionado a razão de ser do sistema capitalista – sistema que reproduz a miséria humana em escala crescente.

Nesse direcionamento, o serviço voluntário, assim designado na contemporaneidade, é uma expressão das ações sociais desenvolvidas e estimuladas em nosso cotidiano seja por meio da mídia, ou nas relações entre empregado e empregador por meio da chamada responsabilidade social empresarial. Utilizado no contexto das políticas públicas, tem sido reiterada como uma modalidade de intervenção nas expressões da *questão social*. Desse modo, entende-se que o ato de voluntariar significa um retrocesso quanto às políticas públicas via esfera estatal, configurando-se deste modo, como mais um dos instrumentos de reprodução das relações sociais desiguais que regem a sociedade vigente. Um mecanismo que tende a desmobilizar os movimentos sociais, ao fortalecer uma nova forma de opressão, de dependência econômica, política e cultural. Importa notar que apesar da presença do fundo público nas instituições do denominado terceiro setor – lócus do voluntariado contemporâneo - a centralidade das práticas voluntárias reside no incentivo à doação de recursos humanos e financeiros por parte de sujeitos pertencentes às camadas menos favorecidas, inclusive, os próprios sujeitos alvo das ações voluntárias.

Por fim, parece que as práticas voluntárias incentivadas pelas entidades que compõem o denominado terceiro setor, criam um espaço político onde a ação social desenvolvida e a solidariedade que a envolve escondem a sua significação conservadora. Ao atribuir a estas práticas parte das carências socialmente construída, o Estado é parcialmente desresponsabilizado pela intervenção direta nas desigualdades sociais. Cabe observar que seja qual for a motivação – norteadas por razões religiosas e sentimentos de culpa, de obrigação ou de responsabilidade social – e o sentido que estão lhe atribuindo – de agente social transformador – apreende-se que o sujeito voluntário não dispõe de elementos suficientes para promover a suposta transformação social. Por não alterar de forma radical as condições de existência dos sujeitos alvo das ações voluntárias. Esta função, de alterar de forma radical a existência dos sujeitos inseridos na sociabilidade capitalista, não perpassa pelas ações pontuais e esporádicas de voluntários bem ou mal intencionados.

Todavia, cumpre esclarecer que as reflexões apresentadas até o momento, não pretende negar e ou desqualificar os sujeitos que se dispõem a exercer uma atividade voluntária, mas chamar a atenção para os rebatimentos desta atividade na efetivação

das políticas sociais públicas e estatais. E assim, desvelar o que está subjacente ao estímulo dado às práticas voluntários no cenário contemporâneo – fazer parte da agenda política do Estado. Portanto, longe de ser um *lócus* para o exercício da transformação societária, o setor voluntário pode, sim, se configurar em espaço de construção de ações educacionais contra-hegemônicas. O que perpassa o entendimento crítico deste espaço. Outro aspecto merecedor de uma postura crítica, diz respeito à garantia de direitos num setor marcado por relações de favor. Como reverter isso, parece ser o grande desafio dos profissionais – e dentre eles o assistente social – que inseridos em instituições do *terceiro setor*, lidam diariamente com os voluntários e as demandas societárias a eles destinadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrária à perspectiva endogenista que apreende o Serviço Social como uma evolução da ajuda,⁵⁹ compartilha-se do pensamento de que o Serviço Social é uma profissão inserida nas relações de produção e acumulação da sociedade capitalista. Requisitada pelo Estado para atuar na execução – e atualmente também na elaboração – das políticas sociais. Nessa linha de raciocínio, Netto (2007, p. 73) argumenta que a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente com a evolução da ajuda, a racionalização da filantropia e tampouco a organização da caridade. Para este autor, o Serviço Social é institucionalizado e legitimado pelo Estado, num contexto de afirmação da hegemonia capitalista industrial e financeira, quando este é forçado a intervir na *questão social* não mais de forma caritativa e repressora, mas por meio da prestação de serviços sociais, via políticas sociais. Iamamoto e Carvalho (2007, p. 77), por sua vez, apreendem a gênese da profissão de Serviço Social no Brasil ao desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. Para estes autores, esta profissão emerge quando o nascente proletariado urbano, em face das suas precárias condições de existência, mobiliza-se, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Mais precisamente, quando:

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77).

Isto significa dizer que situada para servir política e ideologicamente ao Capital, a emergência do Serviço Social como profissão no Brasil está atrelada à ampliação da *questão social* no contexto do capitalismo monopolista, quando o Estado é conduzido a intervir na *questão social*, não apenas de forma repressiva e punitiva,

⁵⁹Montaño (2007), ao analisar os diferentes posicionamentos teóricos e metodológicos de assistentes sociais de renome na literatura do Serviço Social, conclui que existem duas vertentes nitidamente opostas que explicam a gênese do Serviço Social, definindo-as de perspectiva endogenista e perspectiva histórico-crítica. Para uma aproximação rigorosa desta análise, ver Montaño (2007).

mas por meio da prestação de serviços sociais, via políticas sociais. Estas colocações se fazem necessárias não porque tenhamos dúvidas quanto à natureza e a gênese do Serviço Social. Parece-nos que a fragilidade teórica em apreender a institucionalização e legitimação do Serviço Social na sociedade capitalista, de modo a não relacionar a origem da profissão com a evolução das formas anteriores de ajuda, foi superada. O intuito destas colocações é chamar a atenção da categoria de Assistentes Sociais para o retrocesso que as práticas voluntárias podem expressar quanto à prestação dos serviços sociais. Refere-se à possibilidade real das práticas voluntárias, mediada por instituições do *terceiro setor*, ir à *contramão dos direitos sociais* por expressar o distanciamento da responsabilidade do Estado e do Capital de cofinanciar as políticas sociais. E também de ampliar a fragmentação e a setorialização destas políticas, de modo a não se enxergar a possibilidade de um movimento de lutas em prol de uma nova e superior forma de sociabilidade, mas o apelo à efetivação de favores.

Posto estas colocações, demonstrou-se ao longo da pesquisa “*A Ressignificação das Práticas Voluntárias Ante a Tensão Pública Versus Privado*” que *as manifestações da desigualdade e da pobreza constituem elo intrínseco ao processo de acumulação e expansão do sistema capitalista* – suas sequelas são inerentes a ele. Reside na produção de riqueza do sistema do capital, a produção de miséria da classe trabalhadora. Estejam inseridas ou não no mercado de trabalho, as classes subalternas fazem parte do processo de produção e reprodução das relações sociais burguesas e são parte constituinte do sujeito voluntário. Analisou-se que os esforços do sistema capitalista em desenvolver as forças produtivas não têm como fim o atendimento das necessidades humanas. A produção capitalista visa apenas à valorização do Capital – este é seu fim. Restando aos sujeitos que socialmente produzem a riqueza, as migalhas desta produção. Por isso, a diminuição e o fim das desigualdades sociais contemporâneas estão na superação da estrutura que a criou, e não no apelo às práticas voluntárias. Isto é, para romper com a pobreza e miséria das classes subalternas na atualidade, faz-se necessário romper com o caráter destrutivo do sistema capitalista, é preciso extingui-lo. E, se construir uma nova e superior forma de sociabilidade em que os sujeitos deixem de ser uma mera mercadoria e passem a ser efetivamente sujeitos da sua história.

Pontuou-se que no capitalismo concorrencial o Estado, ainda que minimamente, interveio nas expressões da *questão social* por meio de ações

assistenciais e coercitivas. Mais precisamente, a intervenção estatal se deu por meio das *workhouses*, e através da caridade privada e da filantropia da Igreja Católica. Neste estágio do desenvolvimento capitalista, a pobreza era vista como destino, e por isso deveria ser punida e tratada como um caso de polícia. Resgatou-se que no contexto do capitalismo dos monopólios, a organização e inovações no processo produtivo, advindos com a introdução do modelo *fordista/taylorista*, foram sendo consolidadas nas primeiras décadas do século XX. Este modelo não representou apenas a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização no processo produtivo, mas uma nova modalidade de controle social do trabalhador – dentro e fora do seu espaço de trabalho. Observou-se que no processo de implementação e legitimação desta racionalização *fordista/taylorista*, o Estado tornou-se uma mediação indispensável para a formação de um sujeito possuidor de qualidades morais e intelectuais adequados à nova organização do processo produtivo. Dentre as estratégias estatais, combinaram-se processos coercitivos com ações educativas pautadas na elevação dos salários e na distribuição de benefícios sociais – a consolidação do *Welfare State*. Aqui, o Estado foi conduzido a intervir diretamente nas desigualdades sociais, atribuindo a estas um caráter público estatal. Todavia, ao serem alvo de políticas públicas, as sequelas da *questão social* ao tempo em que passaram a ser objetos de intervenção do Estado, foram por este Estado tratadas de forma fragmentada e particularizada. Destacou-se que houve uma retomada do ideário liberal quanto à *questão social*, por meio das políticas – o recorte da *questão social* em problemas particulares. Entende-se que esta particularização da *questão social* foi e continua sendo funcional à reprodução das relações sociais burguesas, por não remetê-la à relação capital/trabalho. Ao tratar as desigualdades sociais de forma particular, ocorreu a sua despolitização e um movimento de naturalização, pois se não se enxerga o real motivo do problema, a tendência é buscar a resposta na aparência do fenômeno – nos próprios indivíduos que experimentam as mazelas sociais.

Ao apresentar um breve histórico sobre as práticas voluntárias, analisou-se que sua natureza confunde-se com a própria história do ser social e suas fragilidades sociais não atendidas. Sua gênese estaria vinculada ao início da civilização e da formação do Estado como espaço das questões coletivas. Para sermos precisos, quando a caridade, enquanto valor inerente à doutrina social da Igreja Católica, foi sendo apresentada como uma prática associada à salvação espiritual. Marcadas por

relações de esmola, as práticas voluntárias, embora estivessem voltadas para outro(s), sua razão de ser era o atendimento de interesses individuais. Não havia a necessidade de entender o real motivo pelo qual o outro precisava de ajuda, porque o outro era visto como o meio pelo qual se atendia aos anseios particulares. Quando não era associada à vagabundagem, a pobreza era entendida como um desígnio de Deus e, por isso, deveria ser tratada ou de forma punitiva, ou por meio da caridade e benesse de segmentos como a Igreja e as elites. Mas, é preciso destacar que, além destes segmentos, as práticas voluntárias eram exercidas por sujeitos pertencentes às camadas empobrecidas, pois para desenvolver uma ação voluntária não perpassa necessariamente pela disponibilidade financeira dos voluntários – o ser humano dispõe de outros recursos para doar. Nesse direcionamento, observou-se que, na particularidade do voluntariado brasileiro, as práticas voluntárias foram ocupando o lugar de um ideal religioso, a uma estratégia de desenvolvimento social. Sendo apontada na atualidade como um dispositivo protetor em tempos de crise. Noutros termos, os indivíduos (as classes subalternas) são incentivados a exercerem sua cidadania por meio do ato de voluntariar-se. E assim, doando parte do seu tempo e dos seus recursos financeiros, os voluntários estariam contribuindo para o desenvolvimento de atividades sociais que visam à suposta promoção da proteção social. Refletiu-se que promover esta proteção social se torna mais frágil quando norteadas por meio de princípios e valores ligados à filantropia, ao assistencialismo e à solidariedade. Sobretudo, porque a natureza e os limites destes princípios e valores e o fim para qual vem sendo usados não representam o acesso a direitos sociais, mas apenas benevolência paliativa que tende a promover o oposto.

Apresentou-se que, no debate contemporâneo sobre o voluntariado, há autores que associam as práticas voluntárias a questões como: expressão da solidariedade humana; resgate da cidadania; fortalecimento da democracia; a capacidade de diminuir e porque não contribuir com o processo de extinção da crescente desigualdade social. Entretanto, há também autores que relacionam estas práticas à precarização dos serviços sociais e o afastamento parcial do Estado em intervir nas refrações da *questão social*. Noutras palavras, a sociedade vem sendo incentivada a se voluntariar, e se envolver em atividades desenvolvidas em instituições do *terceiro setor*, ocupando assim espaços cada vez maiores na discussão, formulação e execução de políticas sociais não estatais. Compartilha-se deste último pensamento, pois nos parece que as práticas voluntárias têm sido reformuladas como uma

alternativa ao suposto controle da pobreza, apresentando-se sob novas bases, a saber: alternativa democrática de acesso à participação cidadã, na qual o voluntário é responsabilizado por supostas respostas emancipatórias face às desigualdades. Sendo estas respostas sustentadas por uma solidariedade indiferenciada entre as classes, mas consubstanciada no apelo à participação de todos no combate à pobreza. Exercendo assim, um sentido que acaba por intensificar a exploração e o controle social sobre os trabalhadores – o avesso do discurso reiterado, a lembrar: uma ação com sentido de denunciar e buscar respostas para os problemas sociais.

Neste sentido, a ressignificação das práticas voluntárias e sua inserção na agenda política tornam o acesso aos direitos sociais uma possibilidade distante de ser efetivada. Por entre outros aspectos, expressar uma relação de favor que desconstrói toda e qualquer perspectiva de universalização dos direitos sociais. Compreende-se que a crescente participação de voluntários no trata as expressões da *questão social* não significa uma “nova consciência” social desse segmento, pois o que move os voluntários não é necessariamente o interesse público, mas o interesse privado. Todavia, independente dos elementos motivacionais, entende-se que o sujeito voluntário desconectado dos determinantes da existência de pobres e ricos e da relação de exploração destes por aqueles não dispõe de condições suficientes para promover a possibilidade de diminuir os conflitos sociais. Esta possibilidade está acentada em ideologias que visam dirimir conflitos. Em alternativas falaciosas que no âmbito da sua superficialidade apresentam que é possível um mundo humano nos marcos da sociabilidade capitalista. Com isso, deixa intocável a razão de ser das desigualdades sociais, reproduzem o pauperismo socialmente criado, tornando-o incompreensível, ou melhor, engendrando-o como um problema imanente ao próprio indivíduo que o vivencia. Nesse sentido, reproduz a aparência de que o sistema do capital é insuperável e que, portanto, estaríamos condenados a viver sob o domínio e exploração do homem burguês. Noutras palavras, o sistema do capital vai sendo reiterado não apenas como o estágio mais avançado das relações sociais, mas como o ponto final da história da humanidade.

Finda a dissertação, resta dizer que o voluntariado contemporâneo, tal como apresentado neste trabalho, responde às exigências do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Consiste num mecanismo que vai de encontro à efetivação de uma política social universal. Portanto, na *contramão dos direitos sociais*, o apelo às práticas voluntárias visam ocultar a existência das relações de

classes e naturalizar as desigualdades sociais de modo a impossibilitar reflexões para além da sociabilidade capitalista. Cabe também acrescentar que, ao término destas considerações finais, a percepção que fica é de que o conteúdo expresso nessas linhas delineia a necessidade de reiniciarmos um novo processo investigativo. Nosso entendimento é de que o processo de apreensão do real faz parte de um movimento dialético e que, por isso, essas considerações expressam tão somente uma síntese parcial de uma totalidade. Logo, nossas considerações finais são apreendidas como um ponto inicial de novas reflexões. Só esse caminho analítico permitirá nos aproximar ainda mais da essência do fenômeno do voluntariado. Desse modo, muito mais que um requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social, as reflexões, aqui reunidas, tem o fim de se configurar como um instrumento capaz de provocar novas inquietações. Que outros sujeitos possam ser despertados por estas reflexões!

REFERÊNCIAS

- ADAS, Melhem. **O Neoliberalismo**. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/neoliberalismoadas.html>>. Acesso em: 04 de agosto de 2012.
- AGOSTINI, João Paulo. Caridade e Filantropia. In: **Critérios para Avaliação de Projetos Empreendedores Sociais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 153p.
- AMURATTI, José Luiz. **Voluntariado: O que eu ganho com isso?** São Paulo: Elevação, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. As Respostas do Capital à Sua Crise Estrutural: a reestruturação produtiva e as suas repercussões no processo de trabalho. In: **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAUJO, Jairo Melo. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.
- ASSIS, Milton. **Voluntariado - Benefícios e Limitações**. Dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.lerparaver.com/coloquio>>. Acesso em: 21 de novembro de 2011.
- AYRES, Bruno Ricardo Castro. **Informação, Voluntariado e Redes Digitais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 146p.
- BARRETO, Lucas Hayne Dantas. **Terceiro setor: uma análise comparativa das organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público**. In: Jus Navigandi, Teresina, 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7165>>. Acesso em: 07 de outubro de 2008.
- BARROS, Cláudia Márcia Santos (Coord.). **Manual do voluntario: Mesa Brasil SESC**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007.
- BASILIO, Patrícia. **Voluntariado: alicerce da cidadania**. Disponível em: <<http://metodista.uol.com.br/cidadania/numero-47/voluntariado-alicerce-da-cidadania/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2), 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 91 de 28 de Agosto de 1935**. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 de outubro de 2008.

_____. **Lei nº 9680 de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 de outubro de 2008.

_____. **Decreto Federal nº 1.366 de 12 de Janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

BRAVERMAN, Harry. Capital Monopolista. In: **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARDOSO, Ruth. A Valorização do Voluntariado. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Participação do Voluntário Cidadão na Política Social Municipal. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

CASTRO, Maria da Conceição. Um Espaço de Discussão, Compartilhamento e Aprendizado. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

CAVALCANTI, Mary. A Busca de Um Propósito e de Um Sentido de Vida: o voluntário e o diagnostico emancipador. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

CHAMON, José Eduardo (Org.). **Solidariedade: depoimentos de um beija-flor**. Histórias de voluntariado e de esperança. São Paulo: Siteamigo, 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Desenvolvimento do Desenvolvementismo I: do socialismo utópico ao estagnacionismo**. (s/d).

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE O VOLUNTARIADO. Disponível em: <<http://portaldovoluntario.org.br>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2012.

DOCKHORN, Carolina Neumann de Barros Falcão. **Perfil Sociodemográfico e Psicológico dos Voluntários dos Postos CVV**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 95p.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. Definições, Tipificações e Implantação do Setor de Voluntários. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.) **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

DOWBOR, Ladislau. Boa Vontade Existe: como organizá-la? In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

ENGELS, Friedrich. A Concorrência. In: **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, s.d.(Coleção Síntese).

_____. A Atitude da Burguesia Para Com o Proletariado. In: **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, s.d.(Coleção Síntese).

EVANGELITA, Douglas. Voluntariado e Desenvolvimento Social. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, Rubem César Fernandes. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FERRARI, Rachele da Silva. **Voluntariado: uma dimensão ética**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 103p.

.

FIGUEIREDO, Nara Cristina Macedo de. **Interfaces do Trabalho Voluntário na Aposentadoria**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 170p.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século**. 1995. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar?hl>>. Acessado em: 22 de novembro de 2011.

FORELL, Leandro. **Trabalho Voluntário em Projetos Sociais Esportivos: uma análise a partir do programa escola aberta em novo hamburgo/RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 164p.

FREITAS, Anna Celina; SOUZA, Fabiana de. **Turma da Sopa: o amor como um diferencial no trabalho social com moradores de rua**. 2007. Dissertação (Especialização em Administração para Organizações do Terceiro Setor) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 76p.

GIROTO, Ana Paula Santana et al. **Voluntariado: a outra face da moeda**. 2004. Dissertação (Graduação em Serviço Social) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 88p.

GOHN, Maria da Gloria. **Os Sem-Terra, ONG e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GROPP, Beatrice. A Ação do Voluntariado na Perspectiva das Comunidades de Prática Enquanto Processo de Aprendizagem Socialmente Compartilhada. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

GUIA DE GESTÃO DO VOLUNTARIADO DO MPE BRASIL. **Prêmio de Competitividade para Micro e Pequena Empresa**. 2010. Disponível em: <<http://www.mbc.org.br>>. Acesso em: 21 de novembro de 2011.

GUSMÃO, Rute. A Ideologia da Solidariedade. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez. 1999.

HARVEY, David. A Transformação Político-Econômica do Capitalismo no Final do Século XX. In: **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HYBELS, Bill. **A Revolução no Voluntariado**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005. Tradução de Valéria Lamin Delgado Fernandes.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n.3, 2001.

_____; CARVALHO, Raul de Carvalho. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO C&A. **Voluntariado: um convite à participação social**. São Paulo: Instituto C&A, 2011.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Trabalho Voluntário e Gestão das Políticas Sociais. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

LESSA, Sérgio. O Estado de Bem-Estar. In: **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

KISIL, Marcos. **Uma “nova filantropia” na sociedade brasileira: o investimento social Privado**. Artigo publicado em 2006. Disponível em: <<http://www.idis.org.br>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

_____. **Filantropia 4.0:** rumo ao investimento social privado num mundo globalizado. Publicado originalmente em outubro de 2007 no site do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE). Disponível em: <<http://www.idis.org.br/biblioteca/artigos/por-que-as-pessoas-doam/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

LEITE, Celso Barroso. **Filantropia e Contribuição Social**. São Paulo: LTr, 1998.

LIMA, Tatiana da Silva Lucas Tavares de. **Voluntariado:** impacto na construção de uma sociedade melhor. 2004. Dissertação (Especialização em Gestão Solidária para Organizações Sociais) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 64p.

LINS, Francisco Almeida. Voluntariado e Mudança Social. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

LOPES, Andrea. **Trabalho Voluntário e Envelhecimento:** um estudo comparativo entre idosos americanos e brasileiros. 2006. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 197p.

LUCAS, Tatiana. Reflexões Sobre o Papel e a Importância do Voluntariado. 11/09/2006. Disponível em: <<http://www.libertas.com.br>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

MAÑAS, Antonio Avico. A Gestão no Terceiro Setor – garantia de sucesso nas mudanças da sociedade. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

MARX, Karl. Capítulo XXIII - A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: **O Capital – crítica da economia política**. 2.ed. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social.” De um prussiano. **Revista Práxis**, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, n.5, p.68-91, agosto. 1995.

MARTINS, Juscyo Mario Barbosa. **O Voluntariado em Comunidade como Alternativa de Desenvolvimento Local:** o caso vila piloto. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 101p.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes. **Perfil das ONG’S Ambientalistas Atuantes na Baía de Guanabara, 1991-2001, RJ**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal do Fluminense, Niterói, 101p.

MEISTER, José Antônio Frascalossi. **Voluntariado: uma ação com sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MEREGE, Luiz Carlos. **Terceiro Setor: a arte de administrar sonhos**. São Paulo: Plêiade, 2009.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado Entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos. Das “Lógicas do Estado” às “Lógicas da Sociedade Civil”: estado e “terceiro setor” em questão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.59, 1999.

_____. **A Natureza do Serviço Social: un ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

MOURA, Laysce R. de; SOUZA, W. J. de. Elementos do Trabalho Voluntário na Pastoral da Criança: características e motivos. **Holos**, Rio Grande do Norte: IRFN, ano 23, vol.3, 2007.

MOUSSALLEM, Márcia. **Associação Privada Sem Fins Econômicos de Assistência Social: entre a lógica da filantropia e do reconhecimento da cidadania. O caso da liga das senhoras católicas de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 215p.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.50, 1996.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: **Temporalis**, Rio de Janeiro: ABEPSS, n.3. 2001.

_____. As Condições Histórico-Sociais da Emergência do Serviço Social. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. O Imperialismo. In: **Economia política: uma introdução crítica**. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1), 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ORTIZ, Marta Cristina Meirelles. **Voluntariado em Hospitais: uma análise institucional da subjetividade**. 2007. Dissertação (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 222p.

PASTORINI, Alejandro. As Políticas Sociais e o Serviço Social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social: un ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara. A. P. A Nova Divisão Social do Bem-Estar e o Retorno do Voluntariado. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, Ano XXIV, n.73, 2003.

PEREZ, Clotilde. Marketing Social, Ética e Trabalho Voluntário. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes Materiais e Humano-Sociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje. Maceió: Edufal, 2007.

PINO, Angel Sirgado. Política de Promoção Social e Exercício da Cidadania: uma crítica às práticas de confinamento da pobreza. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.31, 1989.

REIS, Jair Teixeira dos. **Trabalho Voluntário e os Direitos Humanos**. 2001. Dissertação (Especialização em Direitos Humanos e Direitos dos Cidadãos) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 29p.

RERUM NOVARUM. **Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII Sobre a Condição do Operário**. 14.ed. São Paulo: Paulinas, 2004. Tradução de Manuel Alves da Silva S.J.

SANTOS, Edlene Pimentel; COSTA Gilmaisa Macedo. Questão Social e Desigualdade: novas formas, velhas raízes. **Revista Agora**, Rio de Janeiro, ano 2, n.4, p.01-27, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2011.

SANTOS, Valéria Silva dos. Público Porém Privado: o terceiro setor posto em xeque. 2009. Dissertação (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 101p.

SELLI, Lucilda; GARAFA, Volnei. Bioética, Solidariedade Crítica e Voluntariado Orgânico. In: **Revista Saúde Pública**, São Paulo, n.39, p.473-77, nov. 2004. Disponível em: <www.fsp.usp.br/rsp>. Acesso em 22 de novembro de 2010.

_____. Solidariedade Crítica e Voluntariado Orgânico: outra possibilidade de intervenção societária. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v.13, n.2, abr.-jun. 2006.

SCHABELL, Corinna. Resolução de Controvérsias e Responsabilidade Social. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

SILVA, Andréa Freitas da. **Trabalho Voluntário**: considerações sobre dar e receber. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 137p.

SILVA, Eli Lopes da. **Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: graduação e pós-graduação**. 2.ed. Florianópolis: SENAC/DR, 2011.

SILVA, Érika Marques da. **A Importância do Voluntariado na Construção da Responsabilidade Social**: um estudo do projeto clarear semeando o saber da cemig. 2008. Dissertação (Graduação em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 94p.

SILVA, Jair Militão. Educar para a Cidadania. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002. p.268-75.

SILVA, Maria Ozanira da et al. Comunidade Solidária: contradições e debilidades. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.60, jul. 1999.

SILVEIRA, Jairton Dimas. Trabalho Voluntário: da filantropia à cidadania. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

SOBEL, Henry. Nossos Voluntários. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.) **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

SOUZA, Camila B. de et al. Aspectos da Motivação para o Trabalho Voluntário com Doentes Oncológicos: um estudo colaborativo entre Brasil e Portugal. **Psicologia, Saúde & Doenças**. São Paulo, n.4, 2003.

SOUZA, Flávia Regina. A Ética no Trabalho Voluntário. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

SOUZA, Herbert de. **Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida**. Disponível em: < <http://www.tecsi.fea.usp.br>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2011.

SPOSATTI, Aldaíza. O Papel do Voluntariado nas Transformações Sociais. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

TEODÓSIO, Armino dos Santos de Sousa. Programas de Incentivo ao Voluntariado: novos desafios para ética gerencial. In: **Memorias del IV Congreso Latinoamericano de Ética, Negocios y Economía** – la ética en la gestión pública y privada: fortalezas y debilidades. Buenos Aires: Associação Latinoamericana de Ética, Negócios e Economia / Universidade Argentina de La Empresa, 2001. Disponível em: <<http://www.voluntariosvale.org.br>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2010.

_____. Mão-de-Obra Voluntária – uma proposta para a gestão do trabalho social no Brasil. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência:** a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922). 2007. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 257p.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Assistencialismo e Profissionalização: a trajetória do Serviço Social. In: FLICKINGER, Hans-Georg (Org.). **Entre a caridade, solidariedade e cidadania:** história comparativa do Serviço Social Brasil/Alemanha. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social:** Contribuição para a construção de sua teoria. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

VILLELA, Milú. Faça Parte e o I Congresso Brasileiro do Voluntariado. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais.** São Paulo: Futura, 2002.

VOLTIONI, Ricardo. O Voluntariado e os Formadores de Opinião. In: PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais.** São Paulo: Futura, 2002.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes Matizes da Ideia de Solidariedade. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 11 n.1, jan./jun. 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Terceiro Setor e a Despolitização da Questão Social Brasileira. In: PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais.** São Paulo: Futura, 2002.

SITES CONSULTADOS

<http://www.acaovoluntaria.org.br> – Ação Voluntária ternura

<http://www.cvv.org.br> – Centro de Valorização da Vida

<http://books.scielo.org> – Biblioteca eletrônica SCIELO

<http://www.comunitas.org.br> – Comunitas

<http://www.cvb.org.br> – Cruz Vermelha Brasileira.

<http://www.febnet.org.br> – Federação Espírita Brasileira.

<http://www.idis.org.br> – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social.

<https://www.pastoraldacrianca.org.br> – Pastoral da Criança

<http://www.periodicos.capes.gov.br> – Portal de Periódico CAPES

<http://www.dominiopublico.gov.br> – Portal do Domínio Público

<http://www.portaldovoluntariohsbc.com.br> – Portal do Voluntário

<http://projetorondon.pagina-oficial.com> – Projeto Rondon.

<http://www.sibi.ufal.br> – Sistema de Bibliotecas de Alagoas (SIBI- AL)

<http://noticiasvicentinas.blogspot.com.br> – Sociedade São Vicente de Paulo.

[http://www. Suapesquisa.com](http://www.Suapesquisa.com) – Sua Pesquisa . com.